MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO
1969

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
1973

ASSUNTOS AMERICANOS

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

De 1.º de janeiro de 1969 a 30 de outubro de 1969

Deputado José de Magalhães Pinto

De 30 de outubro de 1969 a 31 de dezembro de 1969

Embaixador Mario Gibson Alves Barboza

INDICE

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

As relações dos Estados Unidos da América com o Brasil não podem deixar de refletir as teses conflitantes a respeito de política externa do Executivo e do Congresso desse país. Com efeito, enquanto o Executivo procura maior cooperação, o Congresso (e, através de sua influência, a imprensa norte-americana) tem oposto sérias reservas ao tipo clássico de relações entre os dois países. O discurso do Presidente Nixon, de 31 de julho último, sugere novos caminhos para as relações interamericanas em geral, que certamente repercutirão no diálogo Washington-Brasília.

Dois diferentes fatos, entretanto, têm condicionado de maneira especial as relações Brasil-EUA. Por um lado, a política brasileira de atração e favorecimento dos investimentos privados americanos e, por outro, a atitude simpática do Governo norte-americano em relação aos objetivos democráticos da Revolução de 1964.

Relações econômicas

Persistem, em áreas específicas, algumas dificuldades ditadas pela necessária contradição entre os interesses nacionais de cada um dos países. Tal é o caso do café solúvel e dos fretes marítimos.

Cooperação Militar

Com exceção da extensão dos prazos de arrendamento de navios de guerra, as operações de maior monta foram interrompidas em 1969: compra de fuzís M-16, compra de aviões A-4F, e um contrato de construção de contratorpedeiros. Cabe notar que tal interrupção ocorreu quando da controvérsia sobre a aplicação de emenda Hickenlooper. No início de 1970, os ânimos pareciam estar mais serenados, como foi demonstrado pela manutenção das alocações de cooperação militar externa para aquele ano e a receptividade às recomendações do Relatório Rockefeller sobre a necessidade de manter atualizado o equipamento de defesa da América Latina, seja no que toca à ameaça externa, como no que se refere à repressão de guerrilhas.

Cooperação no âmbito interamericano

No ano de 1969, por iniciativa do Brasil, foi incluída entre as principais negociações interamericanas a idéia de se estabelecer um sistema de cooperação científica e tecnológica, voltada diretamente para o desenvolvimento da América Latina. O êxito dessas negociações decorreu necessariamente da harmonia de interesse entre as teses do Brasil e dos Estados Unidos da América. Ficaram lançadas as bases para uma cooperação mais dinâmica, de porte continental, baseada em arranjos bilaterais. Ficou prevista, primordialmente, a cooperação em nível industrial, através da pesquisa em áreas de grande prioridade, tais como a tecnologia agrícola, a tecnologia da industrialização dos alimentos, da produção de materiais de construção de baixo custo, etc. Lançaram-se também os alicerces para uma gradual modificação do atual sistema sobre patentes, de todo inadequado aos interesses dos países em desenvolvimento. Adotou-se a decisão de realizar, no início de 1971, uma conferência sobre as aplicações da ciência e da tecnologia aos países latino-americanos, com a participação de altas autoridades, industriais, financeiras e de eminentes cientistas e engenheiros de pesquisa. O Brasil ofereceu-se para sede dessa conferência.

CANADÁ

As relações Brasil-Canadá caracterizam-se tradicionalmente pela cordialidade e entendimento. Ressentem-se, entretanto, de certa falta de dinamismo que prejudica iniciativas mais ambiciosas no âmbito político, comercial e cultural.

A dupla tomada de consciência desse fato levou os Governos dos dois países a concordarem quanto à necessidade de uma iniciativa política de grande envergadura que localizasse os interesses recíprocos e intensificassem as relações brasileiro-canadenses.

Em consequência, o acontecimento de maior relevo nas relações bilaterais entre os dois países foi a vinda ao Brasil de Missão Ministerial Canadense, em outubro de 1968, como primeiro grande passo para a reformulação política tão ampla que envolvia a política geral canadense em relação à América Latina, conforme propugnada pelo Primeiro-Ministro Pierre Trudeau.

Chefiou a Missão o Senhor Michell Sharp, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, integrando-a ainda outros Ministros de Estado, o que demonstra sua grande significação.

Durante a visita, em contatos com as autoridades brasileiras, foram debatidos, em caráter exploratório, os principais temas das relações Brasil-Canadá: comércio, financiamento, questões internacionais e cooperação científica e cultural.

Durante as negociações, os representantes canadenses tiveram oportunidade de travar conhecimento com Ministros de Estado e com autoridades do mais alto nível do Itamaraty e de outros órgãos do Governo, em clara demonstração do empenho do Governo brasileiro pela aproximação das relações nos campos político, econômico e social. O Itamaraty, através da Divisão da América Setentrional e da Embaixada em Ottawa, tem mantido contato com as autoridades canadenses com vistas ao prosseguimento dos debates.

O mercado consumidor canadense está ainda por explorar. O volume de intercâmbio, todavia, tem apresentado, nos últimos anos, tendência no sentido de maior crescimento e diversificação de ambos os lados. Dentre os principais produtos de exportação destacam-se o café em grão, a hematita, o minério de ferro, o manganês, o sisal e o suco de laranja concentrado. Do Canadá, o Brasil importa alumínio, amianto, papel, equipamento eletrônico e malte.

Finalmente, cumpre citar, além dos estudos apresentados por firmas canadenses para a construção do aeroporto supersônico no Rio de Janeiro, as amplas perspectivas de cooperação científica e técnica, principalmente no campo da energia nuclear. Em fins de 1968, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que tem propiciado intenso intercâmbio de cientistas e professores.

AMÉRICA CENTRAL

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais entre o Brasil e os países da América Central e do Caribe, à exceção de Cuba, mantiveram-se normais durante o ano de 1969. No particular, o aspecto mais delicado tem sido o do asilo, notadamente nas relações com o Governo do Haiti, que denunciou as convenções interamericanas sobre a matéria. A posição brasileira firmou-se, entretanto, de maneira clara, o que permitiu solucionar os problemas existentes e restabelecer o clima de cordialidade nas relações com o Haiti e a Nicaraguá, a despeito das dificuldades surgidas. No México, por outro lado, surgiram pequenos problemas com asilados brasileiros naquele país, todavia, prontamente solucionados por gestões da Embaixada.

CUBA

O Itamaraty acompanhou, igualmente, recebendo informações das diversas Missões diplomáticas da área, os principais acontecimentos políticos relacionados, direta ou indiretamente com o Caribe, tais como o apoio cubano aos movimentos subversivos na América Latina e a situação política interna de Cuba, bem como o movimento que se delineou no âmbito continental, visando ao retorno de Cuba ao sistema interamericano.

Seqüestro de aviões comerciais brasileiros

O seqüestro de aviões comerciais brasileiros, forçados a seguirem rumo a Cuba, iniciou-se em 8 de outubro de 1969. Tal ocorrência levou o Governo brasileiro a tomar providências diversas que, no plano diplomático, assumiram feição multilateral e bilateral. No tocante à primeira, o Brasil e outros Estados apresentaram um projeto de resolução, elaborado na VI Comissão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o qual diz respeito ao desvio, pela força, das aeronaves civis em vôo e à punição dos responsáveis.

Em matéria bilateral, o Itamaraty efetuou gestões junto ao Governo suíço, encarregado dos interesses brasileiros em Cuba, no sentido de que a Embaixada da Suíça em Havana prestasse toda a assistência aos passageiros e tripulantes de aviões nacionais seqüestrados e conduzidos para a capital cubana, bem como tomasse medidas essenciais à pronta liberação dos aparelhos.

QUESTÃO HONDURAS — EL SALVADOR

O Governo brasileiro acompanhou atentamente o desenvolvimento da crise entre Honduras e El Salvador que, em junho, levou aqueles países à guerra. Fiel à sua tradição diplomática de recorrer aos meios pacíficos para a solução de controvérsias, o Brasil prestigiou e deu todo o apoio possível à ação multilateral da Organização dos Estados Centro-Americanos e da OEA. A XIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA, convocada para solucionar o conflito, contou com a participação do Brasil, havendo chegado a uma solução para a crise, no que se constituiu em vitória para o Sistema Interamericano. No campo da ajuda às partes atingidas, o Brasil abriu um crédito especial de NCr$ ..... 300.000,00, do qual 25% em dólares e 75% em cruzeiros, para compras no Brasil.

TRINIDAD E TOBAGO

Foi criada Embaixada junto ao Governo de Trinidad e Tobago, já havendo sido designado Embaixador para aquele posto.

MCCA E ODEGA

São acentuadas as falhas estruturais do Mercado Comum Centro-Americano e da Organização de Defesa Centro-Americana. Há fortes entraves ao ajustamento das economias, os mecanismos são insatisfatórios e o desnível entre os países mais industrializados da área e os demais membros do MCCA ameaça gravemente o processo de integração. O conflito entre Honduras e El Salvador conturbou ainda mais a situação no âmbito do Mercado Comum.

MÉXICO

A despeito do saldo negativo para o Brasil, que se tem verificado nos últimos dez anos, as relações econômicas brasileiro-mexicanas vêm merecendo atenção especial, com a formação de companhias com capitais dos dois países, assim como através de celebração de acordos de complementação industrial e da criação da Comissão Econômica Mista Brasil-México. Assinalem-se, nesse contexto, as visitas realizadas em 1969, a um e outro país, pelos titulares das pastas da Indústria e Comércio do México e do Brasil, que chefiaram delegações integradas por altos funcionários e empresários das respectivas nacionalidades.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Em 1969, objetivaram-se dois efeitos principais: realçar a imagem do parque fabril nacional e criar ambiente para as exportações de manufaturados brasileiros a mercado vinculado

aos Estados Unidos da América, aos países europeus e ao Japão. A crise surgida no MCCA bem como o subseqüente conflito entre Honduras e El Salvador fazem pressupor um decréscimo do intercâmbio comercial com a área centro-americana, particularmente no segundo semestre de 1969. As estatísticas disponíveis cobrem o período de janeiro a junho de 1969 e não acusam uma diminuição no intercâmbio comercial. Assim, as exportações brasileiras para a referida área somaram US$ 5.986 milhões FOB e as importações, de procedência centro-americana, atingiram o montante de US$ 11.047 milhões FOB ou US$ 12.531 milhões CIF. Em têrmos gerais, porém, o comércio com a América Central e o Caribe, no primeiro semestre de 1969, apresentou os seguintes totais em valor:

Exportações brasileiras:	US$ 7.741	milhões FOB
Importações brasileiras:	US$ 21.481	milhões FOB
ou:	US$ 24.509	milhões CIF

DIFUSÃO CULTURAL BRASILEIRA — AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Prosseguiu e intensificou-se em 1969, o programa de difusão cultural brasileira na América Central e no Caribe.

AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DAS INUNDAÇÕES NA GUATEMALA

O governo brasileiro enviou à Guatemala um carregamento de ajuda às vítimas do furacão Francélia. Tal auxílio somava dez toneladas de carga e abrangia gêneros alimentícios e medicamentos.

AMÉRICA MERIDIONAL

ARGENTINA

Durante o ano de 1969 as relações com a Argentina, tanto no plano bilateral como no multilateral, estiveram influenciadas pelas negociações em torno da utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Em decorrência dessa circunstância, tais relações vêm assumindo características de acentuado formalismo no plano político. Foi o que se verificou, por exemplo, quando da III Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, em Brasília, onde os debates sobre o recurso água situaram os dois países em posições apartadas. Posteriormente, através de entendimentos no seio do Comitê Intergovernamental Coordenador, prosseguiu-se nos esforços para conciliar posições definidas no Grupo de Peritos sobre o recurso água, que instalou seus trabalhos a 5 de agosto no Rio de Janeiro. Culminaram esses entendimentos com a aprovação de uma Agenda para a próxima reunião do referido Grupo, marcada para 10 de março, que, substancialmente, incorpora as teses brasileiras de focalizar o tema da água discutindo-o simultaneamente em seus aspectos técnicos e jurídicos. Evitou-se assim a tendência «juridicista» sustentada pela Argentina desde a I Reunião de Chanceleres, realizada em Buenos Aires, em 1967.

Dentro da orientação adotada na matéria, continuaram a ser proporcionadas aos técnicos e personalidades argentinas interessadas, oportunidade de visitar as obras hidrelétricas, atualmente em execução na bacia do Paraná. Assim, além do General Luís Maria Spiegel, Presidente da Comissão Nacional da Bacia do Prata, convidado a visitar aquelas obras, também veio ao Brasil, com idêntica finalidade, o General Manoel José Olascoaga, Presidente da empresa «Hidroservice», que tem a seu cargo a execução do projeto hidrelétrico de Chocon-Cerros Colorados.

Quanto às relações econômicas, verificou-se, por ocasião da VI Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, que o intercâmbio entre ambos os países alcançou, no ano de 1968, elevadas cifras, que claramente evidenciam sua importância, estimando-se que, uma vez elaborados os dados estatísticos para 1969, serão registrados os níveis mais altos até agora alcançados no intercâmbio comercial argentino-brasileiro.

Na mesma Reunião manifestou-se acordo, dentre outros, quanto aos seguintes pontos: 1) atualizar o mecanismo vigente para a organização de mostras e exposições comerciais, industriais e outras, em ambos os países; 2) concentrar esforços no âmbito da ALALC para concretizar o aperfeiçoamento da Zona Livre de Comércio, como fase anterior ao estabelecimento de sistemas mais avançados de integração regional; 3) promover a realização de reuniões especializadas que deverão estudar o Convênio de Transportes Terrestres e a negociação de um convênio de transporte fluvial fronteiriço de passageiros, veículos e cargas; 4) dar especial ênfase à necessidade de ser negociado, através de contatos especializados oficiais, o intercâmbio turístico em ambos os sentidos; 5) salientar a contribuição das reuniões empresariais, como a realizada paralelamente à VI CEBAC, para o incremento do comércio e para a solução conjunta de problemas com ele relacionados.

Do ponto-de-vista econômico, a Argentina é o 3.° maior comprador do Brasil, logo após os Estados Unidos da América e a República Federal da Alemanha. Nos três anos anteriores a 1969, comprou-nos uma média anual aproximada de US$ 150.000.000 de mercadorias diversas, o que coloca o Brasil em 2.° lugar como seus fornecedores. Aspecto igualmente importante, a Argentina é o maior comprador, em todo mundo, de produtos manufaturados brasileiros. Representaram apreciável progresso os resultados anualmente obtidos nas reuniões da Comissão Nacional Argentino-Brasileira de Coordenação, órgão criado por acordo de governos para o fomento das relações econômicas bilaterais.

PARAGUAI

Em 27 de março, reuniram-se, em Foz do Iguaçu, os Presidentes Arthur da Costa e Silva e Alfredo Stroessner, para a inauguração da rodovia BR-277, que integra, através da Ponte da Amizade, a estrada Assunção-Paranaguá. Na ocasião, os dois mandatários assinaram uma Declaração Conjunta em que, entre outros pontos, manifestaram a disposição dos dois Governos de imediatamente reativar, em bases mais amplas, as Comissões Mistas Permanentes de Comércio e Investimentos.

Em 16 de maio, foi assinado, no Rio de Janeiro, durante uma reunião dos Ministros de Agricultura da América Latina, um «Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaio no Combate à Febre Aftosa».

No mês de julho, visitaram o Brasil, percorrendo as obras hidrelétricas do rio Paraná, os membros da Comissão Nacional da Bacia do Prata do Paraguai.

No dia 3 de dezembro, foi assinado, em Assunção, contrato entre a Administración Nacional de Eletricidad (ANDE) e a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), para o fornecimento, ao oeste do Estado do Paraná, de parte da energia

elétrica produzida pela usina hidrelétrica paraguaia do Acaraí. Do dia 16 ao dia 19 de dezembro, reuniram-se no Rio de Janeiro, por convocação do Governo brasileiro, as Comissões Mistas Permanentes de Comércio e Investimentos Brasil-Paraguai. Ao final dos trabalhos, foi assinada uma Ata na qual se registraram recomendações de caráter concreto, com base em uma Agenda que abrangeu aspectos de intercâmbio comercial, questões financeiras, projetos de complementação industrial, entrepostos de depósitos francos, transportes e turismo. De acordo com recomendações da Ata, deverá reunir-se, possivelmente em princípios de fevereiro, em Assunção, uma Comissão Especial de Transportes e Turismo Brasil-Paraguai.

No dia 19 de dezembro, foi assinado, entre o Ministério dos Transportes e uma firma privada, contrato para a construção de uma ponte sobre o rio Apa, como resultado do acordo firmado entre o Brasil e o Paraguai, em dezembro de 1967.

CHILE

Como medida destinada a implementar as sugestões examinadas durante a visita ao Brasil do Presidente Eduardo Frei, em agosto de 1968, iniciaram-se, em fevereiro de 1969, trabalhos de preparação da visita de uma Missão Comercial Chilena, chefiada pelo Subsecretário das Relações Exteriores daquele país, Embaixador Patrício Silva, cuja chegada está prevista para os primeiros meses deste ano.

BACIA DO PRATA

A I Reunião Extraordinária e a III Reunião Ordinária de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, realizada em Brasília nos dias 22 a 25 de abril de 1969, assinalam a complementação da primeira fase do processo de desenvolvimento multinacional integrado na Bacia, iniciado em fevereiro de 1967, com a I Reunião de Buenos Aires e que teve, no

ano seguinte, sua primeira formulação específica nos projetos incluídos na «Ata de Santa Cruz de la Sierra» pela II Reunião de Chanceleres.

Com a assinatura, na I Reunião Extraordinária, do Tratado da Bacia do Prata, completou-se a institucionalização do sistema constituído pelos países da citada Bacia, através das seguintes medidas: 1) reuniões anuais dos Chanceleres dos países da Bacia; 2) reconhecimento ao Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC) do caráter de órgão permanente, destinado a «promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais» na área; 3) identificação das Comissões ou secretarias técnicas nacionais como entidades de assessoria; 4) consolidação, no artigo I do Tratado, dos objetivos da ação multinacional.

Em conseqüência da «Ata de Brasília» foram criados no âmbito do CIC os seguintes Grupos de Peritos: a) Financiamento de Projetos; b) Intercâmbio Comercial e Complementação Industrial; e c) Recurso Agua. Anteriormente, a partir de 14 de abril, já havia o Brasil iniciado sua participação nos Comitês *ad hoc,* constituídos para estudar os seguintes projetos, incluídos na «Ata de Santa Cruz de la Sierra»: A-4 (permitir a navegação permanente e assegurar sua manutenção nos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e da Prata, especialmente nos trechos Corumbá-Assunção, Assunção-Confluência, Confluência-Rio da Prata, Salto Grande-Nova Palmira); A-5 (obras de infra-estrutura de interconexão rodoviária, ferroviária e de comunicações entre os países-membros) e A-6 (integração energética da Bacia).

A cargo da Unidade de Recursos Naturais da Organização dos Estados Americanos já se acham atribuídos os projetos A-2 (hidrometeorologia e posterior estabelecimento e funcionamento da rede regional de estações hidrometeorológicas) e A-3 (inventário e análise da informação básica sobre os recursos naturais da Bacia e temas pertinentes). Em todos os casos, trata-se de «projetos compartilhados», isto é, com a participação dos cinco países-membros.

Em junho, esteve no Brasil o Presidente da Comissão Nacional da Bacia do Prata da Argentina, General-de-Brigada Luís Maria Spiegel. No mês seguinte, visitaram o país os membros da Comissão paraguaia da Bacia do Prata.

POLÍTICA AMAZÔNICA

O Itamaraty participou das principais reuniões destinadas a estudar e a sugerir medidas para a execução da política do Governo Federal relativa à ocupação efetiva dos espaços vazios e das zonas de fronteiras da Amazônia.

Assim é que esteve presente, através de representante credenciado, a todas as reuniões do Conselho Deliberativo da SUDAM e do Grupo de Trabalho de Integração da Amazônia — GTINAM —, criado pelo Decreto n.° 61.330, de 11 de setembro de 1967.

Em janeiro de 1969, deu o Itamaraty todo apoio à iniciativa do Ministério dos Transportes que conduziu à assinatura, na capital do Acre, da «Ata de Rio-Branco», pela qual os Governos do Brasil, Bolívia e Peru fixaram os critérios que nortearão a ação coordenada dos três países, com vistas à abertura das conexões rodoviárias entre Brasília e Lima e entre La Paz e Rio Branco. Naquela reunião, à qual compareceram dois representantes do Itamaraty, decidiu-se, ainda, a criação do «Subcomitê Tripartite Bolívia-Brasil-Peru», com sede em Lima.

Em julho de 1969, e atendendo a solicitação do DNER, o Itamaraty se fez representar por um observador na II Reunião do Subcomitê Vial Pan-amazônico, realizada em Manaus.

BOLÍVIA

Os principais fatos que caracterizaram as relações do Brasil com a Bolívia, em 1969, foram os seguintes:

1) troca dos instrumentos de ratificação dos Convênios de Roboré;

2) início dos estudos com o Banco Central para a redação do projeto de Acordo de Estatuto e Regulamento para o «Fundo de Desenvolvimento», a ser constituído pelos pagamentos que efetuará a Bolívia ao Brasil, a partir de 1970, referentes à dívida decorrente da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz.

Ademais, foi dado o primeiro passo com vistas à cooperação brasileiro-boliviana no setor naval, com a atribuição ao Adido Militar e Aeronáutico junto à Embaixada em La Paz das funções de Adido Naval. Igualmente, está sendo objeto de estudo a assinatura de um acordo relativo ao levantamento das condições de navegabilidade dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé.

COLÔMBIA

Em 1969, o Itamaraty iniciou contatos com o Ministério da Saúde em torno da possibilidade da conclusão, com o Governo da Colômbia, de um Acordo Sanitário que coordene as medidas de saúde pública na zona amazônica de competência de ambos países.

Visitou o Brasil, onde manteve contatos articulados pelo Itamaraty, o Senhor Virgilio Barco, ex-Prefeito de Bogotá e, posteriormente, Diretor do BIRD, onde representa o Brasil, Colômbia, Equador e Haiti.

Ainda em 1969, prosseguiram os estudos visando à assinatura de um acordo destinado a evitar a dupla tributação sobre os rendimentos, capital e patrimônio das empresas de navegação marítima e área do Brasil e da Colômbia.

O Itamaraty acompanhou em conjunto com o Ministério da Marinha, através da visita de corvetas da Flotilha do Amazonas à região de Letícia, os planos de desenvolvimento da Amazônia colombiana.

EQUADOR

Durante o ano de 1969, foram feitos estudos preparatórios para a reunião da Comissão Mista Brasil-Equador, que se realizará a partir de 11 de fevereiro de 1970, em Quito. Da agenda constam os seguintes itens:

a) aprovação do Relatório da Subcomissão Técnica de Transportes;

b) futuras atribuições da Subcomissão Técnica de Transportes;

c) temas de interesse geral relativos à implementação da Via Interoceânica;

d) exame do intercâmbio comercial;

e) estudos das possibilidades do intercâmbio de combustíveis.

Por iniciativa do Itamaraty, estão sendo realizados entendimentos entre o Governo equatoriano e firmas construtoras brasileiras, com vistas à construção, por estas últimas, de trechos do setor terrestre da Via Interoceânica. Tal fato abre perspectivas muito favoráveis à técnica nacional em termos de cooperação na área amazônica.

Ainda por iniciativa do Itamaraty estão em curso entendimentos entre a PETROBRAS e o Ministério das Indústrias e Comércio do Equador, com vistas ao estudo de fórmulas de cooperação entre os dois países no setor de combustíveis.

GUIANA

Em agosto de 1969, o Ministro de Estado da Guiana, Shridath S. Ramphal, visitou oficialmente Brasília e o Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, ao lado do reexame dos temas abordados, quando da visita do Vice-Primeiro Ministro Reid, foram iniciados entendimentos para o estabelecimento, na Guiana, de um entreposto de depósito franco, destinado a estimular e disciplinar o intercâmbio bilateral. Foi reafirmado, ainda, o interesse na diversificação das vias de comunicação entre o Brasil e a Guiana, bem como na troca de informações sobre os programas de desenvolvimento regional. O Ministro Ramphal comunicou a decisão de seu Governo de criar uma Embaixada em Brasília, já havendo Embaixador designado, a Senhora Ann Jardim.

Ainda em 1969, prosseguiram os trabalhos relativos à negociação de um acordo aéreo proposto pela Guiana e ora em exame pela CERNAI.

Ademais, foram mantidos contatos com os Ministérios do Exército e dos Transportes, a fim de articular uma eventual cooperação técnica na construção da estrada Mackenzie-Lethem, parte da conexão rodoviária Brasil-Guiana.

VENEZUELA

Os fatos mais significativos nas relações Brasil-Venezuela, em 1969, foram os seguintes:

1) articulação da visita do Chanceler Aristides Calvani;

2) estudos visando à criação de representação consular em Ciudad Bolivar.

Nas reuniões do Grupo de Trabalho de Integração da Amazônia (GTINAM), interessou-se o Itamaraty pela aceleração

das obras da rodovia Manaus-Boa Vista-Fronteira da Venezuela, de maneira a permitir a vinculação dos sistemas rodoviários brasileiro e venezuelano através, respectivamente, da BR-174 e da estrada que liga Santa Helena a Caracas.

Em coordenação com o Ministério do Interior e, através deste, com a SUDAM e SUDENE, tem buscado o Itamaraty estimular o intercâmbio entre as entidades incumbidas dos programas de desenvolvimento regional em ambos os países.

*
* *

ORGANISMOS AMERICANOS

O Itamaraty já havia iniciado em fins de 1968, com a colaboração de várias entidades brasileiras interessadas, a aceleração dos estudos tendentes a uma necessária reformulação da cooperação interamericana, tornada mais provável dada a mudança da Administração dos Estados Unidos da América nas eleições de 1968. Em resposta ao convite dirigido pelo Presidente Nixon à América Latina, no sentido de que apresentasse suas aspirações no campo do desenvolvimento, tomou o Brasil a iniciativa de propor a convocação da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana), para coordenar as reivindicações latino-americanas nos campos econômico, de comércio e financiamento, social e científico-tecnológico.

A CECLA reuniu-se em Santiago, no início de abril, para uma sessão preparatória em nível técnico, e novamente em Viña del Mar, de 7 a 17 de maio, em nível técnico e ministerial, aprovando, então, o «Consenso Latino-Americano de Viña del Mar», documento formalmente entregue ao Presidente Nixon, no mês de junho, pelo Chanceler chileno, Presidente da CECLA, acompanhado dos Chefes de Missão Latino-Americanos em Washington.

Entre 14 e 23 de junho, realizou-se em Port-of-Spain, Trinidad-Tobago, a VI Reunião Ordinária do CIES, aprovando a «Declaração de Port-of-Spain», que estabeleceu o mecanismo — uma Comissão Especial do CIES — e calendário de reuniões, para negociação, a curto prazo, do novo enfoque para a cooperação interamericana e elaboração das bases e proposta dos instrumentos apropriados de ação e de uma nova política de cooperação hemisférica, adaptadas às reivindicações contidas no «Consenso», às propostas dos Estados Unidos e aos princípios e objetivos já definidos no Sistema Interamericano.

Realizou-se, outrossim, em junho, a visita à América Latina da Missão Presidencial norte-americana, chefiada pelo Governador Nelson Rockefeller, que cumpriu no Brasil programa intensivo de contatos com autoridades brasileiras e representantes do setor privado. As conversações foram organizadas por Grupo Interministerial, sob a coordenação do Itamaraty. Realizou-se, também, em Port-of-Spain, a VI Reunião do Conselho Interamericano Cultural, imediatamente antes do VI CIES. Durante essa reunião foi dado prosseguimento à implementação dos programas multilaterais de cooperação para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, chamados «Programas de Maracay», que haviam sido lançados na VI Reunião do CIC, em 1968. A principal tarefa da reunião foi adaptar os planos iniciais — baseados num fundo de contribuições voluntárias muito ambicioso (US$ 25 milhões) — às possibilidades reais do fundo obtido (US$ 6,5 milhões).

Nos meses de maio e junho, teve lugar em Washington a IX Assembléia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Em Quito, no mês de abril, realizaram-se as reuniões da Junta Diretora e do Conselho Técnico Consultivo do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. As reuniões do IICA permitiram dar novo impulso à cooperação entre aquele organismo e o Governo brasileiro, criando um Comitê Assessor para adequar os programas ao planejamento brasileiro, e uma Comissão Assessora internacional encarregada de elaborar o

plano definitivo do importante «Programa Cooperativo para o Desenvolvimento do Trópico Americano», cuja sede o Brasil está pleiteando seja instalada em Belém do Pará. A referida Comissão Assessora deverá reunir-se em Belém, a 26 de janeiro de 1970, a fim de levar adiante os estudos sobre a matéria.

No âmbito do IICA, merece atenção a eleição para o cargo de Diretor Geral, deixado vago com a renúncia do Engenheiro Armando Semper. A eleição para a direção do órgão foi marcada para 14 de janeiro de 1970, sendo as principais candidaturas a do Ministro Yglesias, da Costa Rica, e a do Engenheiro José Emílio Araujo, do Brasil.

Em novembro teve lugar em Porto Alegre a IV Reunião dos Países do Cone Sul para o Desenvolvimento Comunitário. O Itamaraty acompanhou os aspectos políticos da reunião, que objetivava preparar a I Reunião Interamericana de Desenvolvimento Comunitário, realizada posteriormente em Santiago do Chile, bem como os aspectos relativos à cooperação técnica.

A citada «Resolução de Port-of-Spain» estabelecia uma reunião, em outubro, da Comissão Especial do CIES, em nível técnico, seguida de uma reunião extraordinária do CIES, em nível ministerial. Tendo sido anunciado para 31 de outubro um importante pronunciamento do Presidente Nixon, que definiria a política dos Estados Unidos com relação à cooperação hemisférica, foi adiada para 17 de novembro a reunião em nível técnico, ficando a data da reunião em nível ministerial também transferida para data posterior. A fim de preparar as instruções à delegação brasileira na reunião inicial, foi organizado um Grupo de Trabalho no Itamaraty, com a participação do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Banco Central, CACEX, e Conselho Nacional de Pesquisas, e que contou ainda com a colaboração setorial de outros órgãos.

A Comissão Especial reuniu-se de 17 a 30 de novembro. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Lauro Escorel de Moraes, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos

Americanos do MRE, e contou com representantes das entidades participantes do grupo preparatório. Por proposta da Delegação brasileira, a Comissão Especial foi dividida em três Subcomissões: de Comércio, Transportes e Turismo; de Financiamento Externo e Investimento Privado Estrangeiro; e de Cooperação Técnica e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tendo cabido ao Brasil a presidência desta última. Iniciada a reunião, verificou-se que a posição dos Estados Unidos da América ainda não permitia que a sua delegação formulasse propostas concretas para a execução dos propósitos mencionados no discurso do Presidente Nixon e correspondentes às reivindicações latino-americanas. Nas duas primeiras Subcomissões não houve, assim, resultados sensíveis. Na terceira Subcomissão os resultados foram, contudo, apreciáveis, tendo sido marcadas para 1971 uma Conferência sobre Aplicação de Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina — para a qual nossa Delegação ofereceu Brasília como sede — e uma Conferência Interamericana (em nível técnico) sobre Patentes.

A complexidade dos assuntos tratados e a subsistência de divergências substantivas tornaram conveniente a simples suspensão dos trabalhos da reunião da Comissão Especial e seu reinício em Caracas no dia 26 de janeiro de 1970.

No curso de 1969 a OEA foi ampliada, com a admissão da Jamaica como novo membro. A OEA elaborou, também, um projeto para novo Acordo de Privilégios e Imunidades, que foi submetido aos Estados membros e levado a estudo pelo Ministério das Relações Exteriores. No Itamaraty prosseguiram os estudos sobre demografia e política de população no âmbito interamericano e mundial, com vistas a coordenar a atuação dos órgãos brasileiros no exterior, ante a ampliação das atividades dos organismos internacionais, no âmbito das Nações Unidas e da OEA, bem como de países individuais, atividades essas que podem afetar a liberdade de ação do Governo brasileiro para estabelecer políticas econômicas e sociais, inclusive no campo demográfico, condizentes com os interesses nacionais.

EUROPA OCIDENTAL

ESCANDINÁVIA

Constituindo a Dinamarca, a Islândia, a Noruega, a Suécia e a Finlândia — sobretudo os quatro primeiros países — um bloco com características especiais ligado por afinidades culturais, econômicas e políticas, muitas vezes é mais interessante encarar as relações do Brasil com o bloco como um todo, em vez de se considerar os países isoladamente. Exemplo nesse sentido é o campo dos transportes aéreos e marítimos.

Acordo sobre Transportes Aéreos

Em novembro de 1968, discutiu-se, em Estocolmo, um anteprojeto de acordo aéreo entre o Brasil e a Escandinávia. Como não se chegou a uma identidade de pontos-de-vista, as negociações foram interrompidas amigavelmente e retomadas no Rio de Janeiro, em 1969, daí resultando o Acordo sobre Transportes Aéreos, assinado nesta capital em 18 de março de 1969.

Com a aprovação do referido Acordo pelo Decreto-lei n.º 601, de 29 de maio de 1969, ficaram concluídas, por parte do Governo brasileiro, as formalidades constitucionais para a entrada em vigor daquele Ato internacional.

Acordo Empresarial sobre Divisão de Cargas

Em 9 de outubro de 1969, foi assinado em Hamburgo um acordo sobre divisão de cargas entre portos da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia e os portos brasileiros compreendidos entre Vitória e Paranaguá, inclusive. O ato foi firmado entre a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, a Empresa de Navegação Aliança S.A. e as seguintes companhias escandinavas: OY Suomen Etelä-Amerikan Linja (Helsinki); Finland Sydamerika Linjen AB (Helsinki); Det Forenede Dampskibs-Selskab A/S (Copenhague); Rederiaktiebolaget Nordstejernan (Estocolmo); e Den Norske Syd-Amerika Linje (Oslo).

Estabeleceu-se um *pool* para a divisão equitativa da carga, a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1970.

As duas empresas brasileiras são consideradas como uma única linha para efeitos do *pool.*

DINAMARCA

Só uma dificuldade maior pôde ser observada nas relações dano-brasileiras em 1969, que transcorreram de modo muito cordial e amigável. Esta dificuldade é a liquidação do saldo devedor deixado pela extinta Companhia Nacional de Navegação Costeira junto aos estaleiros dinamarqueses da Burmeister & Wain pelos reparos sofridos pelo navio «Princesa Leopoldina» em 1965. Esperava-se para breve uma solução para o assunto.

Aquisição de Petroleiros

Em 26 de setembro de 1969, foram lançados ao mar dois superpetroleiros encomendados pela PETROBRAS aos estaleiros da Odense Steel Shipyard, em 1968. A cerimônia de lançamento dos navios, de 115.000 toneladas cada, esteve presente o Presidente da PETROBRAS.

Festival Brasileiro de Odense

Realizou-se, de 22 a 26 de setembro de 1969, o Festival Brasileiro de Odense. Na oportunidade, foram expostos, em lojas da cidade, artigos diversos, tais como pedras preciosas e semipreciosas, café, artigos de couro e de madeira, cosméticos, toalhas, sucos de frutas, móveis, etc. Distribuiu-se farto material de propaganda pela cidade e efetuou-se a exposição de obras de dois pintores brasileiros.

NORUEGA

No quadro das relações noruego-brasileiras, que se desenrolaram numa atmosfera de cordialidade durante o ano de 1969, os dois acontecimentos de maior importância foram a designação de novo Adido Aeronáutico e as providências para a ratificação do acordo sobre bitributação.

Adido Aeronáutico

A Noruega concedeu beneplácito ao Coronel Aviador Durval de Almeida Luz, nomeado por Decreto de 6 de junho de 1969, para exercer as funções de Adido Aeronáutico junto à Embaixada em Oslo.

Acordo sobre bitributação

O Itamaraty encaminhou à Presidência da República, para a necessária assinatura, o instrumento brasileiro de ratificação da Convenção para Evitar Dupla-Taxação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, assinada no Rio de Janeiro em 20 de outubro de 1967 e aprovada pelo Decreto-lei n.º 505, de 17 de março de 1969.

SUÉCIA

Nenhuma dificuldade veio empanar as relações sueco-brasileiras durante 1969, as quais se caracterizaram pelo tom

amigável. Salientaram-se, no ano em questão, a apresentação de credenciais do novo Embaixador do Brasil, a designação de novo Adido Aeronáutico e a visita do Ministro das Comunicações a Estocolmo.

Apresentação de Credenciais

Em 25 de março de 1969, Sua Excelência o Senhor Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo apresentou a carta credencial que o acredita Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil em Estocolmo.

Novo Adido Aeronáutico

O Governo sueco concedeu beneplácito ao Coronel Aviador Durval de Almeida Luz, nomeado por Decreto de 6 de junho de 1969 para exercer as funções de Adido Aeronáutico junto à Embaixada em Estocolmo.

Visita do Ministro das Comunicações à Suécia

Entre 29 de julho e 5 de agosto de 1969, esteve na Suécia Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Furtado de Simas, Ministro de Estado das Comunicações. Naquele país, o Ministro Simas avistou-se com seu colega sueco, visitou a Repartição de Telecomunicações e entidades interessadas no campo das comunicações.

FINLÂNDIA

O fato mais significativo registrado nas relações fino-brasileiras, durante o ano de 1969, foi a apresentação de credenciais do novo Embaixador do Brasil. De resto, as ditas relações se desenvolveram dentro de sua tradicional atmosfera de cordialidade.

Apresentação de Credenciais

No dia 4 de dezembro de 1969, Sua Excelência o Senhor Carlos Jacyntho de Barros apresentou ao Presidente a carta credencial que o acredita Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Finlândia.

ISLÂNDIA

Acordo para a Supressão de Vistos

Por troca de notas realizadas em Washington, celebrou-se um acordo entre o Brasil e a Islândia para a supressão de vistos em passaportes (diplomáticos, especiais e comuns) para a permanência dos nacionais de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante durante três meses.

As notas brasileira e islandesa são datadas, respectivamente, de 25 de agosto e 28 de agosto de 1969.

O acordo entrou em vigor no dia 28 de novembro de 1969.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Dando prosseguimento à política de estreitamento das relações Brasil-Alemanha, cujo ponto alto em 1968 fora a visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Willy Brandt, mantiveram-se as relações bilaterais particularmente dinâmicas em 1969. Nesse sentido, merecem especial destaque as visitas do Ministro da Pesquisa Científica da RFA, do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e a assinatura do Acordo Geral de Cooperação sobre Ciência e Tecnologia e do Acordo Cultural.

Visita do Ministro da Pesquisa Científica da RFA

A fim de dar prosseguimento ao plano de cooperação nos setores da ciência e tecnologia, esteve no Brasil, a convite do

Governo brasileiro, de 25 a 29 de março de 1969, o Ministro da Pesquisa Científica da RFA, Doutor Gerhard Stoltenberg, acompanhado de técnicos alemães.

Além de visitar o Instituto de Energia Atômica em São Paulo, o Centro Técnico da Aeronáutica em São José dos Campos, e a Usina de Três Marias das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), o Ministro Stoltenberg manteve conversações prolongadas com o Ministro das Relações Exteriores, Deputado José de Magalhães Pinto, e com o Ministro de Minas e Energia, Professor Antonio Dias Leite, das quais resultou um entendimento básico a respeito do Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica, anunciado pelo comunicado conjunto emitido por ocasião da visita do Ministro Willy Brandt.

Visita à Alemanha do Ministro Magalhães Pinto e assinatura de acordos

Em retribuição à visita do Ministro Brandt, o Ministro José de Magalhães Pinto esteve na Alemanha de 9 a 12 de junho de 1969, quando foi recebido pelo Presidente Federal, Doutor Heinrich Luebke, e pelo Chanceler Federal, Doutor Kurt Georg Kiesinger. Acompanhado de peritos brasileiros do setor da ciência e tecnologia, o Ministro Magalhães Pinto manteve entendimentos com o Ministro da Pesquisa Científica, Doutor Gerhard Stoltenberg. Com o seu colega dos Negócios Estrangeiros, o Ministro Magalhães Pinto passou novamente em revista as relações bilaterais e internacionais dos dois países e assinou dois acordos: Acordo Geral de Cooperação sobre Ciência e Tecnologia e o Acordo Cultural.

O primeiro desses acordos, já aprovado e promulgado no Brasil, merece um destaque singular. Além de manifestar a fé comum dos dois países na ciência e na tecnologia como os instrumentos mais capazes de promover o progresso e garantir a paz, cobre campos de grande importância: a energia nuclear e o desenvolvimento da tecnologia nuclear, a pesquisa aero-

náutica e espacial, a oceonografia, a documentação científica e o processamento eletrônico de dados. O Acordo Geral abre as mais variadas formas de cooperação, que será objeto, em cada caso, de convênios especiais.

O Acordo Cultural prevê o fomento do intercâmbio entre o Brasil e a RFA nos setores da educação, da arte e da literatura. Em especial, a parte alemã empenhar-se-á no sentido da criação de cátedras, leitorados e cursos de língua portuguesa e cultura brasileira em Universidades alemãs; a parte brasileira fomentará o ensino da língua e cultura alemãs nas Universidades brasileiras. As escolas brasileiras terão a faculdade de incluir no seu currículo a língua alemã como disciplina optativa. Além disso, poderá ser permitida a criação de escolas especiais para cidadãos alemães no Brasil e para cidadãos brasileiros na RFA.

Transportes marítimos

Resolvido em 1968 o problema dos transportes marítimos em âmbito empresarial, representantes dos dois Governos reuniram-se em Hamburgo, de 6 a 8 de outubro de 1969, quando, por proposta do Brasil, concordou-se com o estabelecimento de um mecanismo de consulta capaz de prover maior rapidez e flexibilidade à solução de eventuais problemas setoriais.

Principais financiamentos

Foi assinado no Rio de Janeiro, a 9 de abril de 1969, um Protocolo sobre Cooperação Financeira Brasil/RFA, pelo qual o Instituto de Crédito para Reconstrução (Kreditanstalt für Wiederaufbau) de Frankfurt, concede empréstimos até 54 milhões de marcos. Desse total, 40 milhões serão canalizados através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para o financiamento de investimentos de empresas de porte médio ou pequeno da indústria manufatureira privada brasileira, e até 14 milhões serão destinados ao financiamento da expansão da infra-estrutura de circulação da Companhia Vale do Rio Doce.

Protocolo de idêntica natureza foi firmado em 30 de maio, prevendo a concessão de empréstimos no valor de 90 milhões de marcos às Centrais Elétricas de São Paulo, para a aquisição de equipamentos e serviços de firmas alemãs no quadro do projeto da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

FRANÇA

Relações políticas e comerciais

Nas relações políticas Brasil-França, perdurou, em 1969, a tradicional amizade que une os dois países. No plano comercial, entretanto, mantiveram-se praticamente inalteradas as dificuldades impostas às exportações brasileiras pelo caráter restritivo do regime importador da França. A única melhoria, nesse sentido, foi a suspensão da proibição de 1964 para a entrada de carnes brasileiras na França, através do restabelecimento das importações de carnes oriundas do Rio Grande do Sul. Dentre os produtos de interesse do Brasil, cujo acesso ao mercado francês é prejudicado pelo sistema de contingenciamento das importações, destaca-se o palmito, que está sendo objeto de gestões do Brasil, no sentido de obter-se a sua liberalização naquele mercado.

Apesar das referidas dificuldades, o Itamaraty encarou com toda simpatia os esforços realizados pela França em 1969, a fim de ampliar o volume das suas vendas ao Brasil. Cumpre destacar, nesse sentido, a vinda, em novembro, de uma missão industrial francesa chefiada pelo General Buchalet e integrada por representantes de grandes firmas francesas. Durante sua permanência no Brasil, a missão foi recebida no Itamaraty e estabeleceu uma série de contatos comerciais que certamente se traduzirão por um importante incremento das exportações francesas ao nosso país.

Tendo o General Buchalet visitado o Brasil também na qualidade de Presidente da Seção Francesa do Comitê de Contatos franco-brasileiro, órgão cuja instituição foi recomendada pela

Comissão Mista Brasil-França de 1967, o Itamaraty apoiou a iniciativa da Confederação Nacional da Indústria de instalar, a 16 de outubro de 1969, a Seção Brasileira do referido Comitê, presidida pelo Presidente daquela Confederação.

A fim de promover o aumento das compras dos nossos produtos, o Itamaraty convidou importantes importadores franceses para visitarem a primeira Feira Internacional da Alimentação, realizada em São Paulo, de 22 de novembro a 7 de dezembro.

Financiamentos

Graças aos esforços conjuntos dos diversos órgãos do Governo brasileiro, foi assinado em Paris, a 6 de junho de 1969, um Protocolo Financeiro entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Francesa com o objetivo de permitir a colocação de encomendas de bens e serviços junto à indústria francesa no quadro do Plano Siderúrgico Nacional e para o programa de expansão da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). O protocolo em questão confirma a concessão de créditos privados no valor de 12,5 milhões de francos para a compra de equipamentos e serviços e concede um empréstimo adicional do Governo francês no valor de 37,5 milhões de francos.

Após entendimentos havidos entre os dois Governos, parte desse crédito (12,5 milhões) do Tesouro francês foi estendido, em outubro, à Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), que contratou, concomitantemente, financiamentos da ordem de 37,5 milhões de francos com um consórcio de bancos privados franceses.

Cooperação técnico-científica

Foram recebidos no Itamaraty, em agosto de 1969, alguns membros da Comissão de Assuntos Culturais do Senado Francês, incumbidos de avaliar *in loco* os resultados da assistência técnico-científica, concentrada, principalmente, na concessão

de bolsas de estudo na França e no envio de professores e de técnicos ao Brasil. Naquela ocasião, o Itamaraty manifestou sua satisfação pela ajuda francesa e apresentou sugestões com vistas a torná-la ainda mais proveitosa.

GRÃ-BRETANHA

Dinamizadas em 1968 pela visita de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, as relações Brasil-Grã-Bretanha mantiveram em 1969 um ritmo particularmente ativo, sobretudo no campo comercial.

Relações comerciais

O intercâmbio comercial anglo-brasileiro foi substancialmente reativado no ano passado, com iniciativas de vulto tomadas por ambas as partes.

Dentre as ofensivas inglesas destinadas a conquista de novos mercados, destaca-se a Feira Industrial Britânica realizada em São Paulo, no mês de março, em que se registrou um volume de negócios superior a NCr$ 140 milhões.

Com a finalidade de incrementar as exportações britânicas, visitou o Brasil, de 29 de setembro a 10 de outubro, uma missão comercial chefiada pelo Senhor Leopold de Rothschild. Esta missão manteve contactos com os Ministros da Indústria e do Interior e visitou o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, o Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e a Confederação Nacional da Indústria.

Por seu lado, o Brasil também envidou esforços no sentido de aumentar suas vendas ao Reino Unido.

Aproveitando a visita particular à América Latina, nos meses de agosto e setembro de 1969, do Senhor Edmund Dell, Ministro do Comércio da Grã-Bretanha, discutiram-se no Itamaraty assuntos relativos ao intercâmbio comercial entre o Brasil

e o Reino Unido, tendo-se tratado principalmente da eventual eliminação de obstáculos às exportações brasileiras para a Grã-Bretanha.

Destacam-se, ainda, as várias tentativas do Itamaraty, em coordenação com outros órgãos do Governo brasileiro, no sentido de obter, junto às autoridades britânicas, a amenização das sucessivas restrições que foram impostas, no decorrer de 1969, à entrada de carnes brasileiras no Reino Unido. Esforço importante nesse sentido foi realizado em função da recente intenção britânica de instituir um novo sistema de importação de carnes, compreendendo a aplicação de direitos variáveis sobre o produto de fornecedores estrangeiros. Reunidos em Londres, no mês de novembro, com autoridades britânicas, os representantes do Itamaraty expuseram a posição do Governo brasileiro contrária ao esquema proposto pela Grã-Bretanha e apresentaram sugestões no sentido de atingir-se, por meios adequados, a estabilização do mercado britânico de carne bovina.

Há que se registrar, também, o convite feito pelo Itamaraty a importadores ingleses para assistirem à «I Feira Internacional de Alimentação» (realizada em São Paulo de 22 de novembro a 7 de dezembro de 1968), com o objetivo de familiarizá-los com os mais recentes produtos brasileiros daquele setor.

Financiamentos

Foi concedido, em 29 de agosto de 1969, por N.M. Rothschild & Sons, financiamento à Marinha de Guerra para a compra de dois submarinos de fabricação inglesa.

Cooperação Tecnológica

Visitou o Brasil, de 30 de setembro a 9 de outubro, o Senhor J.P. Mallalieu, Ministro da Tecnologia da Grã-Bretanha, que apresentou sugestões no sentido de uma maior aproximação entre os setores técnicos dos dois países. Esteve no Rio de Janeiro, em São José dos Campos, São Paulo e Brasília, tendo visitado, entre outras, as instalações aeronáuticas brasileiras.

PAÍSES BAIXOS

No quadro das relações do Brasil com os Países Baixos durante o ano de 1969, merece destaque especial a visita do Ministro Sem Pasta, encarregado de Assuntos Relativos ao Auxílio para o Desenvolvimento, B. J. Udink. Acompanhado do Doutor J. Meyer, Diretor-Geral de Coordenação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministro Udink foi recebido no Itamaraty no dia 3 de março, quando rubricou o texto que serviu de diretriz às negociações do Acordo Básico de Cooperação Técnica. O referido acordo, assinado no Rio de Janeiro a 25 de setembro, visa a estruturar e a tornar mais objetiva a cooperação entre os dois países.

BÉLGICA

No ano de 1969, as relações do Brasil com a Bélgica mantiveram-se no clima de cordialidade que as caracteriza.

Vale, sobretudo, citar a visita que o Ministro de Estado das Relações Exteriores fez a Bruxelas em junho. O Ministro Magalhães Pinto, cuja viagem à Bélgica teve o objetivo precípuo de reunir os Embaixadores brasileiros junto aos países-membros da CEE, foi recebido oficialmente pelo Ministro das Relações Exteriores da Bélgica, Senhor Pierre Harmel.

GRÉCIA

O Acordo Provisório de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Grécia foi renovado, normalmente, em janeiro, por um prazo adicional de seis meses, que expirou em 31 de julho. Antes mesmo de tal renovação, contudo, as autoridades gregas haviam proposto uma modificação ao Acordo, com vistas a amenizar o sistema de liquidação.

Tendo em vista a indefinição do assunto até 31 de julho, o Acordo foi considerado tacitamente prorrogado a partir de então e até que as negociações cheguem a bom termo.

Por decreto publicado no Diário Oficial de 10 de outubro de 1969, o Senhor Helio de Burgos Cabal foi designado para chefiar a Embaixada do Brasil em Atenas.

TURQUIA

Em abril de 1969, sob o patrocínio da Sociedade de Comerciantes e Industriais Turcos, visitou o Brasil um grupo de 68 homens de negócios turcos. A visita teve por objetivo incrementar os laços comerciais que unem o Brasil e a Turquia.

Por decreto publicado no Diário Oficial de 18 de novembro de 1969, o Senhor José Augusto Prestes de Macedo Soares foi designado para chefiar a Embaixada do Brasil em Ancara.

PORTUGAL

Centenário do Nascimento do Almirante Gago Coutinho

No quadro das comemorações do Centenário do Nascimento do Almirante Gago Coutinho, visitou Portugal, em fevereiro de 1969, uma Delegação brasileira chefiada pelo Tenente-Brigadeiro Armando Serra de Menezes; em junho, esteve no Brasil uma Delegação portuguesa sob a chefia do General Piloto Aviador Mário Telo Polleri.

Comissão Econômica Luso-Brasileira

Em 3 e 4 de julho, teve lugar no Rio de Janeiro a II Reunião da Comissão Econômica Luso-Brasileira, nos termos do artigo VI do Acordo de Comércio de 1966. As duas Delegações examinaram a evolução recente do intercâmbio comercial, e fizeram sugestões para o seu incremento, embora comprovassem, com referência ao assunto, a existência de obstáculos decorrente das estruturas das duas economias, da natureza dos bens trocados e das respectivas participações em esquemas diversos de integração econômica regional. A Delegação

brasileira ofereceu, por outro lado, esclarecimentos sobre as possibilidades de investimentos portugueses no Brasil e manifestou o bom acolhimento de iniciativas nesse sentido. Considerou-se, além disso, a importância do aumento do intercâmbio de conhecimentos técnicos, havendo a Delegação brasileira manifestado o interesse pela cooperação técnica de Portugal nos setores da vitinicultura, silvicultura, engenharia hidráulica e de estruturas, pesca, turismo e medicina tropical.

Visita do Presidente do Conselho de Ministros

A convite do Governo brasileiro, o Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Doutor Marcello Caetano, visitou oficialmente o Brasil de 8 a 12 de julho, tendo realizado com o então Presidente da República Federativa do Brasil, Marechal Arthur da Costa e Silva, conversações em que se sublinhou a firme vontade de intensificar a cooperação política, econômica e cultural entre os dois países. De acordo com tal orientação, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil estudaram a forma de implementar os Acordos Cultural e de Comércio, de 7 de setembro de 1966. Os dois Ministros assentiram, também, na conveniência de intensificar o intercâmbio de informações e consultas sobre questões de interesse para ambos os países.

Acordo de Previdência Social

A 17 de outubro, em nome do Governo brasileiro, o então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Senador Jarbas Passarinho, assinou em Lisboa o Acordo de Previdência Social entre o Brasil e Portugal e respectivo Ajuste Complementar. Na mesma ocasião, ficou assentado que para a correspondente troca dos instrumentos de ratificação, a ser efetuada em Brasília, aguarda-se-ia o pronunciamento do Governo português a respeito da proposta de Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1966, apresentada pela Delegação brasileira durante as negociações de agosto último

sobre Previdência Social. Tal como ocorrera na elaboração do texto do Acordo de Previdência Social entre o Brasil e a Espanha, as representações do Brasil e de Portugal que negociaram os atos em questão trataram sobretudo, de na medida do possível, garantir aos trabalhadores que se deslocarem ou que se venham a se deslocar para o território do outro Estado contratante a conservação dos direitos de Previdência Social que lhes assistiam no país de origem.

ESPANHA

Acordo de Previdência Social

A 25 de abril de 1969, por ocasião da visita oficial ao Brasil do Ministro do Trabalho da Espanha, Senhor Jesus Romeo Gorría, foram concluídos entre os dos países o Acordo de Previdência Social e seu Ajuste Complementar, bem como o Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social de 11 de agosto de 1964. O texto do referido Acordo de Previdência Social, que serviria de base para a elaboração de ato congênere posteriormente firmado entre Brasil e Portugal, procurou, entre outras coisas, regular as situações decorrentes das diferenças entre as legislações de Previdência Social vigentes no Brasil e na Espanha, estabelecendo disposições comuns para assegurar a continuidade daqueles direitos em fase de aquisição perante os sistemas de um e outro país.

Acordo Café — Locomotivas

Com a finalidade de incrementar o intercâmbio hispano-brasileiro, e em decorrência de reuniões preliminares de que participaram, pelo lado brasileiro, representantes do I.B.C. e da Rede Ferroviária Federal, foi celebrado, em 28 de novembro de 1969, um Acordo, por troca de notas, regulando duas operações de compra: uma, por parte do Brasil, de 100 locomotivas diesel-elétricas espanholas; e outra, por parte da Espanha, de 65.000 toneladas de café brasileiro, no período de 1969 a 1973, inclusive.

Carnes

Em outubro de 1969, o Ministério da Agricultura da Espanha manifestou-se, oficialmente, interessado em concluir com o Brasil um convênio que disciplinaria as formalidades relativas ao intercâmbio de animais vivos entre os países, solicitando, para tal fim, um projeto de Acordo, a ser elaborado pelo Brasil. Posteriormente, as autoridades espanholas fizeram sentir que teriam preferência pela assinatura de um convênio bastante mais amplo, abrangendo, também, o intercâmbio de carnes congeladas. Tendo em vista a importância do comércio de carnes para o crescente intercâmbio hispano-brasileiro, a questão foi prontamente levada à consideração do Ministério da Agricultura, que se está encarregando da elaboração da minuta para o referido Acordo.

ITÁLIA

No plano bilateral, as relações do Brasil com a Itália desenvolveram-se, em 1969, substancialmente nos campos econômico e comercial. Destacam-se, nesse sentido, a realização da I reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, as negociações com vistas a um acerto governamental sobre transportes marítimos, bem como as tentativas brasileiras de ampliar as exportações de carnes e gado em pé para a Itália.

Comissão Mista Brasil-Itália

Na Comissão Mista, cuja primeira reunião se realizou em Roma, de 9 a 11 de junho, as duas Delegações trataram de assuntos comerciais, financeiros e de assistência técnica e apresentaram, nesses campos, suas reivindicações e sugestões no sentido de incrementar as relações bilaterais. Na parte comercial, o Brasil reiterou a posição que tradicionalmente defende junto aos países-membros da CEE no tocante aos obstáculos criados pela política econômica da Comunidade. Manifestou, também, seu desagrado em relação às medidas

restritivas adotadas pela Itália, em âmbito nacional, que prejudicam o comércio e o consumo dos produtos brasileiros no mercado italiano. Nas conversações sobre financiamentos, a Delegação brasileira explicou o sistema nacional de contratação de empréstimos e conseguiu despertar o interesse das autoridades italianas pela participação financeira em programas prioritários de grande envergadura. No campo da assistência técnica, foi aceita a sugestão brasileira relativa à assinatura, em breve, de um Acordo Básico, que facilitará o posterior desenvolvimento de iniciativas concretas nesse setor incipiente das relações Brasil-Itália.

Transportes Marítimos

A fim de regulamentar os transportes marítimos entre Brasil e Itália, o Itamaraty, em coordenação com a SUNAMAM, propôs ao Governo italiano o estabelecimento de um canal de consultas entre as autoridades governamentais dos dois países para o exame de todos os problemas, de caráter estritamente técnico, relativos às operações de entrada e de saída dos portos e à navegação. Esse sistema foi aceito pelo Governo italiano durante as conversações com autoridades brasileiras, realizadas em Roma, de 22 a 24 de setembro de 1969. Nessa reunião, obteve-se ainda a suspensão pela Itália, da Circular do Ministério do Comércio Exterior, que subordinava à autorização prévia todo embarque e desembarque, em portos italianos, de mercadorias transportadas em navios brasileiros, medida essa tomada pelo Governo Italiano, em julho de 1968, em retaliação à atual política brasileira de transportes marítimos.

Disciplinada a matéria, em âmbito governamental, reuniram-se primeiro em Zurique e depois no Rio de Janeiro, em dezembro último, armadores brasileiros, italianos e de terceiras bandeiras, que estabeleceram, na ocasião, novo estatuto para a Conferência de Fretes Brasil-Mediterrâneo e acordos de «pool» para os tráfegos Brasil-Itália e Brasil-França (Marselha).

Exportações de carne e de gado em pé

Durante 1969, o Itamaraty envidou esforços no sentido de firmar um novo Acordo Sanitário entre Brasil e Itália, a fim de regulamentar nossas exportações de carne e gado em pé. Para tanto, convidou-se, oficialmente, o Ministro italiano da Saúde, Camillo Ripamonti, para, acompanhado de técnicos de seu Ministério, conhecer, de perto, as condições em que são produzidas as carnes e o gado para exportação. Em ata oficial, firmada a 5 de dezembro, estipulou-se que o Acordo Sanitário de 1961 será reformulado o mais breve possível e que a proibição da entrada na Itália de animais vivos procedentes do Brasil será levantada se for favorável o resultado de uma pesquisa a ser realizada, para determinar o grau de imunidade conferida pelas vacinas utilizadas na Europa em relação aos tipos de vírus de febre aftosa encontrados no Brasil.

Instituto Italo-Latino-Americano

No decorrer de 1969, o Itamarty resolveu tornar mais proveitosa e objetiva a sua participação no Instituto Italo-Latino-Americano, organismo internacional criado, em 1966, por iniciativa da Itália e que congrega 20 países americanos. Nesse sentido, foram mantidos entendimentos com o Secretário Geral do Instituto, Embaixador Enrico Aillaud, quando, como hóspede oficial, passou alguns dias no Brasil (7 a 11 de junho). Além disso, foi lançada em novembro último, para a Vice-Secretaria Técnico-Científica, a candidatura do Professor Radiwal da Silva Alves Pereira.

SANTA SÉ

No quadro das relações entre o Brasil e a Santa Sé, durante o ano de 1969, dois acontecimentos merecem especial relevo: a) elevação de dois novos Cardeais brasileiros à Sagrada Púrpura; e b) as novas instalações da Embaixada do Brasil no Vaticano.

Novos Cardeais Brasileiros

No Consistório Secreto realizado em 28 de abril de 1969, o Santo Padre impôs o Chapéu Cardinalício a Dom Eugênio de Araujo Sales, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, e a Dom Alfredo Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre. As cerimônias no Vaticano compareceu, como Representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o Deputado Geraldo Freire.

Novas Instalações da Embaixada

Tanto a Sede quanto a Chancelaria da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé não estavam instaladas condignamente, o que levou o Itamaraty a pensar em uma solução de conjunto. Em relação à Sede da Missão, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores autorizou a locação de novo imóvel. A Sede acha-se instalada no Palácio Caetani.

Quanto à Chancelaria, o Decreto n.º 64.794, de 9 de julho de 1969, desmembrou da «Casa do Brasil em Roma toda uma ala da fachada do Palácio Doria Pamphili, para abrigar a Chancelaria da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé».

I Assembléia Extraordinária do Sínodo Episcopal

De 11 a 29 de outubro de 1969, realizou-se em Roma a I Assembléia Extraordinária do Sínodo Episcopal, presidido por três Cardeis, entre os quais o Cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi. O Cardeal Dom Agnelo Rossi, em intervenção nos debates, deteve-se, principalmente, sobre dois aspectos do temário, a saber: a) a missão social da Igreja, que a seu ver não deveria ser entendida apenas num sentido exterior, mas também como algo interior e sobrenatural; e b) o conceito da comunhão hierárquica, que poderia parecer excluir a comunhão que deve existir entre os fiéis, através da qual os sacerdotes, religiosos e leigos se integram nas Conferências Episcopais.

Como resultado final, do ponto-de-vista da atuação do Sínodo, decidiu-se convocá-lo cada dois anos e manter um secretariado permanente.

Entre as várias características da I Assembléia Extraordinária do Sínodo Episcopal podem-se citar as seguintes: a) reafirmou o primado do Papa na Igreja; b) constituiu um marco decisivo no desenvolvimento da tese da colegialidade; c) marcou o poder crescente das Conferências Episcopais nacionais; d) registrou as dissensões teológicos no seio do episcopado; e) deu ao Santo Padre a oportunidade de tomar o pulso das corrente de opinião dentro do episcopado.

Fundo Populorum Progressio

Para comemorar o segundo aniversário da encíclica «Populorum Progressio», foi criado o «Fundo Populorum Progressio», sendo assinado um convênio entre o Vaticano e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O Fundo se destina à ajuda nos campos da reforma agrária, bem-estar geral do homem, das organizações operárias, e em outras esferas de reforma social e econômica, e por um melhoramento geral da situação nos países em via de desenvolvimento que sejam membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que será responsável pela seleção, negociação e aprovação dos projetos.

A soma inicial de US$ 1.000.000 será utilizada em um projeto de assistência a camponeses colombianos.

XII Reunião Anual do CELAM

De 24 a 29 de novembro de 1969, realizou-se em São Paulo a XII Reunião Anual do Conselho Episcopal Latino-Americano, de que é presidente Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina. Ao se encerrarem os trabalhos do certame, que contou com a participação de representantes de todas as Conferências Episcopais do continente, foi distribuída

à imprensa um comunicado final, que, entre outros assuntos, referiu-se aos seguintes pontos: endosso às conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellin, em 1968; estreitamento dos vínculos entre as Conferências Episcopais nacionais; promoção integral do homem latino-americano.

X Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Nos últimos dez dias do mês de julho de 1969, efetuou-se em São Paulo a X Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que reuniu mais de duzentos membros do episcopado nacional. Contrariamente ao que ocorreu com as outras reuniões anteriores, não foi publicado um documento final, limitando-se a Assembléia a divulgar um comunicado à imprensa, do qual constam os seguintes tópicos: vida e ministério dos presbíteros; formação dos seminaristas; disposição ao diálogo e à cooperação no anseio do bem comum; determinação de defender os direitos fundamentais da pessoa humana; dever de apoiar o trabalho de evangelizador dos militantes católicos; organização do próximo Congresso Eucarístico Nacional em Brasília, em 1970.

Reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

De 12 a 20 de setembro, reuniu-se no Rio de Janeiro a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A declaração dada à imprensa, ao término dos trabalhos, abrange vários assuntos, entre os quais podem ser citados os que se seguem: posição da Igreja sem qualquer vinculação de ordem política; permanente estado de revisão interna e de análise objetiva dos acontecimentos nacionais; disposição da Igreja à cooperação, toda vez que estiver em jogo o interesse do bem comum; empenho da Igreja no processo de desenvolvimento integral do país; posição de vigilância e firmeza da Igreja diante de todos os atentados contra

a dignidade da pessoa humana. O documento termina conclamando todos os brasileiros a um verdadeiro desarmamento dos espíritos.

Novas Circunscrições Eclesiásticas

Durante o ano de 1969 o Santo Padre instituiu as seguintes novas circunscrições eclesiásticas; Diocese de Caçador, no Estado de Santa Catarina; Diocese de Rio do Sul, também no Estado de Santa Catarina; Abadia Nullius de Claraval, no Estado de Minas Gerais; Prelazia de São Felix, com territórios dos Estados de Goiás e Pará. Foram modificados os limites entre as dioceses de Chapecó e Lajes, no Estado de Santa Catarina.

ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA

Foram muito cordiais as relações entre o Brasil e a Ordem Soberana e Militar de Malta durante o ano de 1969. O acontecimento de maior importância que se registrou no panorama de tais relações foi a visita do Grão-Chanceler da Ordem ao Brasil.

Visita do Grão-Chanceler

Sua Excelência o Senhor Quintin Jeremy Gwyn, Grão-Chanceler da Ordem Soberana e Militar de Malta, chegou ao Brasil, em 19 de julho de 1969, e foi considerado hóspede do Governo brasileiro. Esteve em Brasília, onde visitou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, que o acompanhou em sua audiência com o Senhor Presidente da República; ainda em Brasília recebeu do Prefeito do Distrito Federal a escritura do lote de terreno doado à Ordem para suas atividades de caráter hospitalar. Foi homenageado pelo Ministro de Estado com um almoço no Palácio Itamaraty. No dia 23, foi a São Paulo, regressando ao Rio de Janeiro no dia seguinte, mas em caráter particular.

EUROPA ORIENTAL, ÁSIA E OCEÂNIA

EUROPA ORIENTAL

As relações entre o Brasil e os países da Europa Oriental desenvolveram-se, especialmente, no âmbito comercial. O intercâmbio comercial do Brasil com os países do Leste Europeu é atribuição da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE), órgão interministerial sediado no Itamaraty, e que se reuniu cinco vezes durante o ano de 1969. Através do trabalho de promoção comercial empreendido pelo Itamaraty e pela COLESTE, mais de cem firmas brasileiras tiveram seus produtos expostos em certames comerciais e feiras internacionais do Leste Europeu.

Em 1968, as estatísticas oficiais registraram níveis jamais ultrapassados no intercâmbio Brasil-países socialistas. Exportamos para aquela área mercadorias no valor de US$ 134.525.000.00, dela importando, no mesmo período, bens no valor de US$ 96.714.000.00. No período de janeiro-junho de 1969, as exportações para o Leste Europeu subiram já a US$ 56.901.000.00 e as importações dessa fonte montaram a US$ 45.532.000.00.

ROMÊNIA

Entre 17 e 23 de abril de 1969 reuniu-se no Rio de Janeiro, no Itamaraty, a I Sessão da Comissão Mista brasileira-romena, tendo sido, na ocasião, estudados diferentes problemas pendentes nas relações comerciais entre os dois países e efetuadas negociações entre os representantes romenos e os Ministérios da Agricultura e das Minas e Energia, a PETROBRAS, o B.N.D.E. e o B.N.H.

URSS

Por troca de notas entre o Itamaraty e a Embaixada da União Soviética, efetuada em 14 de abril, foi alterado o sistema de pagamentos estabelecido no acordo comercial vigente entre os dois países, tendo sido abolido o sistema bilateral e adotado o de livre conversibilidade dos meios de pagamento, a partir de 1.° de maio de 1969.

No dia 2 de dezembro, foi assinado o «Protocolo sobre fornecimento de maquinaria e equipamentos da URSS ao Brasil», o qual estabelece as condições de financiamento concedidas por empresas soviéticas para a venda de máquinas e equipamentos ao setor público e privado brasileiros até o valor de 100 milhões de dólares no período de 1970-1974. Esse Protocolo substituiu o chamado «Protocolo Patolitchev», celebrado em 1966. O ato foi assinado pelo Chefe da Delegação soviética, Senhor V. Alkhimov, Vice-Ministro do Comércio Exterior, e pelo Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Mozart Gurgel Valente.

POLÔNIA

Entre 15 de maio e 18 de junho esteve em negociações no Brasil uma Delegação comercial polonesa. Foi acordada, então, a prorrogação por três anos, a partir de 15 de outubro de 1969, do Acordo de Comércio e Pagamentos vigente entre

os dois países; a elevação de US$ 4.000.000 para US$ 6.000.000 do crédito técnico estabelecido por esse Acordo, conforme ajuste bancário entre o Banco Central do Brasil e o Bank Handlowy Warszawie; e a extensão à Polônia, salvo exceções especificadas, do tratamento de nação mais favorecida, dentro do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

HUNGRIA

Em agosto de 1969 visitou o Brasil, em missão oficial, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Hungria, Senhor Bela Szalai, que manteve contatos, além do Itamaraty, com o Ministério da Educação e Cultura, o Banco Central, o Instituto Brasileiro do Café e a Rede Ferroviária Federal. Em suas entrevistas com autoridades brasileiras, o Senhor Szalai considerou as possibilidades de expansão do comércio Brasil-Hungria, referindo-se especialmente ao desejo da Hungria de fornecer trigo ao Brasil. O visitante e sua comitiva estiveram ainda em Brasília e São Paulo.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS DA EUROPA ORIENTAL

O Brasil esteve novamente presente, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria, à Feira da Primavera de Leipzig, considerada a mais importante dos países socialistas do Leste Europeu, realizada entre 2 e 11 de março de 1969. Além do IBC, 16 firmas brasileiras se fizeram representar nesse certame. O pavilhão brasileiro foi distinguido com menção honrosa pela qualidade de sua apresentação.

Feira de Budapeste

Pela primeira vez o Brasil participou da Feira de Budapeste, realizada entre 16 e 26 de maio de 1969. Além do IBC, 22 firmas estiveram presentes no pavilhão brasileiro, que ocupou uma área de 240 m².

Feira de Poznán

O Brasil participou, igualmente, da Feira de Poznán (Polônia), realizada entre 8 e 17 de junho. O pavilhão brasileiro ocupou nessa feira uma área de 230 m², tendo sido distinguido com menção honrosa pela Direção da Feira. Estiveram presentes 28 empresas nacionais, além do IBC.

Feira de Zagreb

Esteve, também, a cargo da COLESTE a participação do Brasil na tradicional feira de Zagreb (Iugoslávia), realizada em setembro, tendo a pavilhão brasileiro ocupado uma área de 325 m². Trinta e seis firmas e o IBC estiveram representadas no certame.

Feira de Couros de Moscou (*OBUV*-69)

A OBUV-69 foi a primeira exposição do gênero efetuada em Moscou, tendo sido também a primeira vez que o Brasil tomou parte em mostra especializada de couros e calçados no exterior. No «stand» brasileiro, que ocupou uma área de 130 m², foram expostos os produtos de vinte e quatro firmas. Como nas feiras já mencionadas, a participação brasileira na OBUV-69 foi inteiramente organizada pelo MRE/COLESTE.

*
* *

ÁSIA E OCEÂNIA

Em virtude dos semelhantes estágios de desenvolvimento econômico em que se encontram, registra-se, nos últimos anos, uma sensível aproximação entre o Brasil e os países da Asia. Em foros multilaterais, especialmente nas Nações Unidas e em suas agências especializadas, têm sido defendidas pelos asiáticos posições comuns de princípios favoráveis aos países em desenvolvimento.

JAPÃO

Realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de maio, a II Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão.

A Comissão, criada por troca de notas em 1967, realizou sua primeira reunião em Tóquio, em fevereiro de 1968, com o objetivo de examinar as possibilidades de expansão das relações comerciais e da cooperação econômica entre os dois países.

A II Reunião da Comissão examinou a conjuntura econômica no Brasil e no Japão, considerou as possibilidades que se oferecem à expansão do intercâmbio comercial nipo-brasileiro

e estudou novas oportunidades para o incremento da cooperação econômica entre os dois países, quer no que se refere aos investimentos e créditos comerciais, quer no que diz respeito à cooperação técnica. No tocante ao último assunto, o Governo brasileiro encaminhou ao Governo japonês projetos de assistência técnica, nos setores de transportes, mineração, agricultura e pesca, entre outros.

INDONÉSIA

Esteve em visita ao Brasil, de 10 a 13 de setembro de 1969, a Missão Indonésia de Boa Vontade, chefiada pelo Senhor Hardy, membro do Supremo Conselho Consultivo da Indonésia e Primeiro Vice-Presidente do Partido Nacional Indonésio. A Missão teria por objetivo agradecer o apoio brasileiro à Indonésia na questão da Nova Guiné Ocidental.

A Missão em apreço, que incluia altas autoridades indonésias, foi recebida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que, na oportunidade, manifestou interesse em ver estreitadas as relações entre os dois países e expressou a satisfação do Governo brasileiro por ter a Indonésia atingido seus objetivos no Irian Ocidental.

AUSTRÁLIA

A convite do Governo brasileiro, estiveram em visita ao Brasil, de 5 a 14 de novembro de 1969, os Senhores Charles W. Court, Ministro do Desenvolvimento Industrial do Estado da Austrália Ocidental, e o Senhor W. Y. Gannon, do Departamento de Minas daquele país.

O Ministro Court avistou-se com o Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, com o Senhor Ministro de Minas e Energia, com o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, com o Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo e com industriais brasileiros. Visitou,

ainda, as instalações da Companhia Vale do Rio Doce, em Itabira, o porto de minérios de Tubarão e algumas indústrias paulistas.

O Ministro Court e o Senhor Ministro de Minas e Energia tiveram oportunidade de trocar pontos de vista sobre o comércio internacional do minério de ferro, havendo ambos concluído pela conveniência de estreitar a cooperação entre o Brasil e a Austrália no que tange à comercialização daquele produto.

ÍNDIA

Em 27 de agosto de 1969 foram trocados os instrumentos de ratificação do Acordo de Comércio entre o Brasil e a India, assinado em Nova Delhi, em 3 de fevereiro de 1968.

Pelo Decreto-lei 642, de 19 de junho de 1969, foi aprovado o Acordo de Cooperação Cultural Brasil-India, assinado em 23 de setembro de 1968.

Foi aprovado, pelo Decreto-lei n.º 537, de 17 de abril de 1969, o Acordo sobre a Cooperação para a Utilização Pacífica de Energia Nuclear entre o Brasil e a India, assinado em 8 de dezembro de 1968.

PAQUISTÃO

Em 19 de junho de 1969, pelo Decreto-lei n.º 641, foi aprovado o Acordo Cultural Brasil-Paquistão, assinado em 8 de fevereiro de 1968.

VIETNAM DO SUL

Por despacho exarado a 21 de maio de 1969, em informação que lhe submeteu o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Senhor Presidente da República autorizou o fechamento da Chancelaria em Saigon da Embaixada do Brasil no Vietnam do Sul, que voltou ao regime de simples cumulação com a Embaixada em Bangkok.

FILIPINAS

Pelo Decreto n.º 50.661, de 30 de maio de 1961, foi criada a Embaixada do Brasil nas Filipinas, em regime de cumulação com a Embaixada do Brasil em Tóquio.

Em face de terem as Filipinas um Embaixador residente no Rio de Janeiro e em atenção ao critério de reciprocidade, o Governo brasileiro criou, pelo Decreto n.º 63.227, de 6 de setembro de 1968, a Embaixada do Brasil em Manilha. Foi designado o Ministro Zilah Mafra Peixoto para exercer, em comissão, as funções de Embaixador junto ao Governo filipino.

NOVOS CHEFES DE MISSÃO

Em 6 de novembro de 1969, apresentou suas credenciais ao Governo indiano o Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho.

O Embaixador Lauro Müller Netto apresentou credenciais ao Governo da República da China em 17 de abril de 1969.

Assumiu a direção da Embaixada em Seul, a 1.º de fevereiro de 1969, o Embaixador Milton Telles Ribeiro, que apresentou credenciais a 14 de fevereiro de 1969.

Foi designado para chefiar a Embaixada do Brasil em Islamabad o Embaixador Hygas Chagas Pereira.

* *
*

ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁFRICA

A atuação do Setor competente — a Divisão da Africa — em 1969 pode ser compreendida, inicialmente, como um esforço de organização no sentido de coletar informações sobre a área. Além das informações recebidas das Missões diplomáticas, o Setor lançou mão de material publicado em jornais, revistas e livros. Este primeiro esforço de organização de informações destinou-se a fornecer uma base segura para o planejamento da ação política brasileira, tanto no campo político e cultural, quanto no econômico e comercial.

No campo político, o Itamaraty acompanhou a evolução dos países da Africa subsaárica, tanto no que se refere à política interna de cada um, como no que diz respeito à política externa, principalmente em relação aos problemas de colonialismo e do subdesenvolvimento.

No setor econômico, envidaram-se esforços no sentido de incrementar o intercâmbio comercial entre o Brasil e as nações africanas, estudando-se a possibilidade de se efetuaram novos acordos, de se implementarem os existentes, assistindo os

exportadores privados nacionais, e, sobretudo, obtendo informações que permitam planejar uma maior agressividade econômica do Brasil naquele Continente.

No campo cultural, em colaboração com a Divisão de Cooperação Intelectual, a Divisão da Africa vem buscando, nos limites das possibilidades existentes, manter e desenvolver um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos, bem como organizar um esquema de intercâmbio cultural, com vistas a promover a visita aos países africanos de artistas, intelectuais, desportistas, etc.

As informações obtidas têm sido transformadas em trabalhos específicos, entre os quais pode-se citar os realizados sobre a Nigéria, Sudoeste Africano, territórios portugueses, a Convenção de Yaundê e a elaboração de um livro «Dados factuais sobre os países da Africa ao sul do Saara», que é, basicamente, uma obra de consulta onde se encontram rapidamente os primeiros dados essenciais à compreensão daqueles países.

CRIAÇÃO DE NOVAS EMBAIXADAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA

Foi instalada — e já se acha em pleno funcionamento — a Embaixada do Brasil em Abdijã (Costa do Marfim). Foram estabelecidas, ainda, em 1969, relações diplomáticas com Uganda, Zâmbia e Tanzânia. As missões brasileiras, em nível de Embaixada, serão, numa primeira fase, cumulativas com nossa Embaixada em Nairobi.

PRIMEIRO EMBAIXADOR DA ETIÓPIA NO BRASIL

O primeiro Embaixador da Etiópia no Brasil, Senhor Zenebe Haile apresentou credenciais em Brasília.

ACORDO COMERCIAL BRASIL-SENEGAL

Prosseguem os preparativos para que se reúna em breve, a Comissão Mista Brasil-Senegal, conforme o disposto no artigo XII do Acordo comercial entre os dois países, assinado em 1964. A referida reunião constituirá o primeiro passo concreto para a implementação do acordo.

RELAÇÕES COM A ÁFRICA DO SUL

Ressalvada, de um lado, a posição do Brasil, firmemente contrária à política de segregação racial adotada pelo Governo de Pretória e, resguardados, de outro lado, os interesses econômicos e políticos que orientam a atuação da nossa diplomacia nos organismos internacionais, o Governo brasileiro tem procurado ampliar as relações econômicas com a Africa do Sul, país exportador de capitais e principal importador de produtos brasileiros no continente africano. Ainda em 1969, houve a inauguração da linha aérea da South African Airlines para o Brasil, com a presença de autoridades brasileiras e sul-africanas. Esteve, também, no Brasil, em visita não oficial, o Ministro das Relações Exteriores da Africa do Sul, Senhor Hilgard Müller, tendo sido homenageado por Sua Excelência o Ministro de Estado com jantar informal.

*
* *

ORIENTE PRÓXIMO

Além do caminhamento e solução dos assuntos bilaterais de rotina, o Setor competente do Itamaraty prosseguiu, em 1969, o trabalho que vinha sendo realizado com vistas à ampliação do quadro da representação diplomática brasileira na área geográfica sob sua jurisdição, em conformidade com o programa, nesse sentido, aprovado em 1967. Havendo, nos anos precedentes, iniciado nossas relações diplomáticas com o Sudão, o Coveite e o Iraque (as duas primeiras exercidas cumulativamente pela Embaixada no Cairo e a última pela Embaixada em Damasco) restava, de acordo com o programa mencionado, o estabelecimento de relações com a Arábia Saudita. Com esse fim o Setor competente do Itamaraty minutou, em fins de 1969, Exposição de Motivos e Decreto, encaminhados à Secretaria-Geral de Política Exterior, criando a Embaixada do Brasil em Riade, cumulativa com a em Beirute.

O Itamaraty prosseguiu, em 1969, a realização de reuniões de trabalho, iniciadas no ano anterior, com representantes do IBC, da CACEX e do Banco Central, destinadas a determinar a posição do Brasil com referência aos Ajuste de Comércio e Pagamentos vigorantes com Israel, e analisar a oportunidade de sua

reformulação. Quanto ao Acordo de Comércio e Pagamentos com a RAU, proposto pelo Governo egípcio, foi objeto de estudos no curso de 1969. Ambos os assuntos continuam pendentes.

Em fevereiro de 1969, visitou o Brasil o Senhor Sid Ali Mebarek Brahim, Presidente da ONACO, autarquia de comércio importador argeliano, tendo sido subscrito, com o Presidente do IBC, Protocolo de Acordo sobre contratos de venda de café brasileiro à Argélia.

No que concerne ao Líbano, o Itamaraty ocupou-se, especialmente, em 1969, do problema da determinação de um estatuto ou regime operacional do Escritório-Entreposto do IBC em Beirute em suas relações com fisco libanês.

Quanto à Síria, o problema principal em pauta, no curso de 1969, foi o da cobrança dos débitos do «Commercial Bank of Syria» (encampado pelo Governo de Damasco), bloqueados desde 1963, com bancos brasileiros.

Em fins de 1969, foi proposta a criação de um Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Arabes (COARABE), estruturado nos moldes do COLESTE, e com atribuições semelhantes à deste, uma vez que a prática vem demonstrando que a ação independente e desentrosada dos órgãos governamentais brasileiros na área nem sempre obtém resultados que atendem melhor aos interesses nacionais globais.

O Setor competente do Itamaraty efetuou, em 1969, 376 retransmissões para as Embaixadas na área sob sua jurisdição, minutou 42 informações especiais referentes a aspectos políticos, econômicos e estratégicos da conjuntura do Oriente Médio, destinadas a diversos órgãos da administração civil e militar brasileira. A fim de atender a solicitações da Presidência da República, do Gabinete do Ministro de Estado, da Secretaria-Geral de Política Exterior e da Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos da Africa e Oriente Próximo, foram preparados diversas informações, expedientes e relatórios sobre o referido tema.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante o ano de 1969, o Brasil participou dos trabalhos de numerosos órgãos das Nações Unidas, dentre os quais cabe salientar:

1) *Orgãos Políticos*:

Comitê do Desamarmento
Comitê Especial sobre a Questão das Operações de Paz
Comitê sobre a Utilização Pacífica do Espaço Cósmico
Comitê para a Utilização Pacífica dos Fundos Marinhos e Oceânicos, e seus Subsolos, além dos Limites das Jurisdições Nacionais.

2) *Orgãos Científicos*:

Comitê Científico sobre os Efeitos das Radiações Atômicas — Representante do Brasil: Professor Luiz Renato Carneiro da Silva Caldas
Comitê Consultivo Científico — Representante do Brasil: Professor Luiz Cintra do Prado
Comitê Consultivo sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento — Representante do Brasil: Professor Carlos Chagas

3) *Orgãos Técnicos e Administrativos*

Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias — Representante do Brasil: Doutor Paulo Lopes Corrêa

Comitê de Contribuições — Representante do Brasil: Ministro David Silveira da Mota Jr.

Comissão de Entorpecentes — Representante do Brasil: Doutor Hugo de Brito Firmeza

Comitê do Programa e Coordenação — Representante do Brasil: Conselheiro Antônio Patriota

Comitê Ampliado do Programa e Coordenação — Representante do Brasil: Conselheiro Antônio Patriota

Comissão de População — Representante do Brasil: Doutor João Lyra Madeira

Comissão de Estatística — Representante do Brasil: Doutor Sebastião de Aguiar Ayres

4) *Orgãos Jurídicos*:

Comissão de Direito Internacional — Representante do Brasil: Embaixador Gilberto Amado

Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Comercial Internacional — Representante do Brasil: Professor Nehemias Gueiros

COMITÊ DOS USOS PACÍFICOS DO ESPAÇO CÓSMICO DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 1969, o Brasil participou ativamente de todas as reuniões do Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Cósmico e de seus órgãos subsidiários.

A VI Sessão do Subcomitê Científico e Técnico, realizada em Nova York, em março, aprovou algumas recomendações de interesse para o Brasil, destinadas a promover a aplicação prá-

tica da tecnologia espacial pelos países menos desenvolvidos e a contribuir para o melhor aproveitamento, por estes países, da tecnologia acumulada pelos países de maior desenvolvimento no campo da tecnologia espacial.

Em junho, realizou-se em Genebra a VIII Sessão do Subcomitê Jurídico. Foram muito limitados os resultados dos debates sobra a futura Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Lançados ao Espaço Exterior, apesar dos esforços desenvolvidos pela Delegação brasileira no sentido de facilitar o progresso na elaboração desse acordo internacional, que visa a proteger os interesses dos países que poderão sofrer danos decorrentes das atividades espaciais dos países de maior desenvolvimento tecnológico. Entre outros assuntos tratados, mereceram as atenções da Delegação do Brasil a questão do registro de objetos espaciais e a questão das normas jurídicas que regerão o aproveitamento dos recursos naturais da Lua e demais corpos celestes.

O Brasil participou, em 1969, das duas primeiras sessões do grupo de trabalho incumbido de examinar os aspectos políticos, jurídicos, econômicos e técnicos das transmissões diretas de televisão por satélite, as quais se tornarão tecnicamente viáveis antes do final da próxima década. Durante as reuniões, o Brasil manifestou sua oposição ao emprego das transmissões diretas internacionais para fins políticos e comerciais contrários aos interesses nacionais dos países receptores.

Nos últimos meses de 1969, realizou-se em Nova York uma reunião especial do Comitê do Espaço Cósmico, com o objetivo de levar adiante as negociações relativas à conclusão da Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Lançados ao Espaço Exterior. Mais uma vez, a Delegação do Brasil adotou posição construtiva, procurando contornar as dificuldades existentes, mas pouco progresso foi alcançado.

COMITÊ DOS FUNDOS MARINHOS E OCEÂNICOS

Nas reuniões do Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos, durante o ano de 1969, a Delegação do Brasil teve destacada atuação, especialmente nas reuniões do Grupo Informal de Redação de Princípios para reger a exploração do fundo do mar.

Foi obtido algum progresso na avaliação dos recursos da área sobre os avanços tecnológicos no campo da oceanografia, bem como sobre o mecanismo internacional que deverá corporificar o regime internacional a ser estabelecido para os fundos marinhos e oceânicos, além das jurisdições nacionais. Examinou-se, igualmente, a questão da reserva da área para fins exclusivamente pacíficos, no contexto de um eventual tratado de desnuclearização, com base nas discussões do Comitê do Desarmamento de Genebra.

XXIV SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Realizou-se em Nova York, de 16 de setembro a 17 de dezembro, a XXIV sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas. A Delegação do Brasil foi chefiada, no início da sessão, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Deputado José de Magalhães Pinto, tendo atuado como Delegados os Embaixadores João Augusto de Araújo Castro, Ramiro Saraiva Guerreiro, Miguel Alvaro Ozório de Almeida e Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha.

O *debate geral* foi aberto, como tradicionalmente ocorre, pelo Chefe da Delegação brasileira, que pronunciou discurso apresentando as linhas gerais da política brasileira nas Nações Unidas, com ênfase especial nos principais temas que seriam abordados durante a Assembléia Geral: a paz e a segurança internacional, o desarmamento, a questão da atualização da

Carta das Nações Unidas, as relações econômicas internacionais, o aproveitamento dos recursos do fundo do mar, os direitos humanos e sociais, a questão do *apartheid,* o processo de descolonização e a questão do Oriente Médio.

Na *Comissão Política* da Assembléia, a Delegação brasileira teve atuação destacada no tratamento do item intitulado «Fortalecimento da Segurança Internacional», tendo feito pronunciamento de grande repercussão sobre os principais fatores que contribuem para a insegurança internacional. Na discussão desse item, ficou evidenciada a insatisfação das pequenas e médias potências com o quadro político internacional contemporâneo. Não tendo sido possível aprovar qualquer decisão substantiva sobre o assunto, foi adotada resolução de iniciativa latino-americana pela qual a consideração da matéria ficou adiada para a próxima sessão da Assembléia.

Nas negociações relativas ao desarmamento, a Delegação brasileira desempenhou papel de liderança, contribuindo para a aprovação de diversas decisões de importância: um apelo da Assembléia às grandes potências para que adotem uma moratória sobre o desenvolvimento de novos sistemas estratégicos nucleares; a proclamação da década de 1970 como a Década do Desarmamento; a afirmação dos princípios gerais que devem reger as negociações sobre questões de desarmamento; a proibição do emprego, em conflitos armados internacionais, de todas as armas químicas e biológicas e a adoção de medidas relativas à implementação das decisões da Conferência dos Estados Não-Nucleares, de 1968.

Ainda em relação às questões de desarmamento, foi examinado o projeto conjunto norte-americano-soviético de desnuclearização do fundo do mar, além da faixa marítima de doze milhas. O Brasil, em continuidade às teses defendidas na Conferência do Comitê do Desarmamento de Genebra, apresentou emenda formal ao artigo terceiro do projeto, referente ao processo de controle e verificação do cumprimento dos termos do tratado, afirmando o direito do Estado costeiro de participar das operações de fiscalização, quando realizadas em área sob sua

jurisdição nacional. Conseguiu a Delegação brasileira adiar a decisão final sobre a matéria, que será levada ao Comitê de Genebra para exame mais pormenorizado e maduro durante o ano de 1970.

Entre os diversos assuntos examinados na Comissão Política sob o item intitulado «Questão do Fundo do Mar», merece menção especial a resolução co-patrocinada pelas Delegações do Brasil e do México que proíbe, até que seja elaborado um regime internacional para o fundo do mar além das jurisdições nacionais, aos «Estados e pessoas jurídicas ou físicas, a exploração e utilização dos recursos da área do leito do mar e fundo dos oceanos e seus subsolos, além dos limites da jurisdição nacional», declarando que não serão reconhecidas quaisquer reivindicações de soberania sobre aquela área ou sobre seus recursos.

O texto brasileiro-mexicano afirma a ilegalidade das atividades de exploração das áreas do fundo do mar, que já vêm sendo realizadas por países desenvolvidos, em benefício próprio, o que contraria terminantemente o princípio que vimos defendendo no Comitê dos Fundos Marinhos e Oceânicos, segundo o qual o fundo do mar é herança comum da humanidade, e sua exploração deve beneficiar todos os países igualmente, com especial atenção às necessidades dos países em desenvolvimento, e contraria também o Direito Internacional Público Positivo, de forma indireta, posto que ele não tem dispositivos específicos sobre a matéria. E' importante salientar que a moratória na exploração do fundo do mar, imposta pela resolução, não deverá estender-se por muito tempo, uma vez que os trabalhos no Comitê especializado da ONU já revelam sensíveis progressos na elaboração dos princípios que deverão orientar o regime internacional para a área, de maneira que não há danos relevantes ao progresso científico e tecnológico; na verdade a resolução se explica pela necessidade de não frustar as negociações em curso. Por outro lado, na forma em que está redigida, o congelamento de reivindicações não prejulga a questão da extensão da jurisdição nacional no mar.

Os trabalhos da *Comissão Política Especial* foram dedicados principalmente à consideração da questão da política de *apartheid* do Governo da Africa do Sul e da questão da assistência dada pelas Nações Unidas aos refugiados da Palestina. A Delegação brasileira reafirmou sua tradicional posição de repúdio à política racista sul-africana, apoiando resolução em que a Assembléia condena o *apartheid* como um crime contra a humanidade. Manifestou ainda a Delegação brasileira seu apoio às medidas humanitárias de proteção aos refugiados árabes da Palestina.

Na *II Comissão,* o Brasil teve atuação influente presidindo o grupo latino-americano, patrocinador dos projetos de resolução mais importantes que foram aprovados na Comissão e depois no Plenário. Dentre esses documentos, destacam-se o projeto de resolução que endossa a convocatória da Conferência Especial da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o que trata das preferências negociadas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), e o projeto de resolução sobre a própria UNCTAD, tendo o representante brasileiro na II Comissão participado ativamente da redação definitiva do texto deste último.

Além dos projetos de resolução que co-patrocinou, o Brasil votou favoravelmente aos seguintes: a) projeto de resolução do grupo africano sobre menor desenvolvimento relativo; b) projeto de resolução sobre medidas em favor de países sem litoral; c) projeto de resolução sobre o Fundo de Capital das Nações Unidas para o Desenvolvimento; d) projeto de resolução sobre a ampliação da assistência técnica no campo do desenvolvimento industrial; e) projeto de resolução sobre a II Década do Desenvolvimento, que tomou o nome de «International Development Strategy». Foi o Brasil, ainda, incluído no Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, composto de 27 membros.

A *III Comissão* concluiu a preparação da Declaração sobre o Programa e o Desenvolvimento Social. E' de interesse ressaltar que a Delegação do Brasil manifestou-se contra um item que favorecia políticas de população destinadas a divulgar o controle da natalidade. A Delegação manifestou sua concordância a respeito de outro item que propõe mudanças nas relações econômicas internacionais como condição para facilitar o desenvolvimento econômico e social. No âmbito da Declaração, a Delegação participou ativamente da formulação de artigo que vincula o processo de desarmamento à canalização de recursos para o desenvolvimento econômico e social.

A III Comissão adotou também resoluções sobre os assuntos seguintes, entre outros: nazismo, discriminação racial, problemas da juventude e sua participação, punição de criminosos de guerra.

Na *IV Comissão* o Brasil continuou a manifestar-se em favor da liqüidação do colonialismo e do cumprimento integral da resolução 1514 (XV) da Assembléia-Geral, sobre a concessão da independência aos povos e países coloniais. Assim é que votou em favor de resoluções que visavam a acelerar a descolonização dos chamados pequenos territórios, bem como do Saara Espanhol, co-patrocinando, ainda, a resolução sobre a ilegal ocupação da Namíbia pela Africa do Sul.

O Brasil se absteve diante da condenação da Rodésia do Sul, por ser o texto apresentado — com recomendações baseadas no capítulo VII da Carta — de alçada do Conselho de Segurança e não da Assembléia Geral. Preferiu, outrossim, o Brasil não participar dos debates em torno da questão dos territórios africanos sob administração portuguesa, abstendo-se na votação do projeto de resolução sobre o assunto, apresentado pelo grupo afro-asiático. A votação desse texto na IV Comissão foi de 88 a favor, 3 contra (Portugal, Africa do Sul e Espanha) e 16 abstenções (Brasil, etc.), e, em plenário, de 97 a favor, 2 contra (Portugal e Africa do Sul) e 18 abstenções (Espanha, Brasil, etc.).

O Delegado Suplente do Brasil, Ministro David Silveira da Mota Jr., foi eleito Presidente da *V Comissão* da Assembléia, na qual a Delegação brasileira teve atuação decisiva na consideração dos assuntos administrativos e orçamentários das Nações Unidas, desempenhando importante papel na defesa dos interesses dos países menos desenvolvidos.

No âmbito da *VI Comissão,* foi aprovada uma resolução, com o patrocínio do Brasil, sobre o desvio pela força de aeronaves civis em vôo, pela qual se recomenda aos Governos criar legislação apropriada sobre essa matéria, destinada a punir os responsáveis por seqüestros, bem como se pede aos Governos apoio aos esforços da Organização de Aviação Civil Internacional, visando a preparar uma convenção nesse sentido. Além disso, a resolução pede a adesão dos Governos à Convenção sobre Ofensas e certos outros Atos cometidos a bordo de aeronaves.

Na oportunidade do exame do relatório da Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Comercial Internacional pela VI Comissão, a Delegação do Brasil encareceu a necessidade de se empreender à harmonização do Direito Comercial Internacional e de melhor se adaptar suas normas aos interesses dos países subdesenvolvidos.

Ao ser discutido na VI Comissão o item sobre a definição de agressão, a Delegação do Brasil apontou a dificuldade existente em se adotar uma definição de agressão, que certamente não poderia incluir todas as suas formas, e encareceu a necessidade de se considerar agressão a subversão por terroristas e também a pressão econômica, financeira ou política. A Delegação criticou, igualmente, a idéia de que a definição de agressão não deveria ser obrigatória para os órgãos internacionais competentes, o que permitiria uma avaliação divergente em cada caso pelo Conselho de Segurança.

A VI Comissão adotou, também, resolução que propõe a inclusão de um item sobre a revisão da Carta da ONU na agenda da XXV Assembléia Geral.

Foram concluídas, igualmente neste período, a Convenção sobre Missões Especiais e o Protocolo Facultativo sobre a Solução de Disputas. A esse respeito a VI Comissão adotou, ainda, resolução sobre reclamações cíveis.

Finalmente, cumpre assinalar que, durante a XXIV Sessão da Assembléia, o Brasil foi eleito para um mandato de três anos no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), tendo recebido o voto afirmativo de 121 dos 126 membros das Nações Unidas.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

No ano de 1969, o Brasil participou dos seguintes congressos e conferências:

1. Primeira Exposição Internacional de Oceanografia — Brighton, 17 a 21 de fevereiro de 1969.
2. VII Congresso da Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem — México, 12 a 23 de abril de 1969.
3. XXI Assembléia Geral e 86.° Reunião do Comitê Executivo da União Internacional das Organizações Oficiais de Turismo — Sófia, 15 de maio a 4 de junho de 1969.
4. XXXVII Sessão Geral do Comitê do «Office International des Epizooties» — Paris, 19 a 24 de maio de 1969.
5. IV Congresso Panamericano de Histórias da Medicina — Guatemala, 26 a 31 de maio de 1969.
6. Reunião do Comitê Executivo da Liga Internacional de Sociedades Dermatológicas — Liège, 29 de maio a 1.° de junho de 1969.
7. V Congresso Internacional da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais — Zurique, 1.° a 5 de junho de 1969.

8. I Congresso Internacional sobre Problemas de Tráfego — Hamburgo, 3 a 6 de junho de 1969.
9. XIX Congresso da Federação Internacional de Municípios — Viena, 16 a 23 de junho de 1969.
10. XII Seminário Diplomático Internacional — Salzburgo, 28 de julho a 10 de agosto de 1969.
11. VIII Conferência Geológica da Guiana — Georgetown, agosto de 1969.
12. IX Congresso Mundial de Otorrinolaringologia — México, 9 a 14 de agosto de 1969.
13. Sessão Especial da Conferência para o Rearmamento Moral — Caux, 22 de agosto a 14 de setembro de 1969.
14. VIII Congresso Internacional de Gerontologia — Washington, 24 a 29 de agosto de 1969.
15. VIII Congresso Internacional de Nutrição — Praga, 28 de agosto a 5 de setembro de 1969.
16. Reunião do Instituto Internacional de Finanças Públicas — Istambul, 6 a 13 de setembro de 1969.
17. XXI Conferência Internacional da Cruz Vermelha — Istambul, 6 a 13 de setembro de 1969.
18. XXXVII Reunião Extraordinária da Comissão Internacional de Grandes Barragens — Varsóvia, 8 a 10 de setembro de 1969.
19. XVI Congresso da Comissão Internacional de Saúde Ocupacional — Tóquio, setembro de 1969.
20. XVI Congresso da União Postal Universal — Tóquio, 1.° de outubro a 15 de novembro de 1969.
21. XII Congresso Internacional de Radiologia — Tóquio, 6 a 11 de outubro de 1969.
22. LVIII Sessão do Comitê Internacional de Pesos e Medidas — Sèvres, 7 a 9 de outubro de 1969.
23. Reunião do Instituto Indigenista Interamericano — México, 26 de novembro de 1969.
24. Reunião da Associação Interamericana de Advogados — Caracas, 3 a 11 de novembro de 1969.

25. V Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios — Santiago do Chile, 21 a 29 de novembro de 1969.

Além das reuniões acima mencionadas, o Setor competente do Itamaraty se ocupou da representação do Brasil nas seguintes conferências:

1. OIT — Conferência Técnica Marítima Preparatória — Gênova, 15 a 26 de setembro de 1969.
2. OMM — V Sessão da Comissão de Instrumentos e Métodos e Observação — Paris, 15 a 30 de setembro de 1969.
3. AIEA — Conferência Geral e Junta de Governadores — Viena, 22 de setembro a 4 de outubro de 1969.
4. OMM — Seminário de Meteorologia Tropical — Campinas, 25 de setembro a 10 de outubro de 1969.
5. OPAS — Reunião do Conselho Executivo — Washington, 26 a 27 de setembro de 1969.
6. OPAS — Reunião do Conselho Diretor — Washington, 29 de setembro a 11 de outubro de 1969.
7. OIT — VIII Sessão da Comissão do Ferro e do Aço — Genebra, 29 de setembro a 10 de outubro de 1969.
8. FAO — IV Sessão do Codex sobre Resíduos de Pesticidas — Arnher — Países Baixos, 6 a 14 de outubro de 1969.
9. OMM — V Sessão da Comissão de Climatologia — Genebra, 20 a 31 de outubro de 1969.
10. FAO — XV Conferência — Roma, 29 de outubro a 28 de novembro de 1969.
11. OIT — CLXXVII Sessão do Conselho de Administração — Genebra, 10 a 21 de novembro de 1969.
12. FAO — I Sessão da Comissão Internacional para Conservação do Atum no Atlântico — Roma, 1.° a 6 de dezembro de 1969.
13. OPAS — Junta de Governadores — Viena, dezembro de 1969.

Cumpre observar que não se incluem, nesse levantamento, grande número de reuniões de órgãos técnicos das grandes agências especializadas, normalmente atendidas por funcionários lotados em Missões diplomáticas e Delegações junto a Organismos Internacionais, mas que mereceram a atenção do Itamaraty, seja nos contatos prévios com outros órgãos da administração interessados nos assuntos tratados, seja na formulação de instruções específicas aos delegados designados pela Secretaria de Estado.

VISITAS E EXPOSIÇÕES

Em 1969, o MRE se ocupou ainda de assuntos relativos a visitas e exposições.

De 3 a 15 de fevereiro, a Missão Técnica da República Federal da Alemanha visitou centros de pesquisa no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, bem como as usinas de aproveitamento de recursos energéticos. A Missão teve por fim estudar as possibilidades de uma maior cooperação científica e tecnológica com o Brasil. Foi designado para acompanhar a Missão o Terceiro-Secretário Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado.

De 4 a 6 de junho, veio ao Brasil o Diretor Geral da FAO, acompanhado do Embaixador Juan Felipe Yriart, Diretor Geral Adjunto da FAO para a América Latina, e da Srta. Lawrie, sua Assistente. Durante a visita foram tratados assuntos de interesse do Brasil junto à FAO. Foi designado para acompanhar os visitantes o Terceiro-Secretário Orlando Galveas Oliveira.

De 8 a 13 de outubro, viajou por São Paulo, Campinas, Brasília e Rio de Janeiro o Diretor Geral da Organização Meteorológica Mundial, Dr. Alf Nyberg, convidado oficial do Governo brasileiro. Foi acompanhado pelo Terceiro-Secretário Francisco de Paula Almeida Nogueira Junqueira.

Com relação a exposições, em outubro a «United States Atomic Energy Comission» promoveu a Exposição «Atomos em Ação».

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL

Em 1969, foi realizado um completo levantamento das contribuições do Brasil a organismos internacionais. Foram tomadas providências no sentido de evitar quaisquer ônus para o Tesouro Nacional com reuniões promovidas por organizações e entidades não governamentais, tendo em vista as disposições do Decreto N.° 44.721, de 21 de outubro de 1958 e o Plano de Contenção de Despesas, estabelecido pelo artigo 6.° da Lei N.° 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Com relação aos organismos internacionais mais importantes, a contribuição financeira do Brasil, em 1969, alcançou o total de US$ 1.224.862.135.00 dos quais US$ 318.321.00 são relativos à FAO, US$ 85.849 à AIEA, US$ 351.288.00 à OIT, US$ 502.840.00 à OMS, US$ 38.244.00 à OMM e US$ 14.083.286 à OPAS.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenando os assuntos relativos a muitas organizações internacionais da chamada «família das Nações Unidas», o Setor competente do Itamaraty ocupou-se, ainda, particularmente e de forma direta, das questões ligadas à Agência Internacional de Energia Atômica, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Mundial de Saúde e seu órgão regional, a Organização Pan-americana de Saúde, e da Organização Meteorológica Mundial.

O Itamaraty ocupou-se dos acordos bilaterais sobre utilização pacífica da energia atômica, cooperando estreitamente com a Comissão Nacional de Energia Nuclear na elaboração dos textos dos acordos e participando em sua negociação.

No ano de 1969, foram aprovados os seguintes atos internacionais:

1) Acordo sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear entre o Brasil e a India, pelo Decreto-Lei 537, de 17 de abril de 1969 — publicado no Diário Oficial de 18 de abril de 1969.

2) Acordo de Cooperação sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, pelo Decreto-Lei 542, de 18 de abril de 1969 — publicado no Diário Oficial de 23 de abril de 1969.

Foi, igualmente, assinado o Acordo Geral de Cooperação sobre Ciência e Tecnologia, a 9 de junho de 1969, em Bonn. O referido acordo engloba cooperação nos seguintes campos: energia nuclear, pesquisa aeronáutica, oceanografia, documentação científica e processamento eletrônico de dados.

Encontra-se já em fase de assinatura o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos de Energia Atômica entre o Brasil e o Equador, devendo ser efetivado quando da próxima reunião da Comissão Mista Brasil-Equador, entre 9 e 12 de fevereiro de 1970, em Quito.

Acha-se ainda em fase de estudos o Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Canadá e o Brasil. A contraproposta canadense, apresentada no princípio de 1969, difere sensivelmente do documento brasileiro tanto na forma quanto no fundo, dando ênfase particular ao mecanismo de salvaguardas e ao papel da AIEA. Baseando-se no TNP, assinado pelo Canadá, a contraproposta veda o fornecimento de material para a implantação ou fabricação de explosivos nucleares para fins pacíficos. Assim, as autoridades competentes do Brasil estão estudando um novo texto para apresentar ao Canadá, que contorne tais obstáculos.

O Foreign Office encaminhou, em agosto de 1969, a contraproposta para o Acordo sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica. A reação das autoridades nucleares brasileiras não foi de aceitação, uma vez que foram introduzidas

modificações de importância no texto apresentado pelo Brasil, sobretudo no que se refere à responsabilidade por danos causados pelos equipamentos nucleares (baseado na Convenção de Viena, de 1963, não assinada pelo Brasil).

Foi proposta a criação de um grupo de estudos para a análise de acordos nucleares, uma vez que o sistema atual de análise dos acordos por todos os órgãos interessados peca pela morosidade e descoordenação. Seriam, então, convocadas reuniões com representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Conselho de Segurança Nacional, do Ministério das Minas e Energia e da Comissão Nacional de Energia Nuclear, sempre que necessário, para a análise ou aprovação dos textos apresentados.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Composta de 102 membros, 19 dos quais latino-americanos. A função precípua da Agência é a de incrementar o intercâmbio de informações de cunho científico, de técnicos e cientistas nucleares, e de prover assistência técnica aos países membros, a fim de difundir a tecnologia nuclear para fins pacíficos. A Agência dispõe, ainda, de certa quantidade de material nuclear, fornecido pelos Estados Unidos da América, União Soviética, França e Grã-Bretanha, colocado à disposição dos países membros que dele necessitam para utilização em reatores de pesquisa.

A AIEA promove anualmente quatro reuniões da Junta de Governadores, seu órgão executivo, uma conferência geral e reuniões *ad hoc* sobre assuntos de maior relevância e especificidade. No ano de 1969 houve quatro reuniões *ad hoc,* duas sobre a revisão do Artigo VI do Estatuto e duas sobre o papel a ser desempenhado pela Agência no que se refere às explosões nucleares para fins pacíficos. Promove, igualmente, cursos e simpósios de caráter técnico, de âmbito regional ou internacional.

Às reuniões da Junta de Governadores compareceu o representante residente do Brasil junto à AIEA (sem ônus para o Tesouro Nacional). Na reunião de fevereiro, a de maior importância em termos práticos para o Brasil, foi decidido atender à solicitação do Centro de Energia Nuclear da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, no sentido de que lhe seja concedido equipamento e pessoal técnico para a implementação de projeto sobre uso de radioisótopos na entomologia (Desenvolvimento de técnica de esterilização de insetos responsáveis pela difusão de endemias em áreas subtropicais do Brasil). A AIEA enviará um especialista, por seis meses, para assessorar os aspectos dosimétricos da irradiação usada para a esterilização, bem como equipamento dosimétrico e um espectofotômetro.

Será também enviado um cientista com experiência em espectrometria, por seis meses, para o Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba, São Paulo. Com esses dois projetos atendidos, o Brasil foi o país membro que mais recebeu assistência técnica da Agência durante o ano de 1969.

O MRE elaborou instruções para a atuação do representante residente em Viena nos dois Comitês *ad hoc* acima mencionados. No Comitê *ad hoc* sobre a revisão do Artigo VI, no sentido de que não comprometesse oficialmente o apoio do Governo brasileiro às propostas apresentadas até então pela Itália, pelo México e pelo Paquistão, apesar de considerar a proposta italiana como a menos prejudicial para o Brasil e para a América Latina. No Comitê *ad hoc* sobre explosões nucleares para fins pacíficos, no sentido de que a Agência não faça discriminação entre os Estados Membros signatários e não signatários do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, no fornecimento de dois serviços relativos a tais explosões, uma vez que tratados especiais não podem nem devem prejudicar os serviços que a AIEA fornecem aos seus Estados Membros em decorrência de seus Estatutos.

A XIII Sessão Regular da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica realizou-se em Viena, de 23 de setembro a 4 de outubro de 1969.

Continuaram sendo discutidas as questões que suscitaram a convocação das reuniões dos Comitês *ad hoc* e novamente, pela complexidade da matéria, não foi possível nada além do que a aprovação de resoluções que solicitavam o prosseguimento dos estudos sobre a revisão do artigo VI e sobre o papel a ser desempenhado pela Agência no fornecimento de serviços relacionados com explosões nucleares para fins pacíficos. A Delegação do Brasil reiterou a posição adotada nos dois Comitês. Foi igualmente aprovada resolução que solicitava ao Diretor Geral a elaboração de estudos sobre as necessidades energéticas dos países membros para a próxima década e, das facilidades de financiamento internacional para projetos de centrais elétricas nucleares a serem implementados nos países em desenvolvimento. A proposta orçamentária foi objeto de longos debates, quando várias delegações decidiram protestar contra o aumento excessivo do custo das salvaguardas, demasiado incremento das despesas administrativas e lamentável escassez de recursos para o programa de assistência técnica. Mesmo assim, o projeto de resolução A, relativo às verbas do orçamento regular para 1970, foi aprovado por 45 votos a favor, nenhum contra e 12 abstenções. O Brasil continuará a contribuir com 0,80% do orçamento regular, o que corresponde a US$ 94,936.00; e para o orçamento operacional, a título de contribuição voluntária, com US$ 18,000.00. Cabe notar que o Brasil obteve em 1969, um retorno de US$ 236,000.00.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Durante o ano de 1969, o Itamaraty organizou a visita oficial do Senhor Alf Nyberg, Presidente da Organização Meteorológica Mundial, com a duração de seis dias, passados na Guanabara, São Paulo e Brasília. O Senhor Nyberg teve a opor-

tunidade de presidir o encerramento do Seminário Internacional de Meteorologia Tropical (juntamente com o então Ministro da Agricultura, Senhor Ivo Arzua Pereira), realizado em Campinas, de 3 a 10 de outubro de 1969. Seguiu viagem para Brasília, onde visitou o Centro Regional de Telecomunicações, para construção do qual o Governo brasileiro recebeu apoio financeiro e técnico da OMM e da USAID.

Quanto ao Seminário Internacional de Meteorologia Tropical, organizado pelo Itamaraty em estreita colaboração com o Escritório de Meteorologia do Ministério da Agricultura, o Secretário Geral da OMM assim referiu-se: «Embora o representante da OMM, de minha parte, já haja expressado a apreciação de nossa organização ao Governo brasileiro por hospedar o Seminário de Análise Climática e Previsão do Tempo nos Trópicos, desejo expressar-lhe, de maneira pessoal, meus agradecimentos pelo grande interesse e participação nesse projeto; o seminário foi indubitavelmente um sucesso».

No campo da meteorologia, o Itamaraty enviou um representante à II Reunião do Grupo de Trabalho de Telecomunicações Meteorológicas, realizada em Bogotá, de 21 a 30 de outubro de 1969, onde foi enfatizado o papel do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília, como espinha dorsal do sistema de telecomunicações para a América Latina.

Também o Senhor Leandro Ratisbona, engenheiro do Escritório de Meteorologia, foi participante da V Comissão de Climatologia da OMM, realizada de 20 a 31 de outubro de 1969.

Doutor Venerando Pereira, representante do Brasil no Comitê Executivo da OMM, esteve presente em sua 21.ª Sessão, onde foi aprovado o relatório verbal feito pelo chefe da Delegação brasileira sobre o andamento dos trabalhos efetuados em Brasília, para a implementação do projeto «Improvements of Meteorological Telecommunication in South America» (Establishment of a Southern Hemisphere Exchange Centre at Bra-

sília). Foi aprovado o projeto do programa de assistência voluntária (VAP), intitulado «Implementação do Plano Regional para o Brasil», no valor de US$ 250,000.00.

Foi aprovado, igualmente, o projeto de resolução que solicitava ao Secretário Geral da OMM considerar os problemas ligados à transferência do pessoal especializado dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, nos termos da resolução das Nações Unidas, e fazer as recomendações necessárias ao Comitê Executivo.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A 53.ª Conferência Internacional do Trabalho realizou-se em Genebra, de 4 a 26 de junho. O Brasil se fez representar através da seguinte Delegação:

1. *Delegação Governamental*:

Chefe:

Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Delegados:

Embaixador Sergio Armando Frazão, Chefe da Delegação Permanente em Genebra.

Celso Barroso Leite, Secretário Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Procurador de 1.ª Categoria do Instituto Nacional de Previdência Social e Membro da Comissão Permanente de Direito Social.

Conselheiros Técnicos:

Arthur Machado Paupério, Membro da Comissão Permanente de Direito Social, Assistente Jurídico do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Homero Senna, Membro Suplente da Comissão Permanente de Direito Social, Procurador de 1.ª Categoria do Instituto Nacional de Previdência Social.

Júlio Barata, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Ildélio Martins, Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho.

Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto, Primeiro Secretário da Delegação do Brasil em Genebra.

José Nogueira Filho, Segundo Secretário da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Rodolfo Paula Lopes, Oficial de Administração da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Emanuel Massarani, Adido à Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Danilo Octavio Monteiro da Costa, Secretário Particular do Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social.

2. *Delegação Patronal*:

Delegado:

Diego Gonzales Blanco, da Confederação Nacional da Indústria, Membro do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho.

Conselheiros Técnicos:

Mário Mesquita Cabral, da Confederação Nacional dos Transportes Terrestres.

Domício Velloso da Silveira, da Confederação Nacional da Indústria.

Aurélio Pires, da Confederação Nacional da Agricultura.

Edgar Silva, da Confederação Nacional da Agricultura.

Leszek Bronislau Ostoja Roguski, da Confederação Nacional da Agricultura.

Luiz Toni, Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Benedito Brotherhood, da Confederação Nacional do Comércio.

Deraldo Motta, Segundo Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Odilo Antunes de Sequeira, da Confederação Nacional da Agricultura.

3. *Delegação dos Trabalhadores*:

Delegado:

Ruy Brito de Oliveira Pedrosa, da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito.

Conselheiros Técnicos:

Alexandre Ansaldo Mozzilli, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Educação e Cultura.

Carlos Gilles Einderlein, da Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

José Francisco da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

João Maia da Silva Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Walter da Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

José de Andrade Guedes, do Sindicato dos Empregados de Bancos do Estado da Guanabara.

José Lazaro Dumont, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Para a presidência da Conferência foi eleito, por aclamação, o Senhor Jean Mori, Delegado dos Trabalhadores da Suíça e Vice-Presidente do Conselho de Administração, o que atendeu as preferências do Brasil.

Por motivo do cinqüentenário da Organização, comemorado durante a 53.ª Conferência, chefes espirituais e políticos compareceram às sessões plenárias, entre os quais Sua Santidade o Papa Paulo VI; o Pastor Eugene C. Blake, Secretário-Geral do Conselho Ecumênico das Igrejas; U Thant, Secretário-Geral das Nações Unidas; o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié Primeiro; o Sr. Kenneth Kaunda, Presidente da República de Zâmbia; e El Hadj Ahmadou Ahidjo, Presidente da República dos Camarões.

Os fatos marcantes da Conferência foram:

— o debate geral sobre o Programa Mundial de Emprego, baseado no relatório do Sr. David A. Morse, Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho;
— a adoção de convenção e de recomendação sobre a inspeção do trabalho na agricultura;
— a adoção de convenção e de recomendação sobre seguro-doença;
— a adoção de anteprojeto de convenção sobre férias remuneradas;
— a adoção de anteprojeto de convenção e de recomendação sobre salário-mínimo;
— a adoção de anteprojeto de recomendação relativa a programas especiais de emprego e formação da juventude dos países em vias de desenvolvimento;
— o exame de relatórios sobre o programa e a estrutura da OIT;
— a eleição dos membros do Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, com mandato de três anos;
— a adoção do orçamento da organização para o exercício 1970/1971, num valor total de 61,5 milhões de dólares.

Os resultados dos trabalhos realizados pelas Comissões, as resoluções submetidas ao plenário e por este postas em votação, bem como os demais assuntos tratados em plenário, constituem objeto do Relatório da Conferência, apresentado pelo Chefe da Delegação do Brasil, bem como das atas finais e documentação preparada pela OIT. Cabe salientar que a Delegação Governamental do Brasil foi representada em todas as Comissões da Conferência.

Em 1969, foram depositados junto à Organização Internacional do Trabalho os instrumentos de ratificação, pelo Brasil, das seguintes Convenções:

Convenções:

> Convenção n.º 124 sobre exame médico de aptidão de adolescentes para o emprego nos trabalhos subterrâneos nas minas (1965).
>
> Convenção n.º 125 sobre Certificado de Capacidade dos Pescadores (1966).
>
> Convenção n.º 127 sobre o peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador (1967).

A contribuição do Brasil à Organização Internacional do Trabalho, para o ano de 1969, fixada em 351.288 dólares americanos, foi integralmente paga, não havendo quaisquer quantias atrasadas.

Realizaram-se, durante o ano de 1969, quatro sessões do Conselho de Administração da OIT. O Brasil acompanhou a realização da 174.ª, 175.ª e 176.ª Sessões do Conselho de Administração, realizadas, respectivamente, de 4 a 6 de março, 30 e 31 de maio, e a 26 de junho, em Genebra.

Quanto à 177.ª Sessão do Conselho de Administração, realizada de 10 a 21 de novembro, o Brasil participou através de seu Representante, eleito que foi pela 53.ª Conferência Internacional. Como pontos mais importantes da citada Sessão figuram:

a) a limitação do número de itens da agenda da 55.ª Reunião da Conferência (1971) para apenas quatro. Dessa forma, evitou-se sobrecarregar a agenda, concentrando a atenção da Conferência no Programa Mundial de Emprego; direitos sindicais e suas relações com as liberdades civis; proteção dos representantes sindicais em suas empresas; e a proteção contra os riscos devidos ao benzeno;

b) a criação de um grupo de trabalho (do qual o Brasil participa através de seu representante governamental) para tratar das eventuais modificações do programa e da estrutura da OIT;

c) o Brasil teve quatro casos levados à consideração do Comitê de Liberdade Sindical. Três deles tiveram sua consideração adiada para a próxima reunião do Conselho de Administração: os de n.ºs 385 e 554 devido à data do recebimento das informações prestadas ao Governo brasileiro; e o de n.º 558 por faltarem informações complementares solicitadas ao queixoso. Finalmente, o caso n.º 595 classificado como «não admissível» em virtude das normas de procedimento em vigor. O Governo brasileiro apresentou, através de seu Representante no Conselho, ampla informação sobre a improcedência de tais denúncias, cujos pormenores estão consignados nos diversos relatórios da Comissão ao Conselho, sobre seus trabalhos e recomendações.

Exerceu o cargo de Representante do Brasil no Conselho de Administração o Embaixador Armando Frazão, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra. Entre os outros 14 países eleitos (por três anos) figuram, igualmente, os seguintes países latino-americanos: Colômbia, Equador e Uruguai.

Foi também eleito, entre os representantes de classe, o Delegado dos Empregadores brasileiros à 53.ª Conferência, Sr. Diego Gonzales Blanco.

O Governo brasileiro é ainda representado nas seguintes comissões:

a) como membro titular:

1) Orçamento e Administração;
2) Regulamento e Aplicação das Convenções e Recomendações;
3) Conselho de Administração do Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico de Turim.

b) como membro suplente:

1) Repartição de Contribuições;
2) Programas de Atividades Práticas;
3) Comitê de Liberdade Sindical.

Dentre as principais reuniões promovidas pela Repartição Internacional do Trabalho, o Brasil participou das seguintes:

a) II Reunião da Comissão Consultiva Interamericana da OIT (CINTERFOR), realizada de 13 a 23 de janeiro, em San Salvador. Participou da Reunião, como Delegado brasileiro, o Segundo Secretário Tarcisio Marciano da Rocha;

b) Congresso Internacional de Segurança e Higiene do Trabalho, realizado de 30 de junho a 4 de julho, em Genebra. Foi designado um observador da Delegação Permanente em Genebra;

c) Conferência Técnica Marítima Preparatória, realizada de 15 a 26 de setembro, em Gênova. Fizeram parte da Delegação:

Delegado Governamental: Max do Rêgo Monteiro, Membro da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social e Procurador de Primeira Categoria do Instituto Nacional de Previdência Social.

Delegado dos Empregadores: José Carlos Leal, indicado pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima.

Delegado dos Trabalhadores: Rômulo Augustus Pereira de Souza, indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

d) 7.ª Sessão da Comissão de Indústrias Químicas, realizada de 28 de abril a 9 de maio, em Genebra. Participaram da Delegação brasileira:

Delegação de Empregadores:

Zulfo de Freitas Mallamann, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Nério Sigfried Wagner Battendieri, Consultor Jurídico da Confederação Nacional da Indústria.

Delegação dos Trabalhadores:

Floriano da Silveira Maciel, Membro dos Conselhos de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e da Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro;

Alcy Nogueira, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo e Membro do Conselho de Representantes da CNTI;

e) Seminário sobre Política de Mão-de-Obra, realizado em San Carlos de Bariloche, de 22 de setembro a 4 de outubro. Participaram, como convidados do comitê organizador:

Antonio Ferreira Bastos, Diretor do Departamento Nacional de Mão-de-Obra.

José Aquino Porto, da Confederação Nacional da Indústria.

Maurício de Magalhães Carvalho, da Confederação Nacional do Comércio.

f) 8.ª Sessão da Comissão do Ferro e do Aço, realizada em Genebra, de 29 de setembro a 10 de outubro. Participaram os seguintes delegados brasileiros:

Delegação Governamental:

Marcelo Pimentel, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Membro da Comissão Permanente de Direito Social.

Primeiro-Secretário Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto, da Delegação em Genebra.

Delegação Patronal:

Jorge da Silva Mafra Filho, Diretor da Companhia Siderúrgica Nacional.

Pedro Carlos Henrique Dias de Souza, Diretor da Companhia Siderúrgica Paulista.

Delegação de Trabalhadores:

Argeu Egydio dos Santos, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e Membro das Federações Metalúrgicas de São Paulo e Minas Gerais. Onofre Martins Barbosa, Secretário-Adjunto de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e Membro das Federações Metalúrgicas de São Paulo e Minas Gerais;

g) IX Sessão do Conselho do Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico de Turim, realizada em Genebra, de 7 a 8 de novembro. O Brasil foi representado pelo seu representante no Conselho, Embaixador Sergio Armando Frazão, e pelo Primeiro-Secretário Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Realizou-se, em Boston, de 29 de maio a 12 de junho de 1969, a XXII Assembléia Mundial de Saúde, onde o Brasil foi representado pela seguinte Delegação:

Doutor Leonel Miranda, Ministro da Saúde, chefe da Delegação.

Delegados:

Doutor Murillo Bastos Belchior, Chefe da Comissão de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde; Doutor Nelson Luiz de Araújo Moraes, Supervisor Geral de Saúde Coletiva.

Consultor:

Doutor Manoel José Ferreira, Superintendente da Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisas e Programas Especiais do Ministério da Saúde.

Durante a mencionada Assembléia, foi apresentado o Plano Nacional de Saúde, que causou grande impacto entre as delegações dos países em desenvolvimento.

Dentre as resoluções mais importantes para a política sanitária brasileira citam-se as seguintes:

Resolução WHA22.39 — Reexame da estratégia mundial de erradicação do impaludismo, que continua a ser encargo primordial dos organismos nacionais de saúde pública, bem como das organizações de âmbito regional e internacional. Recomendou-se à Organização a continuação dos auxílios aos países interessados em organizar planos a longo prazo para a erradicação do impaludismo;

Resolução WHA22.34 — Sobre a erradicação da varíola; foi aprovada com voto do Brasil, o único país da América Latina com regiões onde, segundo estudos da própria OMS, o mal é endêmico. A resolução supramencionada solicita ao Dire-

tor Geral a adoção de medidas necessárias a assegurar o máximo de coordenação dos esforços nacionais à ajuda fornecida pelos organismos internacionais e acordos bilaterais, para erradicar a varíola;

Resolução WHA22.3 — Foram eleitos os seguintes membros para o Conselho Executivo da OMS: Argélia, Bulgária, Chipre, EUA, Alto-Volta, Japão, Nepal, República Centro Africana;

Resolução WHA22.7 — Que estabelece os índices das contribuições dos países membros, cabendo ao Brasil contribuir com 0,80% do orçamento global. A contribuição passará a ser, assim, de US$ 557,580.00, aumentando em US$ 54,740.00 com relação a 1969.

Realizaram-se, ainda, a 18.ª Reunião do Conselho Diretor da Organização Panamericana de Saúde e o 20.º Comitê Regional da Organização Mundial de Saúde para as Américas, em Washington, de 29 de setembro a 11 de outubro. Durante as reuniões em apreço, às quais compareceu o Dr. Murillo Belchior, na qualidade de Representante do Brasil, foram aprovados os programas da OPAS e da OMS a serem implementados no Brasil.

Dentre os principais programas destacam-se:

- — Programa de Erradicação do Impaludismo, que cobre a totalidade do Brasil, com exceção do Estado de São Paulo; contou, em 1969, com US$ 348,710.00 para pagamento do pessoal, US$ 4,200.00 para bolsas de estudo e US$ 106,000.00 para compra de material.
- — Programa de Erradicação da Tuberculose, de Enfermidades Bacterianas, Doenças Parasitárias e Enfermidades de Vírus e Varíola; contou com uma ajuda de US$ 295,396.00.

A Organização Panamericana de Saúde decidiu continuar a manter o Centro de Preparação para a Erradicação do Impaludismo, fornecendo, em 1969, a soma de US$ 97,293.00.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

XV Conferência da FAO

A XV Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura foi realizada em Roma, sede da Organização, de 8 a 29 de novembro de 1969.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador do Brasil acreditado junto ao Governo italiano e integrada por dois diplomatas lotados na Embaixada em Roma, um funcionário do Itamaraty, dois representantes do Ministério da Agricultura, um do Ministério do Planejamento e um da SUDEPE. A Conferência, da qual participaram 121 países, dedicou particular atenção às estratégias contidas no Programa Indicativo Mundial para o Desenvolvimento Agrícola e ao item da Agenda relativo às Areas de Concentração.

Dentre os temas tratados na Conferência, o item 16 (b) da Agenda refere-se às Areas de Concentração. Estas áreas representam uma proposta do Secretariado à Conferência, no sentido de reorientar as atividades da Organização, numa abordagem em que se integra a assistência técnica com o problema do desenvolvimento econômico. As áreas de concentração identificadas pela FAO nessa orientação de trabalho estão contidas no estudo básico n.º 21 e são as seguintes:

a) o uso de variedades de sementes de alto rendimento;
b) a eliminação do deficit protéico;
c) a mobilização de recursos humanos;
d) o combate às formas de desperdício;
e) a criação e a poupança de divisas.

O tema das Areas de Concentração recebeu o apoio unânime das Delegações representadas na Conferência. Algumas manifestaram a sua reserva quanto à vastidão das áreas, talvez paradoxalmente, denominadas de concentração, Muitos delegados falaram na necessidade de «identificar prioridades dentro das prioridades».

O Delegado do Brasil observou que as áreas de concentração da FAO estariam interpenetradas com as áreas de atuação definidas no Programa Estratégico de Desenvolvimento, em curso em nosso país. Acentuou a sua satisfação em ver tratado, no documento sobre a criação e poupança de divisas, o problema das barreiras que se opõem a um maior volume de comércio mundial de produtos agrícolas. Observou, no tocante à mobilização dos recursos humanos, a conveniência de considerá-la em função das técnicas de produção, a fim de preservar um alto nível de emprego na agricultura.

No referente à mobilização de recursos humanos para o desenvolvimento rural, houve generalizada concordância quanto a que fosse dada a esta área a mais alta prioridade. Referências freqüentes foram feitas à função do elemento humano no processo desenvolvimentista. Limitações básicas ao desenvolvimento foram identificadas não como de caráter meramente técnico, mas humano e institucional.

Acentuou-se, com destaque, a interrelação de vários aspectos desta área que, por conseguinte, deveria ser considerada de forma integrada.

O perigo decorrente de diferentes níveis de bem-estar, bem como de diferentes graus de melhoria do bem-estar no meio rural foi assinalado. Neste contexto, foi mencionado o agravamento de desníveis em decorrência da adoção de avançada tecnologia por parte apenas dos dedicados à produção agrícola.

A reforma agrária, a intensificação do movimento cooperativista, o treinamento e mudanças institucionais foram mencionados como instrumentos fundamentais para a solução dos problemas sociais do meio rural.

Incentivos econômicos, associados a um adequado sistema de comercialização, foram indicados como pré-requisitos básicos para a motivação de iniciativas empresariais.

A atividade extensionista, no que concerne à transmissão dos resultados da pesquisa na agricultura, mereceu especial ênfase.

Igualmente, foi realçada a necessidade de dotar as atividades de ensino com a praticidade necessária à solução dos problemas inerentes ao complexo econômico-social agrícola.

A Conferência apoiou firmemente as cinco áreas de concentração anteriormente referidas como elementos norteadores dos trabalhos da FAO. Contudo, face à amplitude das ãreas de concentração, a Conferência sugeriu o estabelecimento de prioridades em cada uma delas. Assim, reconheceu a Conferência que tais áreas representavam apenas o primeiro passo no sentido de dar à FAO uma orientação definida, da qual por certo advirá a adequada alocação dos escassos ou limitados recursos disponíveis.

Dois aspectos importantes merecem exame mais aprofundado. A chamada «revolução verde», com a introdução de variedades de alto rendimento a partir de experimentos sobre o trigo e o arroz realizados no México e nas Filipinas, poderá colocar os Governos diante de problemas totalmente novos na década de 1970. A introdução de variedades de alto rendimento, representando um fator de inovação, atingirá, de imediato, o empreendedor agrícola mais dinâmico e, dessa forma, à falta de medidas preventivas, poderá acentuar a concentração de renda e acelerar a liberação de mão-de-obra no setor agrícola. Por outra parte, o uso de variedades de alta produtividade, para substituir importações dos países em desenvolvimento, poderá resultar em excedentes crescentes a nível mundial e conduzir à proliferação dos Acordos sobre produtos. Em relação a este último ponto o Secretariado da FAO, louvado nos Acordos do café e do açúcar, parece ter uma posição exageradamente otimista quanto ao uso desse mecanismo para conter desequilíbrios mundiais provenientes do lado da oferta.

O Plano Indicativo Mundial (doc. C 69/4) foi, sem dúvida alguma, a «pièce de résistence» da Conferência. Os delegados latino-americanos reiteraram as reservas manifestadas durante a reunião de consulta em Santiago pelos países da América do Sul, contidas na parte provisória subregional do

Plano. Uma das primeiras intervenções foi a da Delegação brasileira, que se referiu, mais uma vez, aos problemas criados pela falta de comunicação entre o Secretariado e os Países-Membros, dada a ausência de um mecanismo de consultas. Também abordou a questão dos valores atribuídos às variáveis do modelo global, valores cuja escolha conduziram a taxas de crescimento apenas moderadas e a projeções setoriais, em alguns casos, extremamente modestas. Contudo, ao tratar do documento C 69/4, que corresponde à versão do Plano Indicativo na escala mundial, o Delegado do Brasil ressaltou os aspectos positivos em matéria de comércio internacional. Com relação aos capítulos 14 e 15, embora em forma qualitativa, estes tratam ostensivamente das questões da política tarifária, do controle sanitário e dos impostos de consumo como instrumentos utilizados para impedir o acesso dos países exportadores de produtos agrícolas ao mercado dos países altamente desenvolvidos. Nessa parte do Plano, há uma referência expressa aos produtos agrícolas que são objeto de processamento industrial nos países em via de desenvolvimento.

As críticas apresentadas pela Delegação brasileira em muito vieram a coincidir com o pensamento dos demais países sul-americanos.

Quando do debate sobre o Plano Indicativo Mundial, ao nível de comissão, verificou-se a necessidade de ser constituído um grupo *ad hoc* com limitado número de participantes, de maneira a que lhe fosse possível sugerir à Comissão os trabalhos futuros a serem desenvolvidos com referência ao PIM. Isto porque o grande número de delegados presentes aos trabalhos da Comissão e a complexidade da matéria em pauta conduziram à constatação da impossibilidade de imprimir-se aos trabalhos, naquele forum, a necessária objetividade. O grupo *ad hoc* foi constituído pelos seguintes países: Alemanha Ocidental, Argentina, Austrália, Brasil, Bulgária, Estados Unidos da América, França, India, Jamaica, Reino Unido, Togo, Tunísia e Venezuela.

Por votação, coube ao Brasil a presidência dos trabalhos. Como pontos de referência, foram apresentados, pelos países latino-americanos, um projeto de resolução e, pela Delegação norte-americana, um texto a ser incorporado ao Relatório Final da Conferência. Ambos os documentos diziam respeito aos trabalhos que no futuro deveriam vir a ser desenvolvidos pelo Secretariado da FAO, com referência ao Plano Indicativo Mundial. No projeto de resolução sul-americano se objetivava determinar o reestudo dos países latino-americanos com base em sistemática consulta aos Governos dos respectivos países. Para tanto uma resolução encerraria o desejável caráter mandatório. Por outro lado, o documento norte-americano, embora contemplasse a possibilidade de ser refeito o estudo em determinados casos, não atribuía a tal reestudo caráter imperativo. Por isto mesmo aquela Delegação propugnava pela incorporação, ao texto do relatório final, de pensamentos que poderiam servir de subsídios aos trabalhos da FAO durante o próximo biênio. Após detidamente analisados e aprimorados, ambos os trabalhos foram enviados à consideração da Comissão, tendo sido aprovado o projeto de resolução dos países sul-americanos e incorporados ao texto do relatório final as considerações feitas pela Delegação norte-americana. Tal relatório foi aprovado por unanimidade no plenário da Conferência.

Isto significa não só que as projeções para a América Latina serão substancialmente revistas como, também, que os estudos prospectivos da FAO serão, doravante, realizados em regime de consulta técnica com os organismos de planejamento nacionais e regionais, inclusive as Comissões Econômicas das Nações Unidas.

A Conferência elogiou o documento C 69/18 (Revisão das atividades de campo da FAO) por constituir-se em franca e sistemática análise dos programas de campo da FAO e expressou a esperança de que a FAO viesse a consolidar e ampliar a avaliação de suas atividades de campo, sob o mesmo prisma, em relatórios futuros.

Houve manifesta concordância quanto a existência de maior conscientização relativa à grande importância da agricultura no desenvolvimento. Esta conscientização estaria conduzindo à destinação de maiores somas de recursos para programas agrícolas por partes de agências multilaterais ou bilaterais de assistência, de maneira a atender toda a gama de estudos que se estendem desde os preparatórios e de assessoramento aos de viabilidade e outros estudos de pré-investimento propriamente ditos. A este respeito foi notado o maior grau de coordenação entre as várias agências de assistência, bem como a plena aceitação das interdependências relativas aos trabalhos das mesmas. Outrossim, ficou assinalada a necessidade de compatibilização dos trabalhos de tais agências assistenciais a fim de que os programas de desenvolvimento venham a ser implantados profícua e irreversivelmente.

Foi acentuado que o desenvolvimento não objetivava exclusivamente assegurar o crescimento econômico, mas também promover o bem-estar humano. O fator humano se reveste, portanto, de caráter fundamental para o sucesso de programas. Por conseguinte, torna-se necessário mobilizar o entusiasmo dos que atuam nos programas, principalmente naqueles de níveis médio e primário. Neste sentido a FAO e o PNUD estão empenhados em desenvolver programas de esclarecimento e promoção, que expliquem as atividades operacionais e, conseqüentemente, conduzam ao apoio por parte dos que estão a elas relacionados.

A Conferência aprovou um orçamento de US$ 70.568.000 para os próximos dois anos, 1970 e 1971, ou seja, um aumento de US$ 10.577.000 com relação aos montantes de 1968 a 1969. Esse aumento percentual de 17% só não mereceu a aprovação da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, que juntos contribuíram com quase 48% do orçamento da FAO, embora detentores de imenso poder político e econômico. A URSS não é membro da FAO.

A XV Conferência adotou, dentre outras, as seguintes resoluções:

a) elegeu a Tchecoslováquia e o Iemen do Sul membros da FAO;

b) solicitou aos países-membros contribuições voluntárias até 300 milhões de dólares em alimentos, espécie e serviços para o Programa Mundial de Alimentos para 1971 e 1972;

c) recomendou maior ênfase ao programa de reforma agrária da FAO e solicitou ao Diretor Geral a designação após consulta às Nações Unidas e à Organização Internacional do Trabalho de um Comitê Especial para a Reforma Agrária;

d) adotou recomendações que darão alta prioridade ao desenvolvimento mundial da pesca no próximo biênio;

e) aceitou a sugestão do Diretor Geral de proceder a uma consulta provisória para examinar a proposta de um Esquema para o Desenvolvimento Internacional de Laticínios, com vistas a acelarar o desenvolvimento das indústrias do leite nos países em desenvolvimento;

f) autorizou o Diretor a organizar um Comitê da FAO para a produção de azeitonas, com o propósito de coordenar os esforços dos países produtores na solução dos problemas relativos à industrialização do produto.

Para finalizar cumpre assinalar que a Delegação do Brasil conseguiu finalmente que a Conferência adotasse recomendação do Conselho da FAO autorizando a interpretação simultânea do idioma português nas conferências regionais latino-americanas. Tal resolução permitirá ao Governo brasileiro designar técnicos à XI Conferência Regional da FAO para a América Latina, a realizar-se de 13 a 20 de outubro de de 1970, que não possuam o domínio completo de uma das línguas oficiais da Organização.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

ACORDOS BILATERAIS DE FINANCIAMENTO

Com o objetivo de contribuir para a obtenção de recursos externos para os programas nacionais de desenvolvimento econômico, o Ministério das Relações Exteriores, em 1969, promoveu a celebração de vários acordos bilaterais de financiamento.

Os principais foram os seguintes:

1) Protocolo de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha, assinado no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1969. Habilita o Governo brasileiro a obter empréstimos até 54 milhões de marcos, destinados a: a) financiamento, através do BNDE, de investimentos de empresas da indústria manufatureira privada, até um total de 40 milhões de marcos; b) expansão da infra-estrutura de circulação da Cia. Vale do Rio Doce, até um total de 14 milhões de marcos;

2) Protocolo sobre Cooperação Financeira com a República Federal da Alemanha, de 30 de maio de 1969. Habilita as Centrais Elétricas de São Paulo a obter um empréstimo de 90 milhões de marcos para financiamento do projeto da hidrelétrica de Ilha Solteira;

3) Protocolo Financeiro com o Governo francês, assinado, em Paris, em 6 de junho de 1969, relativo à concessão de um empréstimo de 28 milhões de dólares para os programas de expansão da siderurgia nacional;

4) Acordo financeiro assinado em 26 de março de 1969, entre o BNDE e a «Industrial Development Corporation of South Africa», relativo à abertura de uma linha de crédito de 3,5 milhões de rands (equivalente a 5 milhões de dólares).

POLÍTICA DO BRASIL NOS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

No Fundo Monetário Internacional, a principal preocupação brasileira foi a de atuar de forma a favorecer uma evolução do sistema monetário internacional que seja consentânea com os interesses dos países menos desenvolvidos.

Fato de relevo nas relações do Brasil com o FMI, em 1969, foi a aprovação, pelo Governo brasileiro, através do Decreto-lei n.º 581, de 14 de maio de 1969, da emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo, que permitiu a criação da nova facilidade denominada Direitos Especiais de Saque, cujo objetivo precípuo é o de colaborar na expansão do comércio internacional.

No Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Governo brasileiro continuou a propugnar pela adoção de políticas e métodos de ação que facilitem o acréscimo dos recursos financeiros destinados aos países em desenvolvimento e pela obtenção de meios para o financiamento de importantes projetos nacionais de desenvolvimento econômico.

PARTICIPAÇÃO NO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

No Banco Interamericano, continuou sendo política do Governo brasileiro a defesa de princípios e normas operacionais que propiciem, para os países latino-americanos, em geral, e o Brasil, em particular, um maior volume de assistência financeira, em melhores condições que as habitualmente prevalecentes no mercado internacional de capitais.

ACORDO SOBRE BITRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL

Em dezembro de 1969, foi efetuada em Oslo a troca dos instrumentos de ratificação do Acordo de bitributação Brasil-Noruega, de 1967, o que tornará o referido ato internacional aplicável a partir de 1970.

COMISSÃO DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Com a criação da Comissão de Empréstimos Externos, pelo Decreto 65.071, de 27 de agosto de 1969, passou o Ministério das Relações Exteriores a contribuir para uma melhor coordenação e execução do processamento de operações de financiamentos com o exterior.

FUNDO DE CAPITAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O Governo brasileiro deu particular atenção, em 1969, ao funcionamento do Fundo de Capital das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo promovido contatos e entendimentos entre órgãos brasileiros e representantes do Fundo, com o objetivo de procurar fórmulas destinadas a torná-lo operacional.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (*UNCTAD*)

No âmbito da UNCTAD, em 1969, os assuntos de maior relevância para o Ministério das Relações Exteriores foram: 1) as negociações com vistas ao estabelecimento de um sistema de preferências tarifárias gerais e não discriminatórias para os produtos dos países em desenvolvimento; 2) a contribuição da UNCTAD para a Segunda Década do Desenvolvimento da ONU; 3) as negociações para a criação do Comitê de Transferência de Tecnologia da Junta de Comércio e Desenvolvimento.

Quanto ao primeiro assunto, o Brasil pressionou no sentido de que os países desenvolvidos membros da Organização de Coordenação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentassem à Junta suas propostas para o sistema preferencial, o que foi feito no mês de novembro, assegurando assim a possibilidade de se realizarem negociações efetivas sobre essa importante reinvindicação dos países em desenvolvimento.

Quanto à contribuição da UNCTAD para a Estratégia do Desenvolvimento nos anos 70, a posição brasileira foi a de que, para a concretização das várias medidas tendentes a favo-

recer o desenvolvimento econômico, deveriam ser fixados prazos, a fim de que as metas constituam obrigação ao invés de meras manifestações de um desejo comum. As negociações sobre esse tema prosseguem em 1970.

No que se refere à criação do Comitê de Transferência de Tecnologia, também de grande interesse para o Brasil, as principais dificuldades já foram vencidas. Sua criação não ocorreu durante a VI Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento em virtude, exclusivamente, de empecilhos inerentes ao processo de negociação dentro do grupo de países em desenvolvimento. O projeto foi, assim, remetido à IX Sessão da Junta, a realizar-se em 1970, onde terá alta probabilidade de ser aprovado.

COMISSÃO ESPECIAL DE COORDENAÇÃO LATINO-AMERICANA (CECLA)
(Santiago e Viña del Mar: março, abril e maio)

Em 1969, por iniciativa do Brasil, reuniu-se mais uma vez a CECLA, em nível técnico e ministerial. A posição comum da América Latina sobre cooperação internacional foi registrada no Consenso de Viña del Mar, que passou a ser utilizado como plataforma reivindicatória latino-americana nas negociações com os Estados Unidos da América sobre a reformulação da cooperação interamericana.

ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (*GATT*)

Negociações para a Recomposição da Lista III-Brasil

A necessidade de tais negociações deveu-se a modificações introduzidas na Tarifa das Alfândegas pelo Decreto-lei n.° 63, de 21 de novembro de 1966, as quais vieram afetar vários itens que compunham a Lista III negociada no período 1958/1961.

Em prosseguimento às negociações para recomposição da lista de concessões do Brasil, iniciadas em 1967, foram mantidos, em 1969, contatos destinados a fechar as negociações com os países remanescentes: Estados Unidos, CEE e Reino Unido. O prazo para fechamento dessas negociações (até o término da XXVI Sessão das Partes Contratantes do GATT, em novembro de 1969) foi entretanto prorrogado, devido ao adiamento da XXVI Sessão para fevereiro de 1970.

Negociações entre países em desenvolvimento

O Comitê de Negociações Comerciais entre países em desenvolvimento não fixou normas rígidas para as referidas negociações. A posição brasileira foi favorável a esta medida, bem como à aprovação do princípio de exceção à cláusula de nação mais favorecida nas negociações entre aqueles países.

Parte IV do Acordo Geral

O Brasil vem lutando continuamente pela efetiva aplicação dos princípios contidos na Parte IV do GATT («Comércio e Desenvolvimento») e, em especial, pela reciprocidade relativa, sendo que as instruções para as negociações sobre a recomposição da Lista III têm sempre insistido pela necessidade de aceitação prática do princípio.

O Comitê de Comércio e Desenvolvimento reuniu-se em dezembro de 1969 para examinar as medidas tomadas pelas Partes Contratantes com vistas à implementação da Parte IV.

A posição defendida pelo Brasil na reunião em apreço foi a de que se faz necessário inserir, sempre que possível, a Parte IV no contexto de todos os trabalhos em curso no GATT, em seus difrentes comitês, e de que se deve procurar levar a revisão da Parte IV, no seio do CCD, a um nível mais concreto.

Têxteis de Algodão: acordos a longo prazo

O Ministério das Relações Exteriores envidou esforços com vistas à supressão do aumento das quotas unilateralmente impostas pelos Governos dos Estados Unidos e Reino Unido para as exportações de têxteis brasileiros.

Apesar da forte oposição encontrada por qualquer gestão no sentido de suprimir ou aumentar as quotas em apreço, o Brasil obteve relativo sucesso neste domínio, no ano de 1969.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

A CEE tem-se constituído em área de preocupação prioritária na formulação e implementação da política comercial brasileira, sobretudo porque a Política Agrícola Comum e o Regime de Associação entre a CEE e os Estados Africanos e Malgaxe (EAMA) tendem a afetar, de maneira discriminatória, o acesso ao mercado comunitário dos produtos de nosso interesse. A imposição de direito compensatório sobre as exportações brasileiras de óleo de mamona para a CEE é um exemplo típico dos obstáculos impostos, tendo sido objeto de protesto brasileiro.

Em junho de 1969, o Ministro de Estado das Relações Exteriores reuniu-se, em Bruxelas, com os Embaixadores junto à CEE e aos Seis Governos Membros da CEE, com a finalidade de traçar diretrizes para o estudo em profundidade da política brasileira face ao Mercado Comum Europeu. Desta reunião resultou um documento de conclusões que alinha possíveis cursos de ação futura, além de medidas específicas no plano administrativo, destinadas a aumentar a eficiência da ação diplomática brasileira junto à CEE.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (*UNIDO*)

Em abril/maio de 1969, reuniram-se o Grupo de Trabalho sobre Programa e Coordenação, criado para tratar da questão

dos órgãos subsidiários da UNIDO, e a III Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial. Discutiram-se os principais problemas da organização, a saber:

a) descentralização de suas atividades: a forte oposição dos desenvolvidos tem impedido uma tomada de decisão da Junta a respeito. Na III Sessão, conseguiu-se que constasse da agenda provisória da IV Sessão da Junta um item específico sobre «descentralização». O Brasil apoiou tal projeto e pretende que a sede latino-americana da Organização seja em São Paulo;

b) recursos financeiros: o Brasil, bem como os países subdesenvolvidos em geral, pretende que as atividades da organização sejam financiadas por contribuições voluntárias, enquanto os países desenvolvidos desejam que os recursos provenham do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Conferência sobre contribuições, realizada em 1969, ainda não logrou êxito em virtude da oposição de determinados países industrializados;

c) questão dos órgãos subsidiários: sobre este tema, o Brasil apresentou um projeto para a criação de comitês permanentes, a ser examinado na próxima IV Sessão da Junta.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS (*ECOSOC*)

A atuação brasileira no ECOSOC, caracterizou-se pela tentativa de evitar o renascimento do ECOSOC como órgão econômico multilateral por excelência, na Organização das Nações Unidas, em detrimento da UNCTAD.

A atitude firme do Brasil fez com que se evitasse o reexame de problemas institucionais já devidamente equacionados; a reivindicação básica do Brasil continua a ser a de consagrar a competência da UNCTAD nos aspectos gerais da formulação de uma política comercial, financeira e tecnológica coerente e consentânea com as metas de crescimento econômico mínimo para os anos 70.

PATENTES E PROPRIEDADE INDUSTRIAL (*BIRPI*)

No campo da Propriedade Industrial, o Ministério das Relações Exteriores manteve reiterados contatos com o Ministério da Indústria e do Comércio e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no sentido de elaborar uma linha de ação política brasileira nos diversos convênios internacionais sobre patentes e «know-how».

PRODUTOS DE BASE

CAFÉ

Uma das principais atividades do Ministério das Relações Exteriores no campo econômico, em 1969, refere-se ao café. Com a renegociação do Convênio Internacional do Café, e sua entrada em vigor a 1.º de outubro de 1968, desenvolveu o Itamaraty, em conjunção com outros órgãos federais, tais como o Ministério da Indústria e do Comércio, o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro do Café e o Banco Central, um exaustivo trabalho no sentido de manter e aprimorar a eficiência do Convênio e trazer para o Brasil os benefícios do ordenamento do mercado mundial do produto.

A política de Convênio desenvolvida pelo Brasil vem-se concentrando em dar operatividade às novas disposições sobre controle de exportação e importação, diversificação e metas de produção e eliminação de obstáculos do comércio. O ano de 1969 representou sobre os anteriores um grande progresso, pois que foram regulamentadas as novas medidas de controle, aprovados os Estatutos do Fundo de Diversificação e apresentada, formalmente, queixa latino-americana contra os países membros da CEE pelo não cumprimento das disposições do Artigo 47 sobre eliminação de barreiras ao comércio.

A nova política de comercialização do Instituto Brasileiro do Café redundou em reconquista de mercado para nosso café, tendo o Brasil preenchido sua quota de exportação de 1968/69. Para o ano 1969/70 coube ao Brasil uma quota inicial de exportação de 17.103.119 sacas.

O Brasil foi eleito para a Junta Executiva, Comitê de Finanças e de Credenciais e participou ativamente em todas as reuniões e grupos de trabalho estabelecidos no curso do ano.
Em março, realizou-se a I Assembléia do Fundo de Diversificação, sendo o Brasil eleito para participar da Junta do Fundo.

CAFÉ SOLÚVEL

O problema criado com a expansão das exportações de café solúvel brasileiro para os Estados Unidos data de 1966. Sob a alegação de «concorrência desleal» para com a indústria americana, pelas isenções e benefícios concedidos à indústria nacional, foi criado um problema de âmbito bilateral que se estendeu também à área multilateral, com repercussões sobre a própria existência do Convênio Internacional do Café. Renegociado o Convênio, a questão foi colocada «sob judice» com a convocação de uma Junta Arbitral para decidir do pleito. O agente brasileiro, encarregado da defesa dos pontos de vista do Governo, foi o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, desenvolvendo, assim, o Itamaraty intenso trabalho desde meados de 1968. Não tendo havido laudo arbitral, foi o Brasil absolvido das acusações.

A inconclusividade do laudo devolveu o problema à esfera política bilateral e, após negociações no início de 1969, foram trocadas notas com a Embaixada americana, em 30 de abril, em que: a) criava-se um imposto de 13 centavos de dólares, como a primeira medida à exportação de solúvel brasileiro para os Estados Unidos; b) os dois Governos concordaram

em reunir-se por volta do dia 15 de janeiro de 1970 para buscar acordo sobre medidas adicionais e c) na falta de acordo até 1.° de março de 1970, os Estados Unidos se reservam o direito de impor medidas que considerem apropriadas.

Em 1.° de maio e, em decorrência da troca de notas, foi baixado Decreto-lei regulamentando internamente a matéria.

AÇÚCAR

O mercado internacional do açúcar acha-se, em parte, regulado pelo Acordo Internacional do Açúcar, em vigor desde 1.° de janeiro de 1969. Para administrar o Acordo, foi criada a Organização Internacional do Açúcar, que congrega os grandes países exportadores de açúcar, exceto os Estados Unidos da América e os países-membros da CEE.

A celebração do Acordo teve um impacto extremamente benéfico sobre o mercado internacional do produto com o saneamento gradual do mercado, que se encontrava saturado pela oferta. Os preços, inicialmente no nível de aviltamento máximo dos últimos 25 anos (1,40 centavos de dólar por libra peso, em setembro de 1968), reagiram, tendo atingido 3,70 centavos em maio de 1969, caindo para a faixa de 2,82 centavos em dezembro.

Como grande exportador de açúcar e interessado direto na melhoria das condições do mercado externo, o Brasil tem prestigiado o Acordo Internacional do Açúcar e dado sua contribuição para o fortalecimento do mesmo, participando das reuniões do Conselho e sendo eleito membro dos Comitês Executivo, de Obrigações, de Suprimento e de Credenciais.

Com intuito de estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a demanda, o Conselho Internacional do Açúcar fixou em 90% das quotas básicas as autorizações de exportação para 1969, cabendo, por conseguinte, ao Brasil, a quantidade de 450.000 toneladas métricas.

As exportações brasileiras em 1969, atingiram o total de 1.061.202 toneladas métricas para o mercado preferencial norte-americano e 449.771 toneladas métricas para o «mercado livre», integralizando, por conseguinte, a autorização de 90% emitida pelo Conselho.

MINÉRIO DE FERRO

No setor do minério de ferro, houve a II Reunião de Consultas Informais sobre Minério de Ferro, que contou com a participação dos principais países em desenvolvimento exportadores do produto, e que teve lugar em Genebra, de 24 a 28 de fevereiro de 1969.

Através dessa reunião, continuaram os esforços iniciados em Nova Delhi, durante a II UNCTAD, e prosseguidos em Caracas em 1968, durante a I Reunião de Consultas Informais, no sentido de identificar os problemas do comércio internacional do minério de ferro que deverão ser objeto de estudos e eventual ação conjunta por parte dos países produtores. Mereceram, então, especial atenção os problemas relativos à tendência dos preços, ao regime jurídico das explorações minerais, ao transporte, e à comercialização do minério de ferro e dos «pellets». Nessa II Reunião, institucionalizou-se definitivamente o mecanismo de consulta entre os produtores, sendo que a III Reunião deverá ocorrer em Genebra, em janeiro de 1970.

Outro fato importante no setor do minério de ferro foi a convocação pelo Secretário-Geral da UNCTAD de uma Reunião *ad hoc* sobre o produto, que ocorrerá também em janeiro de 1970, em Genebra. Com essa reunião, os problemas internacionais do minério passarão a ser discutidos também pelos consumidores, o que abre novas perspectivas para sua solução.

CACAU

No ano de 1969, continuaram os esforços no sentido de ser superado o impasse a que haviam chegado as negociações de

um Acordo Internacional do Cacau, após o fracasso, em 1967, da III Conferência Negociadora, em virtude tanto da falta de vontade política dos consumidores, como de dificuldades no encaminhamento de vários problemas técnicos.

Assim, alguns destes problemas foram objeto de exame na XII Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau realizada em abril de 1969, na cidade da Acra, o que permitiu que o Secretário-Geral da UNCTAD pudesse convocar duas reuniões técnicas em 1969, e que representam o início de um novo ciclo nas negociações.

A primeira reunião (Genebra, junho de 1969) não produziu resultados concretos, mas foi o fôro escolhido pelo Brasil para apresentar a necessidade de uma reavaliação do quadro das negociações, por ter o panorama internacional e a situação do mercado se alterado completamente desde junho de 1968, quando das conclusões do último Comitê Consultivo da UNCTAD.

Em dezembro de 1969, também em Genebra, realizou-se a segunda reunião técnica, com resultados mais animadores, começando a ampliar-se a faixa de entendimentos entre consumidores e produtores o que, possivelmente, permitirá em 1970, pensar-se em chegar a um Acordo Internacional para o Cacau.

CEREAIS

Coube ao Ministério das Relações Exteriores conduzir as negociações referentes à celebração de mais um Acordo sobre Produtos Agrícolas (PL-480) com os Estados Unidos da América. Nos termos do referido documento, assinado no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1969, pôde o Brasil adquirir naquele país 400.000 toneladas métricas de trigo no valor aproximado de US$ 24.700.000.00 com pagamento financiado em 20 anos.

Da mesma forma, foram negociados, em 1969, quatro contratos trimestrais de compra e venda de trigo argentino, nos termos do Acordo assinado com aquele país em 17 de dezembro

de 1968, através dos quais foi acordada a aquisição de 1.000.000 de toneladas de cereal daquela procedência. O MRE participou ativamente dos entendimentos que se realizaram alternativamente no Rio de Janeiro e em Buenos Aires para a conclusão dos mencionados contratos.

FIBRAS

No tocante ao algodão, as atividades do Ministério das Relações Exteriores referiram-se, sobretudo, à coordenação da participação brasileira nos trabalhos do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), entidade que, reunindo mais de 40 países, congrega os principais produtores e consumidores mundiais daquela fibra.

Nesse sentido, o Itamaraty elaborou as diretrizes gerais que nortearam a participação brasileira na XXVIII Assembléia Plenária daquele organismo, realizada em Kampala, Uganda, de 1.° a 11 de junho, ocasião em que foram exaustivamente examinadas as condições prevalecentes no mercado algodoeiro mundial e a influência exercida pelas diversas políticas nacionais.

Coube ainda ao Itamaraty representar os interesses do Governo brasileiro na I Reunião Algodoeira das Américas, realizada em Manágua de 21 a 26 de abril, ocasião em que os principais produtores de algodão do continente reafirmaram, através do documento denominado «Declaração de Manágua», sua intenção de multiplicar contatos internacionais, com vistas à solução dos problemas que afetam a economia algodoeira mundial. No momento presente, o Itamaraty coordena as providências necessárias à adesão do Brasil ao Instituto Internacional do Algodão, órgão dedicado à pesquisa e à promoção mundial do consumo daquela fibra, de acordo com decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional em 2 de dezembro de 1969.

No que diz respeito às fibras duras, tem sido intensa a atividade desenvolvida, no âmbito internacional, com vistas à estabilização do mercado mundial de sisal e henequén. Coube à Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Econômicos coordenar a participação brasileira nas sucessivas reuniões da FAO, para tratar da matéria, das quais resultou a fixação de uma quota de exportação para o Brasil da ordem de 130.000 toneladas, inteiramente preenchida em 1969.

UNCTAD

Em 1969, o principal acontecimento relativo a produtos de base ocorrido no âmbito da UNCTAD foi a IV Sessão do Comitê de Produtos de Base, que teve lugar em Genebra, de 19 a 31 de maio.

O objetivo da reunião foi o de se chegar a uma conclusão quanto aos projetos de resolução a respeito do comércio internacional de produtos de base, sobre os quais não se chegara a um acordo em Nova Delhi, durante a II UNCTAD. Dos nove projetos de resolução discutidos, chegou-se a um acordo quanto a quatro deles, que versavam sobre: «Sintéticos e Substitutos», «Menor Desenvolvimento Relativo», «Elementos de uma Política de Produtos de Base», e «Rede Internacional de Comercialização de Produtos de Base», este último de especial interesse para o Brasil. Os cinco projetos restantes serão discutidos durante a V Sessão do Comitê de Produtos de Base, que se realizará em junho de 1970.

Além da discussão desses pontos de grande importância para os trabalhos da UNCTAD no campo dos produtos base, examinou-se também a situação de diversos produtos específicos, merecendo atenção especial do Brasil os debates relativos a minérios de ferro, que resultaram na convocação pelo Secretário-Geral da UNCTAD de uma Reunião *ad hoc* para estudo dos problemas internacionais que atingem este importante item da exportação brasileira.

No âmbito da FAO, além das reuniões sobre assuntos específicos, tais como cacau, carne, chá, banana e ajuda alimentar, revestiu-se de especial interesse a 44.ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, que se realizou em Roma, de 29 de setembro a 10 de outubro. Nesta reunião, versaram os debates sobre problemas relativos aos produtos de base específicos, sobre a criação de novos grupos de estudo para alguns deles (chá e carne) e sobre o Plano Indicativo Mundial do Desenvolvimento Agrícola (PIMDA). Quanto a este último ponto, ficou decidida a adoção de variáveis mais realistas para avaliar o desenvolvimento econômico, posição tradicionalmente defendida pelo Brasil para corrigir distorções que existiam no Plano.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES AÉREOS

Durante 1969, o Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com a CERNAI, se concentrou na consolidação do intercâmbio bilateral com os países para os quais operam aeronaves brasileiras. Dentro desse espírito, realizaram-se reuniões de consulta com a Argentina, a Colômbia, a França, os Países Baixos, os Países Escandinavos e Portugal.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

O Ministério das Relações Exteriores, em íntima colaboração com a SUNAMAM, desenvolveu, durante o ano de 1969, intensa atividade diplomática visando à implementação, no plano internacional, da política brasileira de transportes marítimos.

No plano multilateral, cabe destacar a participação do Brasil na III Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD, onde o principal esforço foi concentrado na luta pela aprovação da tese da reserva de carga, que representa o reconhecimento internacional da política marítima brasileira. No âmbito da IMCO, além da VI Assembléia, na qual o Brasil foi reeleito para o Conselho, realizaram-se duas confe-

rências de grande relevância: A Conferência sobre Medida de Tonelagem e a Conferência sobre Poluição do Mar por Oleo.

No plano governamental bilateral, o Itamaraty vem dando cobertura à dinâmica política marítima brasileira, principalmente através do estabelecimento de mecanismos de consulta com países de importância marítima. Em 1969 foram institucionalizados mecanismos desse tipo com o Japão, Itália e República Federal da Alemanha.

TELECOMUNICAÇÕES

No campo bilateral, deu-se continuidade à implementação da política de interconexão dos sistemas de telecomunicações com os países limítrofes, pela assinatura da «Carta de Montevidéu» em 21 de janeiro de 1969.

No campo multilateral, destaca-se a Conferência de Plenipotenciários do INTELSAT (Consórcio Internacional de Telecomunicações Via-Satélite), que teve por objetivo a elaboração dos Acordos Definitivos. Cabe ainda assinalar a IV Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL), na qual foram apresentadas realizações e projetos para as redes e interconexões de canais para a integração do plano da Rede Interamericana de Telecomunicações (RIT).

TRANSPORTES TERRESTRES

Também nesse campo, acompanhando o crescimento das «relações internacionais» dos setores competentes do Governo (DNER, DNEF e Rede Ferroviária Federal), as atividades do Ministério das Relações Exteriores foram ponderavelmente expandidas. A esse respeito, cabe destacar a criação de um Grupo de Trabalho, reunindo os referidos órgãos e ainda a Secretaria de Receita Federal, para estudar a posição brasileira face ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1966 (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile).

TURISMO E PROMOÇÃO COMERCIAL

PROMOÇÃO COMERCIAL

Durante o ano de 1969, as atividades do setor competente do Itamaraty concentraram-se, basicamente, nos seguintes pontos:

1) estabelecimento de contatos diretos com as confederações, federações e procuradorias estaduais, para a transmissão imediata de oportunidades comerciais no exterior;

2) estímulo à formação de consórcios de exportação, através de apoio total às suas primeiras manifestações. O Itamaraty promoveu a visita de importadores de diversos países à FENAC, do que resultaram excelentes negócios para o Consórcio de Exportadores de Calçados de Novo Hamburgo (somente um dos visitantes fechou contrato para a compra, em um ano, de 2 milhões de dólares). Outro consórcio gaúcho de exportação, baseado em Caxias do Sul, recebeu os benefícios da participação na Feira Internacional do Pacífico, onde realizou excelentes negócios;

3) coordenação de programas de convites a empresários estrangeiros para visitar o parque industrial brasileiro.

Em dezembro vieram ao Brasil, procedentes dos Estados Unidos, Austrália, França, Inglaterra, México, Arábia Saudita e Argentina, cerca de vinte importadores, que mantiveram contato com as entidades empresariais de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul;

4) apoio à criação de um «Trading Center», em Londres, coordenando com a FIESP a remessa do material doado pelas indústrias paulistas. O «Trading Center» já promoveu vendas de manufaturados no valor de 6 milhões de dólares;

5) reuniões da Comissão Coordenadora de Promoção Comercial no Exterior, durante as quais foram discutidas as várias modalidades de divulgação de nossos produtos, sobretudo a realização, periodicamente, de quinzenas de artigos brasileiros em lojas no exterior, já efetivada em Odense, na Dinamarca, e programada para Nova York e Tel-Aviv;

6) reatualização do guia de investimento no Brasil, em inglês, e sua nova edição, com tiragem de 10.000 exemplares, a maior parte dos quais já distribuídos;

7) estabelecimento de um programa de missões comerciais de empresários e autoridades brasileiras a regiões de grande potencial importador, e ainda não incluídas nos fluxos de comércio exterior brasileiro por total desconhecimento dos exportadores nacionais. Uma das missões, aos Estados do Golfo Pérsico, foi minuciosamente planejada, podendo servir de modelo a futuras promoções no gênero.

Ademais, foram remetidas às Missões Diplomáticas as seguintes comunicações periódicas: relação dos frigoríficos habilitados à exportação; normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para a produção e exportação de carnes; orientação de preços de carne bovina e lista de preços de carne bovina congelada e resfriada.

No setor de programas da Promoção Comercial, é o seguinte o balanço das atividades exercidas em 1969:

1) foi instalada uma biblioteca de Comércio Exterior, relativa ao período 1958/68, referente a todos os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais. E', no gênero, a documentação mais completa existente em todo o Brasil;

2) foi elaborado um amplo trabalho sobre as importações mundiais no período 1958/68, comparadas ao comportamento das exportações brasileiras no mesmo período, objetivando verificar os principais entraves responsáveis pelo mau comportamento das exportações brasileiras para determinadas áreas e países;

3) foi criado, em colaboração com a CACEX, um Cadastro de Exportadores Brasileiros e de Importadores Estrangeiros interessados em produtos brasileiros, trabalho que prossegue em ritmo satisfatório, já tendo sido remetidas 326 fichas cadastrais de exportadores brasileiros a todas as Repartições no exterior;

4) procedeu-se, ainda, em colaboração com a CACEX, ao estudo dos aspectos contenciosos das exportações brasileiras, com vistas à adoção de medidas capazes de reduzir ao mínimo as reclamações de importadores estrangeiros e as indenizações conseqüentes.

O setor competente do Itamaraty estabeleceu nova sistemática para a participação brasileira em feiras e exposições internacionais, aumentando as obrigações do expositor, a fim de que os resultados sejam mais efetivos e possa o empresariado brasileiro comparecer a maior número de certames.

O Itamaraty coordenou e executou a participação do Brasil na «Exposição Parceiros para o Progresso» (em Berlim Ocidental), cujo custo foi de 20 mil dólares. O pavilhão brasileiro contou com uma área de 400 m^2, e as 18 firmas participantes realizaram negócios para vendas imediatas e a médio prazo no valor de US$ 1.200.000.00.

Participou também o Brasil da Feira Internacional de Alimentos, em Colônia — a ANUGA — à qual compareceram 15 firmas expositoras, que abriram novos mercados para seus produtos. A expectativa de vendas em decorrência direta da feira é de US$ 1.000.000.00. Custo: US$ 20.000.00. Finalmente, o Itamaraty coordenou a participação de 48 empresas brasileiras na VI Feira Internacional do Pacífico, em Lima. Todas as empresas enviaram representantes ao Peru e obtiveram magníficos resultados comerciais. Onibus, máquinas para trabalhar madeira e metal, máquinas agrícolas, frigoríficos, máquinas para panificação, e outros produtos foram vendidos durante o certame, atingindo o valor de US$ 400.000.00, sendo esperados ainda, a prazo médio, negócios no montante de US$ 2.000.000.00. O custo de nossa participação foi de US$ 60.000.00.

Com grande antecedência, foi submetido às classes empresariais um calendário de 20 certames, para que estas indicassem as 12 feiras de maior interesse para a participação de firmas brasileiras.

Foram feitas gestões junto às autoridades aeronáuticas e aduaneiras para a obtenção de melhores condições para a entrada e saída dos viajantes estrangeiros nos aeroportos internacionais do Brasil, principalmente no do Galeão. Tais gestões foram coroadas de êxito, e o problema está sendo resolvido dentro das possibilidades ora existentes.

O Ministério preocupou-se, ainda, com a comercialização do filme brasileiro. Nesse sentido, em coordenação com o Instituto Nacional de Cinema, promoveu, no Museu de Arte Moderna de Nova York, uma «Semana do Cinema Brasileiro». Além disso, o setor competente do Itamaraty, em colaboração com o Departamento Cultural, levou a cabo um programa de feitura de quase dez filmes, em 16 milímetros, coloridos, sonorizados em 9 idiomas, sendo distribuídas mais de 400 cópias. Seus autores não foram remunerados, o que permitiu que o preço unitário fosse de US$ 3.500.00, quando, normalmente, documentários da mesma metragem são contratados à razão de US$ 20.000.00 por unidade.

A fim de fazer a divulgação turística do Brasil, foram comprados e distribuídos milhares de exemplares do «Guia Quatro Rodas do Brasil»; coleções de mapas «Quatro Rodas», especialmente para os turistas platinos; «Jornal de Turismo»; «Manchete», edição especial em inglês e português. O Consulado-Geral em Nova York foi autorizado a reeditar e distribuir o folheto «Brazil in a Nutshell».

ASSUNTOS CULTURAIS

DIFUSÃO CULTURAL

No setor de difusão cultural do Brasil, o Itamaraty procurou, dentro das limitações que o regime de severa contenção de despesas impôs, atuar nas áreas de maior interesse político, tais como a América Latina, Estados Unidos e Africa. Executou-se uma política cultural agressiva de modo que, com menos recursos do que o desejável, se pudesse delinear a imagem cultural do Brasil. Deu-se prioridade à divulgação da criação artística dos jovens e suas pesquisas estéticas, não somente em termos da nacionalidade brasileira e suas raízes, mas também de uma linguagem universal, que hoje já não se confunde com o mero regionalismo pitoresco.

Organizaram-se apresentações de música erudita e popular, incentivando assim o conhecimento, por outros povos, de uma evolução musical no Brasil, desde as antigas manifestações barrocas mineiras até as realizações mais avançadas no campo da música eletrônica e da música popular. Representantes brasileiros participaram com brilhantismo em competições internacionais.

No domínio das artes plásticas, as atividades do Itamaraty se orientaram para dois pólos, interno e externo. No primeiro, atuou em apoio à Fundação Bienal de São Paulo, para a organização da X Bienal de São Paulo.

Em decorrência do acordo firmado com o Instituto Nacional de Cinema, o Itamaraty tem programado mostras de cinema brasileiro em diversos países, fomentando, inclusive, a participação do Brasil em Festivais Internacionais, utilizando o filme não apenas como veículo de divulgação cultural, mas também auxiliando a sua comercialização. Foi incentivada a tradução de autores brasileiros no exterior, tendo havido grande interesse por parte de grupos teatrais estrangeiros na apresentação de obras de teatrólogos brasileiros.

ARTES PLÁSTICAS

I — Exposições Individuais de Artistas Brasileiros no Exterior

a) — Wanda Pimentel — pintura (Paris)
b) — Manabu Mabe — pintura (Lisboa)
c) — Erika Steimberger — objetos (Ottawa)
d) — Wakabayashi — pintura (Washington)
e) — Rosina Becker do Valle — pintura (Lisboa)
f) — Grupo Seibi — pintura e desenho (Copenhague)
g) — Afranio e Pindaro Castello Branco — pintura (Copenhague)
h) — Antonio Maia — pintura (Washington)
i) — Nina Barcinski — pintura (Paris)
j) — Gilda Azevedo — pintura (Paris)
k) — Atelier Livre de Artes Plásticas — pintura (Paris)
l) — Antonio Dias — pintura (Nova York)
m) — Emílio Castelar — pintura (Washington)

n) — Hélio Oiticica — objetos (Londres)
o) — Sônia Ebling — esculturas (Nova York)
p) — Sebastião Januário — pintura (Quito)
q) — Farnese de Andrade e Januário — pintura e desenho (Tegucigalpa)
r) — Isa Aderne Vieira — gravura (Montevidéu)
s) — Fayga Ostrower — gravura (Munique)
t) — Wilson Reis Netto — arquitetura (Paris)
u) — Waldemar Cordeiro — objetos (Roma)

II — Exposições Coletivas de Artistas Brasileiros no Exterior

a) — Gravura Brasileira — Haia
b) — Gravura Brasileira — Nova York
c) — Lirismo Brasileiro — pintura primitiva (Lisboa, Madrid e Paris)
d) — Três Aspectos da Pintura Contemporânea Brasileira — (América Latina)
e) — Três Aspectos do Desenho Contemporâneo Brasileiro — (América Latina)
f) — Três Aspectos da Gravura Contemporânea Brasileira — (América Latina)
g) — Gravura Brasileira (Camberra)
h) — Arquitetura no País do Sol (Europa e Africa)

III — Bienais

a) — Bienal de São Paulo
b) — I Bienal de Gravura em Florença
d) — VI Bienal de Paris
c) — Salão Internacional de Humorismo (Bruxelas)
e) — Salão Internacional de Pintura Infantil (Nova Delhi)
f) — Salão Internacional de Arte Infantil (Tóquio)

Foram confeccionadas aproximadamente 500 cópias da Série «Brasil, Retrato de um País», que é composta de 9 filmes narrados em 9 idiomas e que foram distribuídos às Missões e aos Consulados.

Foram adquiridos 4 filmes de tema cultural, que estão sendo enviados para Cursos e Leitorados.

O Itamaraty obteve facilidades alfandegárias para a entrada de 93 equipes cinematográficas estrangeiras.

Realizaram-se Semanas e Mostras de Filmes Brasileiros nas principais capitais da América Latina e da América Central. Prepararam-se legendas para 14 filmes em inglês e 7 em francês, com vistas à realização, em 1970, de Semanas idênticas em diversos países.

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

Com o corte em 20% das verbas destinadas ao setor, o plano de ação para 1969 teve de ser drasticamente modificado, a fim de permitir, ao menos, a manutenção dos compromissos assumidos em anos anteriores.

Durante o ano de 1969, foram os seguintes os totais dispendidos pelo Setor competente do Itamaraty, conforme suas áreas de atividades:

1) estudantes estrangeiros no Brasil — NCr$ 550.000,00
2) bolsistas brasileiros no exterior — NCr$ 1.400.000,00
3) intercâmbio científico e cultural — NCr$ 2.296.000,00

CONCESSÃO DE AUXÍLIO A BOLSISTAS BRASILEIROS

Durante o ano de 1969, foram atendidos cerca de 917 pedidos de auxílio para complementação de bolsas de estudo no exterior, sendo dada ênfase especial às bolsas de caráter técnico e científico. Foram também contemplados bolsistas de economia, sociologia, letras e artes.

ESTUDANTES-CONVÊNIO

Os estudantes-convênio já atingem a casa de 2.900. São estudantes que, nos termos dos convênios culturais assinados entre o Brasil e vários países americanos, obtêm matrícula e isenção de taxas para realizarem cursos de graduação em Faculdades brasileiras. Cabe ao Itamaraty a coordenação e distribuição das vagas existentes, de modo a adequar as disponibilidades às necessidades dos diversos países latino-americanos.

Cumpre aqui ressaltar o papel desempenhado pelo Correio Aéreo Nacional que tem transportado os estudantes para o Brasil e, após a conclusão dos cursos, oferece-lhes, novamente, a viagem de retorno.

Em 1969, 370 estudantes vieram para o Brasil dentro do plano acima exposto, o qual, cumpre observar, não implica em despesas por parte do Governo brasileiro.

CENTROS DE ESTUDOS BRASILEIROS

Em 1969, os 11 Centros de Estudos Brasileiros na América Latina e nos Estados Unidos da América, com perto de 1.000 alunos, tiveram um aumento substancial de matrículas e, apesar das restrições orçamentárias, expandiram consideravelmente seus programas, realizando concertos, exposições, conferências etc. Foi decidida a criação de Centros em Bogotá e em Georgetown.

LEITORADOS

Durante o ano de 1969, foram criados os seguintes leitorados: Bristol, na Inglaterra; Rennes, na França; Erlangen — Nürenberg, na Alemanha.

Dentro dessa área de ação, há que ressaltar a realização da I Reunião de Leitores Brasileiros na França, que reuniu, pela primeira vez, 15 professores brasileiros que ensinam em universidades francesas.

ACORDOS CULTURAIS

Em julho, realizou-se, no Rio de Janeiro a I Reunião da Comissão Mista prevista pelo acordo cultural assinado entre Portugal e o Brasil.

Os resultados da reunião foram positivos: editores dos dois países chegaram a um acordo operacional sobre edição de obras. Foram, também, discutidos problemas referentes à colaboração entre leitores brasileiros e portugueses e ao ensino da literatura brasileira em Portugal.

Há ainda que assinalar, dentro desse campo, as conversações levadas a efeito com uma missão de senadores franceses sobre programas de cooperação científica e técnica entre a França e o Brasil.

Uma revisão geral dos acordos em vigência está sendo efetuada, com fins de atualização e ativação dos mesmos.

VISITAS DE AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

Em 1969, o Itamaraty patrocinou e financiou a visita das seguintes autoridades estrangeiras ao Brasil:

a) Professor Julio Cesar Chavez, presidente da Academia Paraguaia de História;
b) Professor R. A. Humphreys, diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres;
c) Senhora Rose Vincent, escritora francesa, especialista em educação infantil e esposa do encarregado de assuntos da América Latina no Quay d'Orsay;
d) Robert Chester Smith, crítico de arte e professor da Universidade de Filadelfia.

AUXÍLIO PARA VINDA DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS

O Itamaraty contribuiu, ainda, para a vinda, entre outros, dos seguintes especialistas estrangeiros:

a) Professor Ernesto Guerra da Cal, eminente lingüista espanhol;

b) Professor Claude Lopata, especialista em reatores nucleares da Central Atômica de Saclay, na França.

AUXÍLIO A BRASILEIROS QUE REALIZARAM CURSOS OU CONFERÊNCIAS NO EXTERIOR

Durante o ano de 1969, o MRE auxiliou, financeiramente, vários brasileiros que foram realizar cursos ou conferências no exterior. Entre outros, há que destacar o médico Edson Teixeira, o Professor Harold Edgard Strang e o Professor Jacques Danon.

BIENAL DE CIÊNCIAS

O MRE contribuiu de maneira decisiva para a realização do I Simpósio sobre Transplantes de Orgãos, organizado no âmbito da Bienal de Ciências de São Paulo.

RETORNO DE CIENTISTAS E TÉCNICOS

Em atendimento ao disposto no Decreto-Lei 416/69, o Setor competente do Itamaraty coordenou o retorno de 197 cientistas e técnicos que, a juízo do Conselho Nacional de Pesquisas, puderam gozar de isenções fiscais para suas bagagens.

ADIDO CIENTÍFICO EM WASHINGTON

Cabe ressaltar os serviços do Professor Athos Silveira Ramos, Adido Científico junto à Embaixada em Washington, que realizou trabalho excelente não só no que se refere ao retorno de cientistas, como também de levantamento de cientistas e técnicos brasileiros que se encontram nos Estados Unidos estudando ou trabalhando, e remessa de documentação especializada para as entidades brasileiras.

DIREITOS DE AUTOR

Durante o ano de 1969, realizou-se, em setembro, a I Reunião do grupo de estudos conjuntos sobre Direitos do Autor, sob os auspícios da UNESCO e dos BIRPI. Tal reunião objetivou elaborar estudos, que resultarão em alterações na Convenção Universal do Direito do Autor e da Convenção da União de Berna, a fim de atender às necessidades dos países em vias de desenvolvimento.

Na reunião conjunta do Comitê Intergovernamental da Convenção Universal do Direito do Autor e do Comitê Permanente da União de Berna, realizada em dezembro, em Paris, o Secretário Jorge Carlos Ribeito foi eleito presidente dos dois Comitês.

BOLSAS DE ESTUDO PARA PÓS-GRADUADOS ESTRANGEIROS

O programa de bolsas de estudo estipendiadas possibilitou a vinda de 111 bolsistas de pós-graduação, manteve as bolsas de 3 estudantes africanos de graduação e permitiu a concessão de auxílio financeiro a 7 estudantes-convênio.

Foram estabelecidos ou mantidos programas, visando à vinda de bolsistas estrangeiros, com as seguintes instituições: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Brasileiro de Bibliografia

e Documentação, Fundação Getúlio Vargas (Escola Interamericana de Administração Pública), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e Coordenação dos Programas Pós-Graduados de Engenharia da UFRJ.

Das entidades acima mencionadas, somente a Companhia Siderúrgica Nacional participa financeiramente do programa de bolsas de estudo, concedendo ao bolsista um estipêndio mensal equivalente ao salário-base de um engenheiro daquela empresa. O Itamaraty fornece a passagem de volta aos bolsistas estagiários da CSN.

Durante 1969, realizaram estágio ou curso de aperfeiçoamento em estabelecimentos brasileiros estudantes dos seguintes países: República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América, República Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, França, Gana, Costa Rica, Grã-Bretanha, Honduras, Israel, Itália, Japão, México, Nicarágua, Nigéria, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, El Salvador, Senegal, Uruguai e Venezuela.

As bolsas estipendiadas a estudantes-convênio, concedidas em caráter excepcional e em número de 7, foram oferecidas a nacionais dos seguintes países: Argentina, Peru e Nicarágua. Os bolsistas contaram com a assistência médica do Itamaraty. Vale ressaltar a dedicação do chefe do SAMS/MRE no atendimento aos bolsistas em questão. O Itamaraty concedeu, ainda, passagens internas, via terrestre, a todos os bolsistas que necessitaram deslocar-se a outras partes do país, em viagem de interesse cultural. Foi mantido o oferecimento de duas bolsas a estudantes panamenhos que realizaram curso no Ministério da Aeronáutica.

Além da Companhia Siderúrgica Nacional, IBBD, COPPE, Fundação Getúlio Vargas e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, com os quais o MRE mantém um programa especial visando ao recebimento e treinamento de bolsistas estrangeiros de pós-graduação, foram as seguintes instituições brasileiras de ensino e pesquisa que aceitaram os bolsistas do Ita-

maraty: Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, SUDENE, SUDAM, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, Hospital Vera Cruz (Campinas), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Campinas), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Nacional de Geografia, Instituto Benjamin Constant, Universidade do Estado da Guanabara, Hospital Souza Aguiar (GB), Museu Nacional, Patrimônio Histórico, Arquivo Nacional, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Academia Lorenzo Fernandez, Associação Brasileira de Odontologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Superior de Desenho Industrial, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital Silvestre (GB), Instituto Agronômico de Pelotas, Policlínica de Botafogo, Pro-Arte, além de cursos ministrados por professores particulares.

Uma reavaliação geral do programa está sendo realizada, com o fim de melhor aproveitar os contatos com os ex-bolsistas e dar maior divulgação continental ao esforço brasileiro nesse setor.

UNESCO

As relações com a UNESCO, em 1969, apresentaram resultados satisfatórios, apesar das deficiências estruturais apontadas no relatório elaborado pela Delegação Permanente.

Pela primeira vez, reuniu-se um grupo de técnicos, representando os Ministérios da Educação e Cultura e do Planejamento e Cordenação Geral, o Conselho Nacional de Pesquisas, a Comissão Nacional da UNESCO (IBECC) e o Itamaraty para preparar sugestões para o programa da Organização em 1971-1972. Não obstante o caráter necessariamente experimental da iniciativa, pode-se considerar como válido o conjunto de proposições apresentadas pelo Brasil.

Em 1969, reativou-se a participação brasileira em dois importantes órgãos ligados à UNESCO. A constituição do grupo de trabalho Marinha-Relações Exteriores ensejou uma atuação destacada da Delegação brasileira à VI Sessão da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), possibilitando o êxito das teses do Brasil, apoiadas pelos demais países-membros da América Latina, especialmente no que diz respeito ao papel da COI na promoção da pesquisa científica no oceano. Em conseqüência dessa atuação, foi eleito Vice-Presidente da Comissão o CMG Orlando Affonso, Chefe da Delegação.

No âmbito do Decênio Hidrológico Internacional, verificou-se a reorganização da Comissão brasileira, paralisada desde 1967. Pôde a Comissão elaborar substancial relatório sobre as atividades da hidrologia brasileira durante a primeira metade do Decênio, subsidiando, destarte, a Delegação que representou o País na Conferência Intergovernamental, que marcou a passagem dos cinco anos iniciais do DHI.

A assistência prestada pela UNESCO, apesar de modesta em termos quantitativos, revelou-se de valia e impacto em 1969. O perito Jacques Torfs, funcionário da Organização, em curta missão no país, produziu o relatório editado pelo Centro Nacional de Recursos Humanos que motivou a promulgação do Decreto n.º 65.239/69, criando comissão interministerial e estrutura técnica para estudar o aproveitamento das novas tecnologias educacionais do Brasil (televisão educativa).

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico recebeu o Senhor Helmut Schmitt, que examinou o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), cujas operações constituem fator primacial do avanço científico brasileiro.

O Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) acolheu, em fins de 1969, o Senhor Van Brink, perito em telecomunicações, incumbido de estudar a normalização de equipamento para a televisão educativa brasileira.

Merece menção a vinda de dois peritos da UNESCO. O Senhor Erwin Feldeschuh (educação de adultos) interessou diversas entidades nacionais na questão da alfabetização funcional. O arquiteto português Viana de Lima (turismo cultural) investigou a valorização de Ouro Preto: seu relatório é, segundo o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de primeira qualidade, e será imediatamente aplicado pelas Autoridades federais e municipais, no que diz respeito a modificações no plano diretor daquela cidade.

Entre os projetos do Fundo Especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, executados pela UNESCO, cabe lembrar o Centro de Hidrologia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujos resultados têm propiciado a apresentação de pedidos de assistência técnica bilateral por parte do Centro. Como se sabe, o projeto do Centro foi motivado, inicialmente, pela repercussão, no Brasil, do Decênio Hidrológico Internacional.

Em relação aos órgãos regionais ligados à UNESCO, destacou-se, em 1969, a decisão do Brasil de propor a negociação de um acordo intergovernamental reestabelendo o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais como agência regional. Essa iniciativa encontra-se, no momento, prejudicada, por força da redução imprevista da subvenção do Itamaraty ao órgão.

Apesar das dificuldades observadas quanto à sua institucionalização, o Centro para a Aplicação da Ciência da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL) revelou-se, através dos programas determinados pelo Comitê provisório, um órgão de extrema importância para a política externa do Brasil e de absoluta necessidade para o avanço científico e tecnológico latino-americano. As manifestações em favor do CECTAL traduziram claramente essa realidade.

O Centro Latino-Americano de Física, organização internacional sediada no Brasil, prosseguiu, em 1969, as suas atividades, que o têm colocado em alto conceito no mundo científico.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Em 1969, um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral estudou o aperfeiçoamento do sistema de recebimento da cooperação técnica internacional pelo Brasil. Como resultado desse estudo, foi publicado, em 21 de outubro de 1969, o Decreto n.º 65.476, que extinguiu a CNAT, o CONTAP, e o Escritório do Ponto IV e instituiu um novo mecanismo interministerial para a programação e coordenação da cooperação recebida de todas as fontes internacionais. O Decreto estabelece, ainda, uma repartição de responsabilidade entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, cabendo a este a formulação da política interna em matéria de cooperação técnica e internacional e àquele o encaminhamento, negociação e a política externa.

NAÇÕES UNIDAS

A. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD)

Como membro do Conselho de Administração do PNUD, o Brasil participou ativamente no debate de questões relativas à política geral daquele importante órgão das Nações Unidas.

1. Fundo Especial

Nas 7.ª e 8.ª Sessões do Conselho de Administração, realizadas em 1969, o Brasil acompanhou a aprovação de três novos projetos de grande porte, negociados com o PNUD pelo Ministério das Relações Exteriores e as entidades interessadas. Esses projetos são:

— Desenvolvimento Agropecuário da Zona Oeste do Rio Grande do Sul — Universidade Federal de Santa Maria
Contribuição do PNUD — US$ 1.739.000,00
Contribuição do Governo — US$ 3.461.285,00

— Desenvolvimento da Cultura Tritícola — Ministério da Agricultura
Contribuição do PNUD — US$ 1.065.100,00
Contribuição do Governo — US$ 1.658.000,00

— Desenvolvimento da Indústria Pesqueira (Fase II) — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
Contribuição do PNUD — US$ 1.203.300,00
Contribuição do Governo — US$ 3.610.000,00

O Ministério das Relações Exteriores vem negociando com o PNUD o aumento do ritmo de aprovação anual de projetos financiados pelo Fundo Especial. Assim, dentro do sistema criado pelo Decreto n.º 65.476, o MRE apresentou ao PNUD uma lista de doze projetos prioritários elaborada pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para o biênio 1970/71. Os projetos dessa lista serão objeto de preparação acelerada tanto pelo Governo quanto pelo PNUD, para que haja sempre uma disponibilidade de projetos prontos para aprovação.

2. Assistência Técnica

Dentro desse setor, o MRE, na base de pedidos recebidos de vários órgãos dos Governos federal e estaduais, preparou

um programa para 1969, que previu a vinda de 60 peritos internacionais para missões de curto e médio prazo nos mais diversos campos. O custo do programa, para o PNUD, atingiu cerca de US$ 890.000,00.

3. Fundo de Capital para o Desenvolvimento

Terceiro componente do PNUD, o Fundo de Capital, instituído recentemente, passou a ser operacional em 1969, não obstante a exigüidade de recursos disponíveis, fornecidos somente pelos países em desenvolvimento, em três conferências de contribuições.

Uma das primeiras transações do Fundo de Capital será com o Brasil e está sendo negociada pelo MRE; diz respeito à compra de barcos pesqueiros no valor de US$ 600.000,00.

B. *Fundo das Nações Unidas para a Infância*

O Brasil foi eleito, novamente, membro da Junta Executiva do UNICEF para um período de três anos, a começar de 1969, quando participou ativamente da 45.ª Sessão da Junta, realizada em Santiago do Chile.

Naquela sessão, dois novos projetos brasileiros foram aprovados:

— Educação — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), SUDAM e SUDENE
  Contribuição total do UNICEF — US$ 1.067.000,00
  Contribuição do UNICEF para 1969 — US$ ... 291.000,00

— Extensão Rural — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)
  Contribuição total do UNICEF — US$ 854.000,00
  Contribuição do UNICEF para 1969 — US$ ... 206.000,00

Ademais, a Junta aprovou a aplicação de US$ 158.000,00 em projetos anteriormente aprovados e que já estão em execução.

C. *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial*

O MRE preparou, com base em solicitações de órgãos do Governo ligados à indústria, um programa para apresentar aos Serviços Industriais Especiais da UNIDO, compreendendo 19 peritos, dos quais 8 já chegaram ao país.

D. *Programa Mundial de Alimentos*

O MRE negociou com o PMA, em 1969, o projeto de Alimentação Escolar em Estabelecimentos de Ensino Médio no Estado da Bahia, apresentado pela Secretaria de Educação e Cultura daquele Estado. O projeto foi aprovado pelo Comitê Intergovernamental do Programa, devendo o PMA contribuir com US$ 2.078.000,00 num período de três anos.

Ademais, o MRE iniciou negociações para a aprovação dos seguintes projetos:

— Alimentação Escolar no Vale do São Francisco (Fase II) — Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE)

— Complementação Alimentar aos Parceleiros nos Distritos de Papucaia, Caxangá e Quatis — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)

E. *Campanha Mundial contra a Fome*

Com a Campanha, o MRE negociou a aprovação do Projeto de Fertilizantes, de interesse do Ministério da Agricultura, o qual prevê a assessoria de um perito da FAO em fertilizantes, bem como o fornecimento de equipamentos de demonstração.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (*OEA*)

Em 1969, o Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, preparou, dentro da nova sistemática adotada pela OEA e com base em solicitações de assistência técnica por parte de órgãos nacionais, o primeiro *Programa Nacional de Cooperação Técnica*, para o Ano Fiscal de 1969/1970, composto de: 8 (oito) projetos de alcance macroeconômico, 28 pedidos de catedráticos para ajudar no desenvolvimento de diferentes universidades brasileiras, 37 pedidos de bolsas, um pedido de assistência à I Reforma Universitária e, finalmente, o pedido de 22 peritos em variadas especialidades.

Esse Programa Nacional foi submetido à OEA em fins de julho, tendo aquela entidade, em outubro, submetido à aprovação do Governo brasileiro a proposta de execução de alguns dos seus projetos. Mediante a aceitação do Governo, o Programa Nacional começará a ser implementado em inícios de 1970, tendo sido aprovados os seguintes projetos de assistência técnica direta:

a) Desenvolvimento Integrado do Recôncavo, para o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER);

b) Implementação de Programas de Desenvolvimento de Comunidades no Estado de São Paulo;

c) Adestramento de Chefes e Assessores para seu Desenvolvimento Industrial em Resposta às Demandas da Administração Estadual, para a Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara (ESPEG);

d) Programação Financeira, para a SUBIN do Ministério do Planejamento;

e) Planejamento Hidroagrícola e de Irrigação, para o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA);

f) Recursos Humanos, para a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);

g) Controle de Erosão no Noroeste do Paraná, para o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

Foram aprovadas ainda 2 (duas) cátedras, uma para a Fundação Getúlio Vargas e outra para a Universidade Católica do Rio e, dentro do Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi aprovado, e já se encontra em execução, o projeto que diz respeito ao treinamento de pessoal docente e pesquisa em física e ciência dos materiais, para o Departamento de Física da Escola de Engenharia de São Carlos.

Ainda em 1969, foi iniciada a preparação do *Programa Nacional de Cooperação Técnica para o Ano Fiscal de* 1970/1971. Nesse sentido foi elaborado um *Manual de Assistência Técnica da OEA,* com informações pormenorizadas de como aproveitar cada um dos seus 8 (oito) programas, o qual foi amplamente divulgado entre as entidades nacionais possivelmente interessadas em apresentar projetos à OEA.

Finalmente, também em 1969, foram preparadas sugestões para uma Comissão Interamericana encarregada de fazer uma avaliação dos programas que concedem bolsas de estudo, sobretudo no que tange ao processo de tramitação das bolsas, o qual foi aceito na maior parte e já começa a ser adotado dentro da nova sistemática de «Programas Nacionais».

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Em 1969, o Ministério das Relações Exteriores negociou com a Embaixada da República Federal da Alemanha os seguintes ajustes complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado pelo Brasil e a Alemanha, em 30 de novembro de 1963:

1. Reforço técnico para a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), Minas Gerais;
2. Pesquisa Veterinária, Instituto de Pesquisa Veterinária «Desidério Finamor» — Rio Grande do Sul;
3. Reforço em material para a Estação Experimental Agrícola de Curitiba, do Ministério da Agricultura;
4. Apoio técnico e em material para a Associação Nordestina de Desenvolvimento Agrícola (ANDA) — Oeiras, Piauí.
5. Desenvolvimento de Produção Leiteira — Cooperativa Agro-Pecuária Petrópolis Ltda., Rio Grande do Sul;
6. Desenvolvimento da Silvicultura no Rio Grande do Sul;
7. Desenvolvimento Agrícola — Cooperativa Agrícola Pindorama, Alagoas;
8. Desenvolvimento Agrícola — Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda., Rio Grande do Sul;
9. Reforço para o Instituto Nacional de Pesos e Medidas — Ministério da Indústria e do Comércio;
10. Reforço do Ensino de Geociências — Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
11. Melhoramento da Técnica de Pesca — Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE);
12. Planejamento Hidráulico do Vale do Rio Caí, Rio Grande do Sul;
13. Desenvolvimento da Silvicultura — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF);
14. Promoção da Pesquisa Hidrológica — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

No curso de 1969, o MRE aprovou e encaminhou à consideração do Governo alemão 24 projetos novos de cooperação técnica.

GRÃ-BRETANHA

Em 1969, o MRE concluiu com a Embaixada da Grã-Bretanha entendimentos para a execução dos seguintes projetos:

1. Estudo de viabilidade técnico-econômica para a ampliação do Porto do Rio de Janeiro e do Porto de Recife — Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis;
2. Estudo de viabilidade técnico-econômica para a mecanização de minas de carvão em Santa Catarina — Comissão do Plano de Carvão Nacional;
3. Treinamento de pessoal de nível médio no manejo de navios automatizados — Departamento de Portos e Costas do Ministério da Marinha;
4. Professores para a Coordenação de Pós-graduação em Engenharia (COPPE) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
5. Fluxo geral de carga rodoviária — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Ainda em 1969, chegaram a uma fase final os entendimentos sobre a execução de 13 novos projetos.

PAÍSES BAIXOS

Em 25 de setembro de 1969, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica com os Países Baixos, ampliando assim a rede de acordos do tipo com os países detentores de tecnologia avançada.

Apenas um projeto foi negociado e iniciado em 1969. Trata-se de uma pesquisa florestal no Norte, promovida pelo IBDF.

Estão sendo realizados entendimentos entre o MRE e a Embaixada dos Países Baixos sobre 5 projetos assistenciais.

JAPÃO

Em 8 de abril de 1969, foram trocadas notas com a Embaixada do Japão sobre a extensão e ampliação do acordo que instituiu o Centro de Treinamento Técnico para Indústrias Têxteis, em Recife — SUDENE.

No esforço de aumentar a cooperação técnica japonesa com o Brasil, o MRE apresentou à seção japonesa da Comissão Mista Brasil-Japão que se reuniu no Rio em maio de 1969, 11 pedidos apresentados por vários órgãos governamentais brasileiros.

FRANÇA

Em 1969, o MRE apresentou à Embaixada da França 6 pedidos de cooperação técnica, alguns dos quais já receberam resposta favorável.

ITÁLIA

Procurando sistematizar a cooperação técnica italiana recebida pelo Brasil, o MRE iniciou contatos com o Governo italiano para a conclusão de um Acordo Básico.

Durante a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, realizada em Roma, em junho de 1969, o Brasil apresentou 7 pedidos de cooperação técnica, interessando várias entidades nacionais. Iniciou-se a preparação de dois projetos, quais sejam o Centro de Treinamento de Telecomunicações, da SUDENE, e o Desenvolvimento do Noroeste do Paraná, do Ministério da Agricultura.

BOLSAS DE ESTUDO

No que tange a esse setor, o Itamaraty, em 1969, não só divulgou possibilidades de treinamento no exterior, como

também processou pedidos de bolsas e conseguiu, junto às fontes externas, o preparo e a realização de cursos específicos, solicitados por órgãos do Governo interessados no treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Mostra-se abaixo um quadro demonstrativo dos bolsistas encaminhados pelo Itamaraty a cursos, seminários ou estágios de formação no exterior:

Dentro do setor multilateral:

1. NAÇÕES UNIDAS

		bolsistas
a)	ONU (Geral)	13
b)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Projetos Regionais e Inter-regionais	21
c)	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)	5
d)	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	15
e)	Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	15
f)	União Internacional de Telecomunicações (UIT)	2
g)	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO)	14
h)	Organização Intergovernamental Marítima Consultiva (IMCO)	1
i)	Centro de Comércio Internacional (GATT)	1
j)	Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)	1

2. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

		bolsistas
a)	Programa de Bolsas (PB)	28
b)	Programa de Bolsas Especiais (PBE)	1
c)	Programa Especial de Capacitação (PEC)	14
d)	Programa de Cooperação Técnica (PCT)	8

Dentro do setor bilateral:

a)	Alemanha	40
b)	Dinamarca	12
c)	Grã-Bretanha	9
d)	Holanda	8
e)	Itália	2
f)	Japão	11
g)	Suíça	2

COOPERAÇÃO TÉCNICA FORNECIDA PELO BRASIL

O Brasil prestou cooperação técnica a vários países do continente. Assim, em 1969, o MRE, em colaboração com outros órgãos governamentais, atendeu pedidos dos seguintes países:

a) Equador

1. Estágio de 25 dias no IBDF para 5 engenheiros florestais;
2. Estágio de aperfeiçoamento profissional de 6 meses na Rede Ferroviária Federal para 3 técnicos da Empresa Ferrocarriles del Estado.

b) Guiana

Com a colaboração do SENAI e da Diretoria de Ensino Industrial do MEC, o MRE preparou um programa de cooperação técnica para a formação de mão-de-obra qualificada. Duas das quatro fases operacionais do programa, concebido para um período trienal, foram executadas em 1969.

c) Paraguai

1. Treinamento em indústria têxtil, para 1 estagiário, no SENAI;
2. Treinamento para 2 técnicos industriais em empresa de São Paulo.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

No decorrer do ano de 1969, muito especialmente no seu segundo semestre, o Departamento de Administração dedicou atenção prioritária ao planejamento e execução da transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, a fim de que o mesmo pudesse estar instalado e em pleno funcionamento em abril de 1970. Nesse sentido, não se pouparam esforços para finalizar a construção do prédio administrativo e para garantir a entrega de mais de 700 apartamentos, destinados a alojar os funcionários transferidos para a Capital da República.

O orçamento do Ministério sofreu uma completa reformulação, de modo a simplificar sua programação e o manejo dos recursos orçamentários. Os 5 programas anteriores foram fundidos num só, «Execução da Política Exterior», o mesmo acontecendo quanto às atividades e projetos, com o objetivo de tornar aquelas mais abrangentes e os últimos mais compactos. O resultado foi a simplificação da gestão dos recursos distribuídos às Missões diplomáticas e Repartições consulares, descentralizando-se a administração das dotações respectivas.

Por outro lado, concluiu-se a elaboração de um novo sistema de pagamento do pessoal lotado no exterior, com vistas a centralizar a gestão financeira no Ministério e racionalizar os serviços de contabilidade. A execução dessas medidas habilitará o Itamaraty a implantar, pela primeira vez, um sistema de acompanhamento da execução orçamentária e de elaboração da proposta, com base em programas mais consistentes.

Prosseguindo na modernização de rotinas e métodos de trabalho, vários estudos foram realizados, sendo de se salientar a implantação das novas normas de correspondência interna, mediante a fusão dos 5 tipos tradicionais em apenas 2 (ofício e despacho), com redação e expedição bastante simplificadas. Completaram-se também os estudos relativos ao fluxo da correspondência, sendo que as medidas propostas, uma vez adotadas, virão agilizar sobremaneira a tramitação de documentos entre as unidades da Secretaria de Estado. No campo da mecanização, concluiu-se uma experiência-piloto de perfuração de cartões, destinada a aperfeiçoar o sistema de arquivamento e recuperação de documentação.

Uma grande contribuição no sentido de um funcionamento mais harmônico e coordenado dos serviços do Ministério foi a preparação, mediante ampla consulta à Casa, do Regimento Interno da Secretaria de Estado, que fixa as atribuições de todos os seus órgãos, sendo de se ressaltar que o Regimento anterior, datando de 1943, refletia uma estrutura orgânica totalmente desligada da realidade. O novo Regimento Interno foi baixado pela Portaria n.º 282, de 24/10/1969, do Senhor Ministro de Estado.

Finalmente, no setor de obras, o Departamento de Administração prosseguiu em seu programa de construção das Embaixadas em Beirute, Dacar, Lima, Washington e Berna, além de inúmeras reformas em outras e no próprio Palácio do Itamaraty. Foram ainda tomadas todas as providências para a abertura e instalação das nossas Embaixadas em Georgetown e em Abidjan.

ORGANIZAÇÃO

No decorrer de 1969, o Setor competente do Itamaraty procedeu à distribuição dos volumes I e II do *Guia de Informações sobre Postos,* abrangendo um total de 49 postos (de Acra a La Paz), de acordo com a nova sistemática, que prevê a possibilidade de atualização periódica, mediante a substituição de folhas soltas.

Finalizando um amplo e longo processo de consulta à Casa (até o nível de Divisão), o Setor pôde concluir o projeto definitivo de Regimento Interno da Secretaria de Estado, contendo as atribuições de todos os seus órgãos, o qual depois de aprovado pela Comissão de Coordenação, foi finalmente baixado pela Portaria 282, de 24 de outubro de 1969, do Senhor Ministro de Estado. Seria desnecessário salientar a significação deste texto legal, bastando, todavia, recordar que o Regimento anterior, datando de 1943, refletia uma estrutura inteiramente desligada da realidade atual.

Deu-se mais um passo para a simplificação das normas de correspondência interna do Ministério, mediante a adoção dos novos modelos de ofícios e despachos, que reduziram os 5 tipos

anteriores (CTs, despachos assinados, ofícios assinados, despachos verbais e ofícios verbais) a apenas 2, agilizando-se sensivelmente o intercâmbio da correspondência postal entre a Secretaria de Estado e as Repartições no exterior.

Ainda no campo da modernização de métodos de trabalho, efetuou-se prolongada pesquisa em todos os órgãos da área administrativa encarregados de manipular a correspondência postal expedida e recebida, propondo-se medidas destinadas a permitir a distribuição dessa correspondência em prazo não superior a 24 horas.

Com base nos subsídios fornecidos pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares, concluiu-se o estudo para a fixação, por portaria ministerial, da lotação do pessoal da carreira de Diplomata no exterior.

Foi também elaborada proposta de reformulação completa das tabelas de gratificação de representação do pessoal lotado no exterior, de modo a permitir a sua mais efetiva atualização, em face dos aumentos do custo de vida em cada posto. Finalmente, dentre suas atividades de rotina salienta-se a publicação de 209 Textos-de-Serviço, transcrevendo textos de Leis, Decretos e Portarias de interesse do Ministério, os quais foram prontamente multiplicados e distribuídos.

ASSUNTOS CONSULARES

ASSUNTOS CONSULARES

As estatísticas apontadas não são relativas a todo o exercício de 1969. O cálculo foi feito, dependendo do assunto, até o mês de setembro ou até o de novembro, inclusive — em parte porque a transferência para Brasília tirou, a partir de dezembro, o acesso direto e rápido aos arquivos e também em parte porque as últimas relações recebidas dos Consulados referem-se ao terceiro trimestre de 1969, somente devendo chegar a partir de meados de janeiro de 1970 aquelas relativas ao último trimestre de 1969.

CONSOLIDAÇÃO DA REDE CONSULAR BRASILEIRA

Prosseguindo à reorganização da rede consular brasileira, criaram-se novas Repartições e procurou-se definir melhor a jurisdição de nossos Consulados.

Assim, foram criados os Consulados honorários em Wolfsburg, Colombo e Baia Blanca. Junto às Missões diplomáticas em Abidjan, Túnis e no Vaticano foram criados Serviços consu-

lares, como decorrência, nos dois primeiros casos, do fechamento dos Consulados sob chefia honorária que existiam nas duas capitais.

Foram reorganizadas as jurisdições das Repartições consulares na Itália, na França e na Colômbia. A jurisdição do Serviço consular da Embaixada em Bangkok foi estendida à República do Vietname e a do Consulado honorário em Graz a todo o Estado da Estíria. Quanto ao problema da jurisdição consular na Africa, optou-se por uma solução provisória. Uma vez que existe a tendência de se instalarem novas Missões diplomáticas naquele continente e em vista da constante incidência de dúvidas sobre o assunto, realizou-se uma distribuição que, não implicando extensão formal das jurisdições então existentes, poderá ser facilmente alterada no futuro.

Persistiram, em 1969, os problemas decorrentes da não instalação e, conseqüentemente, do não preenchimento de Repartições consulares anteriormente criadas. E' este o caso de Dublin, México, Manilha, Jerusalém, Toronto, Wellington, Porto Presidente Stroessner, Santa Cruz de la Sierra e Cingapura. No tocante a Dublin, Toronto e Cingapura, o problema se agrava pela preexistência de Repartições consulares brasileiras sob chefia honorária, que continuam funcionando, embora em caráter precário, uma vez que os Consulados criados nas referidas cidades não existem na prática. Urge, portanto, que se dê pronta solução a uma situação pouco ortodoxa, a de estarem localizadas na mesma cidade duas Repartições consulares brasileiras, uma de carreira e outra sob chefia honorária.

PROTEÇÃO A INTERESSE DE BRASILEIROS

Assunto que tradicionalmente exige a atenção das Repartições consulares brasileiras, a proteção a interesses de brasileiros representou uma parcela significativa dos expedientes feitos pelo setor competente do Ministério.

Em que pese a redução da verba destinada a Auxílio a Brasileiros desvalidos no Exterior e Repatriação, que passou de US$ 25.000,00, no exercício financeiro de 1968, à metade no de 1969, foram expedidas 128 autorizações de repatriação e auxílio a brasileiros. Em um esforço para fazer frente à redução da referida verba, o setor competente do Ministério procurou, com êxito, fazer com que as despesas fossem pagas, muitas vezes, pelos familiares dos desvalidos no exterior. Encaminharam-se, ainda, 56 pedidos de informação sobre sucessão de bens, 27 sobre paradeiro e 14 sobre falecimento de nacionais brasileiros.

SERVIÇO MILITAR

Ao Ministério do Exército encaminharam-se 242 expedientes, entre adiamentos de incorporação, certificados de alistamento e certificados de reservista de brasileiros residentes no Exterior.

REGISTRO CIVIL

Foram enviados 427 ofícios ao Ministério da Justiça, referentes a certidões de nascimento, casamento e óbito recebidas de Repartições consulares brasileiras.

RECONHECIMENTOS DE FIRMAS

Durante o ano de 1969, foram reconhecidas as firmas de 26.937 documentos expedidos no exterior, destinados a produzir efeitos no Brasil.

CARTÕES-AUTÓGRAFOS

Atingiu a cifra de 310 o total de cartões-autógrafos de autoridades consulares brasileiras enviados à Coordenação do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da

Fazenda, às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Porto Alegre, às Inspetorias da Receita Federal no Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém e Recife, à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e à Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal.

RENDA CONSULAR

O total de renda consular, computado o terceiro trimestre inclusive, foi de Cr$ 1.589.338,00, ouro; nele não se inclui a quantia acarretada pelas alfândegas pelo despacho de embarcações e aeronaves, atualmente feito pelas Repartições aduaneiras no Brasil e não mais nos Consulados.

Não se cobram mais, tampouco, emolumentos pela legalização de faturas comerciais referentes a mercadorias originárias de países que concedem igual tratamento ao Brasil. Convém mencionar-se o fato que a renda advinda da legalização de faturas comerciais tende a diminuir ainda mais, uma vez que, por iniciativa do Ministério dos Transportes, foi organizado um Grupo de Trabalho, de que participa o Itamaraty, para estudar a abolição do visto consular em faturas comerciais, a fim de facilitar o intercâmbio comercial entre os países.

CONSULADOS ESTRANGEIROS E SEUS FUNCIONÁRIOS

O total de «exequatur» concedidos a funcionários consulares estrangeiros foi de 50 e o de reconhecimentos provisórios foi de 57. Foram feitas 60 comunicações aos Governos estaduais sobre partidas de funcionários e remeteram-se 70 fichas biográficas.

No mesmo período, 175 carteiras consulares foram expedidas e o número de comunicações relativas à abertura e ao fechamento de Repartições consulares estrangeiras e suas jurisdições foi de 38. Tratou-se ainda da atualização da Lista do Corpo Consular Estrangeiro.

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

O número de autorizações para a legalização dos documentos de importação de automóveis foi de 275. Para tanto, o setor competente do Itamaraty manteve constante troca de correspondência com outros órgãos da Administração federal, principalmente com a Coordenação do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, à qual compete decidir dos casos omissos sobre a entrada de bens, inclusive automóveis. Foram contactados, ainda, Ministérios e Autarquias, com o fim de justificar o enquadramento de seus funcionários em missão de caráter permanente no exterior.

AFRETAMENTO E LIBERAÇÃO DE CARGA

Atingiu 388 o montante de telegramas e cartas-telegramas relativos à liberação de carga e afretamento de navios, resultante da obrigatoriedade prevista em lei do transporte em navio de bandeira brasileira de mercadorias importadas com benefício governamental, tais como petróleo e seus derivados.

PASSAPORTES

No exercício das atribuições e encargos que lhe são inerentes, o setor competente do Ministério ocupou-se, durante o ano de 1969, de assuntos rotineiros e problemas relacionados com as seguintes atividades: a) concessão e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais; b) concessão de visto de entrada em passaportes estrangeiros; c) encomenda e distribuição aos Estados de cadernetas de passaporte comum e para estrangeiros; d) regularização de vistos e prazos de permanência de cidadãos estrangeiros; e) expedição da carteira de identidade para funcionários administrativos de Governos estrangeiros, lotados em Missões diplomáticas, e serviçais de diplomatas estrangeiros.

PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS E ESPECIAIS

Em cumprimento ao disposto no artigo 9.°, do Decreto n.° 3.345, de 30 de novembro de 1938, o Itamaraty providenciou, nos termos do artigo 4.°, do Regulamento de Passaportes, a concessão de 804 passaportes diplomáticos e, na conformidade do artigo 10.°, parágrafo único, do mesmo Regulamento, a prorrogação de 253 passaportes de igual tipo. De conformidade com o disposto no artigo 5.°, do aludido Regulamento, o setor competente concedeu 4.890 passapor-

tes especiais e prorrogou 1.896, atendendo, principalmente, a pedidos que lhe foram apresentados por órgãos oficiais, entidades privadas e particulares.

O movimento dos passaportes diplomáticos e especiais concedidos ou prorrogados pelo Gabinete em Brasília foi o seguinte: a) passaportes diplomáticos concedidos — 31; b) passaportes diplomáticos prorrogados — 44; c) passaportes especiais concedidos — 116; d) passaportes especiais prorrogados — 14.

CONCESSÃO DE VISTO DE ENTRADA EM PASSAPORTES ESTRANGEIROS

Em obediência às instruções adotadas *ex-vi* das disposições legais e regulamentares em vigor, o setor competente examinou e autorizou pedidos de concessão de visto de entrada em passaportes estrangeiros, classificados de acordo com os artigos 6.°, 7.° e 8.°, do Decreto-lei n.° 7.967, de 18 de setembro de 1945. Assim, foram feitos expedientes sobre concessão ou denegação de vistos de trânsito, temporário e temporário especial, em resposta a consultas formuladas à Secretaria de Estado pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares, e atendendo a solicitações de entidades públicas e de particulares.

Dando seqüência à orientação traçada pelo Itamaraty, com a finalidade, por um lado, de colaborar para o incremento do turismo e, por outro, com o propósito de conceder facilidades aos titulares de passaportes diplomáticos e oficiais estrangeiros, foram assinados diversos acordos com países estrangeiros para a dispensa de vistos de turismo, diplomático e oficial. Tais acordos foram firmados no Rio de Janeiro e no exterior, sendo de mencionar, entre os mesmos, os celebrados com o México, a Finlândia, a Colômbia e a Austrália. Na mesma ordem de idéias, foram evitadas instruções às Missões diplomáticas acreditadas junto aos Governos de países centro-americanos, com vistas à conclusão e assinatura de ajustes de igual natureza.

ENCOMENDA E DISTRIBUIÇÃO AOS ESTADOS DE CADERNETAS DE PASSAPORTE COMUM E PARA ESTRANGEIRO

De conformidade com o que dispõe, a respeito, o parágrafo 1.°, do artigo 92, do Decreto n.° 3.345, o setor competente providenciou a encomenda e o fornecimento de cadernetas de passaportes comum e para estrangeiro aos serviços estaduais competentes.

Foi o seguinte o movimento da distribuição de cadernetas de passaporte comum aos Estados durante o curso do ano de 1969:

Estados	*Quantidade*
Alagoas	200
Amazonas	400
Amapá	400
Bahia	1.200
Brasília	500
Ceará	400
Goiás	400
Guanabara	19.500
Maranhão	200
Mato Grosso	150
Minas Gerais	3.500
Pará	600
Paraná	2.500
Pernambuco	1.000
Rio Grande do Norte	200
Rio Grande do Sul	2.100
Rio de Janeiro	1.000
São Paulo	25.500
TOTAL	59.750

Os Estados do Acre, Paraíba e Piauí e o Território de Roraima não solicitaram ao Itamaraty o fornecimento de cadernetas de passaportes comuns em 1969.

Em atenção aos pedidos formulados pelos serviços estaduais competentes, foi encomendada à Casa Harrison, em Londres, a fabricação, o despacho e entrega de 60.000 cadernetas de passaporte comum.

O movimento da distribuição, aos serviços estaduais competentes, de cadernetas de passaportes para estrangeiros foi o que se segue:

Estados	*Quantidade*
Guanabara	100
Paraná	200
Pernambuco	25
Sergipe	25
TOTAL	350

REGULARIZAÇÃO DE VISTOS E PRAZOS DE PERMANÊNCIA DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS

Atendendo a solicitações formuladas por Missões diplomáticas estrangeiras e Representações de organismos internacionais, acreditadas junto ao Governo brasileiro, o Itamaraty concedeu, durante o ano, 326 vistos diplomáticos e 1.536 vistos oficiais, tendo ainda regularizado a situação de portadores de 496 passaportes estrangeiros, seja no tocante à retificação de vistos, seja no que diz respeito à prorrogação de prazos de estada no Brasil.

EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE ESPECIAL

No exercício das atribuições conferidas pelo parágrafo 4.°, do artigo 30, do Decreto-lei n.° 7.967, de 18 de setembro de

1945, o setor competente do Itamaraty concedeu, em 1969, aos portadores de vistos oficiais e aos funcionários administrativos e empregados domésticos de pessoal lotado nas Missões diplomáticas estrangeiras 971 carteiras de identidade especiais.

ESTUDO DE DOUTRINA E LEGISLAÇÃO SOBRE ESTRANGEIROS E PASSAPORTES EM GERAL

Em colaboração com outros órgãos da Administração Federal, mormente com o Departamento de Justiça, do Ministério da Justiça, e o Serviço de Registro de Estrangeiros na Guanabara e em outros Estados, o setor de passaportes participou ativamente de estudos e reuniões, com vistas à atualização e aperfeiçoamento do sistema legal que regula a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Assim é que em 13 de outubro de 1969 foi assinado pelo Senhor Presidente da República o Decreto-lei n.º 941, que institui o chamado Estatuto de Estrangeiros, diploma legal que regula a entrada, a permanência, o registro e a saída de estrangeiros, bem como a expulsão, a extradição, a deportação, o asilo, a naturalização, os direitos e deveres, enfim, dos alienígenas em território nacional.

Com relação ao Decreto-lei n.º 941, é de se salientar que o mesmo, na parte referente à entrada, permanência e saída de estrangeiros, consagra basicamente as medidas e sugestões propostas pelos representantes do Itamaraty na Comissão Interministerial criada em 1967 para rever e atualizar as disposições legais sobre a matéria, especialmente o Decreto-lei n º 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Um outro assunto que mereceu especial atenção do Itamaraty foi a revisão do Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938, que aprovou o Regulamento de Passaportes ainda em vigor. Para examinar o problema, foi constituído na Secretaria de Estado um grupo de trabalho, presidido pelo Embaixador

Paulo Pinto da Silva, Chefe do Departamento Consular e de Imigração, e integrado pelos chefes das Divisões de Passaportes, Consular e de Segurança e Informações.

O grupo de trabalho em apreço apresentou ao Senhor Secretário-Geral um anteprojeto de Regulamento de Passaportes e do Decreto correspondente, que foram aprovados e submetidos à consideração do Senhor Ministro de Estado, para seu encaminhamento ao Ministério da Justiça, onde se encontram, aguardando parecer daquela Pasta sobre a matéria.

Resta, por fim, ressaltar os estudos realizados sobre a possibilidade de virem a ser fabricados no Brasil os passaportes nacionais. Para tal fim, o Itamaraty entrou em contato com a Casa da Moeda e a firma Thomas de la Rue S.A., estabelecida no Rio de Janeiro, que apresentaram modelos de passaportes que continuam sendo objeto de estudos para sua aprovação ou não.

ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS INTERNACIONAIS

ASSUNTOS JURÍDICOS

O Setor competente, durante o ano de 1969, opinou sobre o aspecto jurídico dos assuntos tratados pelo Ministério das Relações Exteriores com os demais órgãos do Governo, Organismos Internacionais e Missões Diplomáticas estrangeiras, assim como sobre o aspecto jurídico de matéria política, econômica, consular e administrativa, quando solicitado pelos diferentes órgãos da Secretaria de Estado. Supervisionou o preenchimento das formalidades exigidas para a elaboração, assinatura e entrada em vigor dos atos internacionais firmados pelo Brasil. Despachou 211 memorandos, deu andamento a 13 casos de asilo diplomático e expediu 3 salvo-condutos. Ademais, foram processados 682 notas verbais, 693 ofícios ao Ministério da Justiça, 278 despachos verbais, 203 telegramas, 184 ofícios a Juízes e Tribunais, 164 avisos ao Supremo Tribunal Federal, 110 cartas-telegramas, 60 circulares às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras, 53 cartas, 48 telex, 45 ofícios a diversas autoridades federais, estaduais e municipais e 39 ofícios à Procuradoria Geral da República, dentre outros.

CARTAS ROGATÓRIAS

Foram recebidos e encaminhados 113 instrumentos judiciais, expedidos pelas Justiças estrangeiras, e devolvidos às mesmas outros 161, devidamente cumpridos pelas Justiças brasileiras. As Justiças estrangeiras foram transmitidas 101 Cartas rogatórias brasileiras, e restituídos 63 instrumentos.

Procurou-se atualizar o conhecimento da legislação estrangeira sobre a matéria e regularam-se, nesse período, através de acordos por troca de notas, com os Estados Unidos da América, Chile e França, isenções de legalização consular para as Cartas rogatórias, e respectivas traduções, encaminhadas por via diplomática.

NACIONALIDADE

Em 1969, foram processados 388 expedientes referentes à matéria, atendendo a consultas sobre a legislação brasileira, atualizando o conhecimento das leis estrangeiras específicas, instruindo processos de perda de nacionalidade brasileira, bem como orientando as Missões diplomáticas e Repartições consulares no assunto. Foram expedidas 31 circulares relativas à perda de nacionalidade brasileira, registrando-se uma sobre reaquisição.

Foram apreciados, ainda, problemas de dupla nacionalidade, naturalização por casamento, prestação de serviço militar, normas e prazos de registro de nascimento, nacionalidade brasileira de filho(a) de auxiliar contratado(a), dentre outros casos.

EXTRADIÇÕES

Foram atendidos 208 expedientes a respeito. As extradições requeridas por Governos estrangeiros atingiram um total de 9, enquanto o Brasil apresentava um único pedido, ao Uruguai.

ASILO

Ocupou-se, igualmente, o setor competente do Itamaraty de problemas relacionados a asilados brasileiros em países estrangeiros e de alienígenas que solicitaram asilo em território nacional.

EXPULSÕES

Foram elaborados, em 1969, 31 expedientes de consulta e execução, relativos à expulsão de alienígenas, perfazendo um total de 16 as circulares de expulsão.

DIVERSAS MATÉRIAS

Prepararam-se 161 expedientes versando sobre delinqüência de brasileiros no exterior, sendo de 77 o número de nacionais envolvidos em ocorrências policiais no estrangeiro. Igualmente, foi o MRE solicitado a intervir, a pedido das Missões diplomáticas estrangeiras, em casos de alienígenas envolvidos em tais ocorrências no território nacional.

Colaborou, ainda, o setor competente no encaminhamento e na concessão de informações sobre a tramitação de pedidos de Prestação de Alimentos, com base na Convenção Internacional de Nova York, de 1956, somando 66 os expedientes sobre o assunto.

Processaram-se 132 expedientes sobre autorização para aceitar emprego, cargo ou pensão de Governo estrangeiro, na forma da Lei, sendo concedidas 58 dessas autorizações durante o ano de 1969.

Por grande número de vezes, o MRE informou e negociou em matéria de proteção de imunidades e privilégios, usufruídos

no Brasil por pessoas físicas e jurídicas, na forma da prática e dos textos de Direito Internacional, bem como nos casos de reclamações apresentadas contra essas mesmas pessoas.

Recebeu, ainda, o setor competente do Itamaraty consultas, emitiu pareceres e elaborou expedientes sobre busca e apreensão de menores no exterior, homologação de sentenças estrangeiras, diversas questões de Direito Internacional Público e Privado, Direito Civil, Penal, Militar, Comercial, Marítimo, Administrativo, Constitucional, problemas de sucessão, fraude à Lei brasileira e interpretação de textos legais brasileiros e estrangeiros.

ATOS INTERNACIONAIS

ATOS MULTILATERAIS

I — Atos assinados em 1969:

— Tratado da Bacia do Prata. Brasília, 23 de abril de 1969.
— Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados. 23 de maio de 1969.
— Convenção sobre Medida de Tonelagem de Navios. Londres, 23 de junho de 1969.
— Convenção da OIT n.º 129 sobre Inspeção do Trabalho na Agricultura. Genebra, 25 de junho de 1969. (*1)
— Convenção da OIT n.º 130 sobre Assistência Médica e Seguro-Doença. Genebra, 25 de junho de 1969. (*1)
— Convenção Americana sobre Direitos Humanos. São José da Costa Rica, 22 de novembro de 1969. (*2)
— Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Provocados pela Poluição do Mar por Oleo. Bruxelas, 29 de novembro de 1969. Assinada pelo Brasil a 2 de dezembro de 1969.
— Convenção Internacional sobre Intervenção no Alto Mar no Caso de Acidentes Provocados pela Poluição do Mar

(*) Atos de cuja adoção o Brasil participou, embora não tenham sido abertos à assinatura (*1) ou assinados pelo Brasil (*2).

por Oleo. Bruxelas, 29 de novembro de 1969. Assinada pelo Brasil a 2 de dezembro de 1969.

— Protocolo modificativo do Tratado de Montevidéu. Caracas, 12 de dezembro de 1969.

— Convenção sobre Missões Especiais. Aberta à assinatura, em Nova York, a 8 de dezembro de 1969. (*2)

II — Atos aprovados, ratificados e promulgados:

— Tratado sobre Uso e Exploração do Espaço Cósmico. Londres, Moscou e Washington, 27 de janeiro de 1967.
Ratificado a 20 de janeiro de 1969.
Ratificação depositada nas três capitais a 5 de março de 1969.
Promulgada pelo Decreto n.º 64.362, de 17 de abril de 1969. (D.O. de 22.4.69).

— Convenção Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1966.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 478, de 27 de fevereiro de 1969.
Ratificada a 10 de março de 1969.
Ratificação depositada junto à FAO a 1.º de abril de 1969.
Promulgada pelo Decreto n.º 65.026, de 20 de agosto de 1969 (D.O. de 11.6.69).

— Convenção Internacional de Telecomunicações. Montreal, 12 de novembro de 1965.
Promulgada pelo Decreto n.º 64.469, de 6 de maio de de 1969 (D.O. de 10.12.69).

— Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Nova York, 7 de março de 1966.
Entrada em vigor a 4 de março de 1969.
Promulgada pelo Decreto n.º 65.810, de 8 de dezembro de 1969 (D.O. de 10.12.69).

(*) Atos de cuja adoção o Brasil participou, embora não tenham sido abertos à assinatura ou assinados pelo Brasil (*2).

— Convenção da OIT n.º 117 sobre Objetivos e Normas de Base da Política Social. Genebra, 22 de junho de 1962.
— Convenção da OIT n.º 118 sobre Igualdade de Tratamento em Matéria de Previdência Social. Genebra, 30 de junho de 1962.
— Convenção da OIT n.º 120 sobre Higiene no Comércio e nas Repartições. Genebra, 8 de julho de 1964.
— Convenção da OIT n.º 122 sobre Política de Emprego. Genebra, 9 de julho de 1964.
Ratificadas a 20 de janeiro de 1969.
Ratificações depositadas na Repartição Internacional do Trabalho (RIT) a 24 de março de 1969.
Entrada em vigor, para o Brasil, a 24 de março de 1970.
— Emendas aos Artigos 17 e 18 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. Londres, 15 de setembro de 1964.
Promulgadas pelo Decreto n.º 64.988, de 13 de agosto de 1969 (D.O. de 15.8.69).
— Emenda ao Artigo 28 da Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental. Londres, 28 de setembro de 1965.
— Promulgada pelo Decreto n.º 64.989, de 13 de agosto de 1969 (D.O. de 15.8.69).
— Protocolo de Emenda ao Artigo 50(a) da Convenção de Aviação Civil Internacional. Montreal, 21 de junho de 1961.
Promulgado pelo Decreto n.º 64.990, de 13 de agosto de 1969 (D.O. de 15.8.69).
— Convenção Internacional sobre Linhas de Cargas. Londres, 5 de abril de 1966.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 650, de 25 de junho de 1969.
Ratificada a 28 de julho de 1969.
Ratificação depositada junto à Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) a 12 de setembro de 1969.
Entrada em vigor, para o Brasil, a 12 de setembro de 1969.

— Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves. Tóquio, 14 de setembro de 1963.
Assinada pelo Brasil a 28 de fevereiro de 1969.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 479, de 27 de fevereiro de 1969.
Ratificada pelo Brasil a 3 de dezembro de 1969.

— Convenção sobre Nacionalidade da Mulher Casada. Nova York, 20 de fevereiro de 1957.
Entrada em vigor, para o Brasil, a 4 de março de 1969.
Promulgada pelo Decreto n.º 64.216, de 18 de março de 1969 (D.O. de 24.3.69).

— Convenção sobre Ensino de História. Montevidéu, 26 de dezembro de 1933.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 660, de 30 de junho de 1969.
Ratificada a 18 de agosto de 1969.
Ratificação depositada na União Panamericana a 10 de setembro de 1969.
Promulgada pelo Decreto n.º 65.814, de 8 de dezembro de 1969. (D.O. de 10.12.69).

— Acordo Internacional do Café. Nova York, 18 de março de 1968.
Promulgado pelo Decreto n.º 64.141, de 27 de fevereiro de 1969 (D.O. de 17.3.69).

— Acordo Internacional do Açúcar. Nova York, 3 de dezembro de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 492, de 6 de março de 1969.
Ratificação depositada na ONU a 13 de maio de 1969.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.809, de 8 de dezembro de 1969 (D.O. de 10.12.69).

— Convenção sobre Exposições Internacionais. Paris, 22 de novembro de 1928. Emendada pelo Protocolo de 10 maio de 1948 e 16 de novembro de 1966.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 816, de 4 de setembro de 1969.

— Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre. Buenos Aires, 19 de outubro de 1966.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 990, de 21 de outubro de 1969.

— Convenção sobre Consentimento para o Casamento, Idade Mínima para o Casamento e Registro de Casamentos. Nova York, 10 de dezembro de 1962.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 559, de 30 de junho de 1969.

— Convenção da OIT n.º 124 sobre Exame Médico dos Adolescentes (Trabalhos Subterrâneos). Genebra, 30 de junho de 1969.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 664, de 30 de junho de 1969.

— Convenção da OIT n.º 125 sobre Certificados de Capacidade dos Pescadores. Genebra, 21 de junho de 1966.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 663, de 30 de junho de 1969.

— Convenção da OIT n.º 127 sobre Peso Máximo. Genebra, 28 de junho de 1967.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 662, de 30 de junho de 1969.

— Tratado da Bacia do Prata. Brasília, 23 de abril de 1969.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 682, de 16 de julho de 1969.
Ratificado a 30 de julho de 1969.
Ratificação depositada no Rio de Janeiro a 15 de outubro de 1969.

— Atos do XV Congresso da União Postal Universal. Viena, 1964.
Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 543, de 18 de abril de 1969.
Ratificação depositada em Berna a 8 de agosto de 1969.

— Atos do IX Congresso da União Postal das Américas e Espanha. México, 1966.

Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 544, de 18 de abril de 1969.

Ratificação depositada na Cidade do México a 1.º de agosto de 1969.

— Emendas ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, 31 de maio de 1968.

Aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 581, de 19 de maio de 1969.

ATOS BILATERAIS

I — Atos assinados em 1969:

ALEMANHA

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de 1963 para o Envio de um Perito em Agronomia para a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR).

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 16 de janeiro de 1969.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de 1963 para a Ampliação da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis Ltda., no Rio Grande do Sul.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 16 de janeiro de 1969.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de 1963 para o Fornecimento de Meios de Produção para o Projeto «Santa Rosa» da Associação Nordestina de Desenvolvimento Agrícola (ANDA).

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 12 de fevereiro de 1969.

— Protocolo sobre Cooperação Financeira.
Concluído no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1969.

— Troca de Notas sobre Cooperação Financeira.
Concluída no Rio de Janeiro, por troca de notas de 9 de abril de 1969.

— Protocolo de Cooperação Financeira.
Concluído no Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1969.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1963 para a Ampliação da Cooperativa Agrícola Mista Aceguá de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 2 de julho de 1969.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de 1963 para a Ampliação das Atividades Meteorológicas no Brasil.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 12 de agosto de 1969.

— Ajuste Complementar ao Acordo Básico de 1963 para Fomentar a Cooperação Científica no Campo das Geociências.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 3 de outubro de 1969.

ARGENTINA

— Ata Final das Conversações Aeronáuticas.
Concluída a 13 de agosto de 1969.

AUSTRÁLIA

— Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns.
Concluído em Camberra, por troca de notas de 16 de julho de 1969.

BULGÁRIA

— Acordo sobre Compra e Venda de Trigo.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 9 de janeiro de 1969.

COLÔMBIA

— Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 26 de agosto de 1969.

DINAMARCA

— Acordo sobre Transportes Aéreos.
Concluído no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1969.

ESPANHA

— Acordo Complementar ao Acordo de Previdência Social.
Concluído em Brasília, a 25 de abril de 1969.
— Acordo de Previdência Social.
Concluído em Brasília, a 25 de abril de 1969.
— Ajuste Administrativo ao Acordo de Previdência Social.
Concluído em Brasília, por troca de notas de 25 de abril de 1969.
— Ajuste para Modificar o Quadro de Rotas do Acordo de Transportes Aéreos de 28 de novembro de 1949.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 26 de maio e 20 de junho de 1969.

ESTADOS UNIDOS

— Acordo sobre o Arbitramento do Café Solúvel.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 30 de abril de 1969.
— Acordo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 7 de maio e 25 de agosto de 1969.
— Acordo Suplementar sobre Produtos Agrícolas.
Concluído no Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1969.

FINLÂNDIA

— Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais ou de Serviço e Comuns.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 29 de janeiro de 1969.

FRANÇA

— Acordo de Co-produção Cinematográfica.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 6 de fevereiro de 1969.

GUATEMALA

— Convênio Cultural.
Concluído em Guatemala, em 26 de março de 1969.

ISLÂNDIA

— Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 28 de agosto de 1969.

NORUEGA

— Acordo sobre Transportes Aéreos.
Concluído no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1969.
— Acordo sobre Venda de Celulose.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 18 de março de 1969.

PAÍSES BAIXOS

— Ata Final dos Entendimentos Aeronáuticos.
Concluída na Haia, em 22 de agosto de 1969.
— Acordo Básico de Cooperação Técnica.
Concluído no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969.

PARAGUAI

— Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaia no Combate à Febre Aftosa.
Concluído no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1969.

POLÔNIA

— Ajuste Introduzindo Modificações no Acordo de Comércio e Pagamentos de 19 de março de 1960.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 19 de junho de 1969.

PORTUGAL

— Acordo para a Concessão de Isenções Aduaneiras aos Consulados e Cônsules de Carreira de ambos os Estados.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 29 de maio de 1969.
— Acordo de Previdência Social.
Concluído em Lisboa, em 17 de outubro de 1969.
— Ajuste Complementar ao Acordo de Previdência Social.
Concluído em Lisboa, em 17 de outubro de 1969.
— Protocolo de Intenção sobre Indústria Naval.
Concluído no Rio de Janeiro, em 18 de março de 1969.

UNIÃO SOVIÉTICA

— Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio e Pagamentos.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 14 de abril de 1969.
— Protocolo sobre o Fornecimento de Maquinaria e Equipamentos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ao Brasil.
Concluído no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1969.

URUGUAI

— Declaração Conjunta sobre Intercâmbio Comercial.
Concluída no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969.

— Acordo sobre Pontes Internacionais.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 10 de maio de 1969.

— Acordo para a Melhoria das Condições Sanitárias na Região da Fronteira Brasileiro-Uruguaia.
Concluído no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969.

— Declaração sobre Limites de Jurisdições Marítimas.
Concluída no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1969.

II — Atos aprovados e promulgados em 1969:

ALEMANHA

— Acordo Geral de Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico.
Concluído em Bonn, a 9 de junho de 1969.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 681, de 15 de julho de 1969.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.160, de 15 de setembro de 1969.

ARGENTINA

— Acordo de Pesca.
Concluído em Buenos Aires, a 29 de dezembro de 1967.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 453, de 5 de fevereiro de 1969.

— Acordo de Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul.
Concluído em Buenos Aires, a 29 de dezembro de 1967.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 454, de 5 de fevereiro de 1969.

— Convênio de Comércio Interregional.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.442, de 13 de outubro de 1969.

— Convênio Comercial.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.443, de 13 de outubro de 1969.

— Convênio de Tráfico Fronteiriço.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.445, de 13 de outubro de 1969.

— Convênio de Livre-Trânsito.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.447, de 13 de outubro de 1969.

— Convênio para o Estabelecimento, no Porto de Belém, de um Entreposto de Depósito Franco para Mercadorias Importadas ou Exportadas pela Bolívia.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.816, de 8 de dezembro de 1969.

— Convênio para o Estabelecimento, no Porto de Corumbá, de um Entreposto de Depósito Franco para Mercadorias Importadas ou Exportadas pela Bolívia.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.817, de 8 de dezembro de 1969.

— Convênio para o Estabelecimento, na cidade de Porto Velho, de um Entreposto de Depósito Franco para Mercadorias Importadas ou Exportadas pela Bolívia.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.818, de 8 de dezembro de 1969.

— Protocolo Preliminar sobre Navegação Permanente dos Rios Bolivianos e Brasileiros no Sistema Fluvial do Amazonas.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.441, de 8 de dezembro de 1969.

— Convênio de Cooperação Econômica e Técnica.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.444, de 13 de outubro de 1969.

— Convênio de Intercâmbio Cultural.
Concluído em La Paz, a 29 de março de 1958.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.446, de 13 de outubro de 1969.

ESPANHA

— Acordo de Cooperação sobre a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos.
Concluído em Madri, a 27 de maio de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 542, de 18 de abril de 1969.

GUIANA

— Convênio Cultural.
Concluído no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 694, de 22 de julho de 1969.

ÍNDIA

— Acordo de Cooperação sobre a Utilização Pacífica da Energia Nuclear.
Concluído no Rio de Janeiro, a 18 de dezembro de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 537, de 17 de abril de 1969.

— Acordo de Cooperação Cultural.
Concluído no Rio de Janeiro, em 23 de setembro de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 642, de 19 de junho de 1969.

NORUEGA

— Convenção para Evitar a Dupla-Taxação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital.
Concluída no Rio de Janeiro, a 20 de outubro de 1967.
Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 501, de 17 de março de 1969.

PAQUISTÃO

— Acordo Cultural.
Concluído em Islamabad, a 8 de fevereiro de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 641, de 19 de junho de 1969.

PARAGUAI

— Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Apa e Ligação Rodoviária.
Concluído em Assunção, a 11 de dezembro de 1967.
Promulgado pelo Decreto n.º 63.982, de 13 de janeiro de 1969.

— Convênio para o Estabelecimento, em Encarnación, de um Entreposto de Depósito Franco para Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.
Concluído em Assunção, a 5 de novembro de 1959.
Promulgado pelo Decreto n.º 64.171, de 6 de março de 1969.

— Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaia no Combate à Febre Aftosa.
Concluído no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1969.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 634, de 18 de junho de 1969.

POLÔNIA

— Modificações ao Acordo de Comércio e Pagamentos de 19 de março de 1960.
Concluídas no Rio de Janeiro, por troca de notas de 19 de junho de 1969.
Aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 693, de 22 de julho de 1969.

SUÉCIA

— Acordo de Transportes Aéreos.
Concluído no Rio de Janeiro, a 18 de março de 1969.
Promulgado pelo Decreto n.º 65.813, de 8 de dezembro de 1969.

SUÍÇA

— Acordo sobre Transportes Aéreos.
Concluído em Berna, a 16 de maio de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 651, de 25 de junho de 1969.
— Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
Concluído no Rio de Janeiro, a 26 de abril de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 661, de 30 de junho de 1969.

TUNÍSIA

— Acordo Cultural.
Concluído no Rio de Janeiro, a 4 de junho de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 640, de 19 de junho de 1969.

UNIÃO SOVIÉTICA

— Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio e Pagamentos de 20 de abril de 1963.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, de 14 de abril de 1969.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 693, de 22 de julho de 1969.

URUGUAI

— Acordo de Pesca e Preservação de Recursos Vivos.
Concluído em Montevidéu, a 12 de dezembro de 1968.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 412, de 9 de janeiro de 1969.

— Acordo para Melhoria das Condições Sanitárias da Região de Fronteira Brasileiro-Uruguaia.
Concluído no Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1969.
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 609, de 4 de junho de 1969.

CERIMONIAL

CERIMONIAL

O Cerimonial encarregou-se da preparação e coordenou a execução das seguintes visitas oficiais:

de 8 a 13 de maio

SSEE o Sr. Jorge Pacheco Areco, Presidente da República Oriental do Uruguai, e Senhora — Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Porto Alegre;

de 8 a 12 de julho

SE o Sr. Dr. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal — Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro;

de 9 a 13 de agosto

SE o Sr. Shridath S. Ramphal, Ministro de Estado Encarregado dos Negócios Estrangeiros e da Justiça da Guiana — Rio de Janeiro e Brasília.

O Cerimonial colaborou com outros órgãos do Itamaraty nas seguintes visitas, missões e conferências:

de 22 a 25 de abril

I Reunião Extrordinária e 3.ª Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata — Brasília;

de 23 a 26 de abril

Visita de SE o Sr. Jesus Romeo Corría, Ministro do Trabalho de Espanha — Rio de Janeiro;

de 9 a 17 de junho

Missão Especial Portuguesa às Comemorações do Centenário do Nascimento de Gago Coutinho — Rio de Janeiro, Salvador e Recife;

de 2 a 5 de dezembro

Visita de SSEE o Sr. Camillo Ripamonti, Ministro da Saúde da Itália, e Senhora — Rio de Janeiro.

Colaborou também o Cerimonial com as respectivas Missões diplomáticas e órgãos federais e estaduais nas seguintes visitas não oficiais:

de 25 a 28 de março

SE o Sr. Hilgard Müller, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Africa do Sul — Rio de Janeiro;

de 16 a 19 de junho

SE o Sr. Nelson Aldrich Rockefeller, Governador do Estado de Nova Iorque, na qualidade de Enviado Especial do Presidente Richard Nixon — Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo;

de 2 a 4 de outubro

Astronautas Armstrong, Aldrin e Collin — Rio de Janeiro.

Ademais, as seguintes cerimônias presidenciais foram coordenadas pelo Cerimonial:

— Encontro entre os Presidentes do Paraguai e do Brasil, para a inauguração da Rodovia do Atlântico — 27 de março, Foz do Iguaçu;
— Cerimônias de Posse do Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici — 30 de outubro — Brasília;
— Funerais do Marechal Arthur da Costa e Silva — 18 de dezembro, Rio de Janeiro;
— Missa de sétimo dia por alma do Marechal Arthur da Costa e Silva — 23 de dezembro, Rio de Janeiro.

No desempenho de suas funções, o Cerimonial ocupou-se, em 1969, de um total de 75 almoços, jantares e recepções oferecidos a personalidades nacionais e estrangeiras.

Foram ainda preparadas pelo Cerimonial as seguintes homenagens oferecidas pelo Presidente da República:

— Almoço a SE o Sr. General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, por ocasião da inauguração da Rodovia do Atlântico — 27.3.1969 — Foz do Iguaçu;
— Jantar e recepção a SSEE o Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai e à Senhora Pacheco Areco — 8.5.1969 — Brasília;
— Jantar a SE o Sr. Dr. Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal — 8.7.1969 — Brasília.

Credenciais e Revocatórias

No decorrer de 1969, o Cerimonial providenciou a feitura de 27 Cartas credenciando Chefes de Missão Diplomática brasileira. Foram feitas, ainda, Cartas Revocatórias dando por finda a Missão de 20 Embaixadores brasileiros, respostas a Credenciais e Revocatórias referentes a 23 Embaixadores estrangeiros e telegramas credenciando 12 Encarregados de Negócios. Além disso, foram expedidas 96 Cartas comunicando a posse do Presidente Emilio Garrastazu Médici.

Condecorações

Foram agraciados com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 75 personalidades estrangeiras, das quais 17 no grau de Grã-Cruz, 8 no de Grande Oficial, 22 no de Comendador, 16 no de Oficial e 12 no de Cavaleiro.

No mesmo período, foram admitidos na Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, 5 diplomatas brasileiros, que ingressaram no Quadro Ordinário, reservado aos diplomatas de carreira da ativa.

No Quadro Suplementar da mesma Ordem, foram admitidas 154 personalidades estrangeiras das quais 23 no grau de Grã-Cruz, 19 no de Grande Oficial, 35 no de Comendador, 47 no de Oficial e 30 no de Cavaleiro, e 96 personalidades brasileiras, das quais 17 no grau de Grã-Cruz, 18 no de Grande Oficial, 23 no de Comendador, 22 no de Oficial e 5 no de Cavaleiro.

Foram ainda concedidas 18 medalhas «Lauro Müller».

Listas Diplomáticas

Foram editadas três Listas Diplomáticas, nos meses de janeiro, junho e outubro.

Telefones e Carteiras Diplomáticas

Foram expedidos 490 ofícios à Companhia Telefônica Brasileira e notas às Missões diplomáticas acerca de instalações e transferências de aparelhos telefônicos com prioridade.
Foram expedidas 504 carteiras para membros das Missões diplomáticas e de Escritórios Regionais de Organismos Internacionais, bem como 107 carteiras para diplomatas brasileiros e seus familiares.

Correspondência

Os expedientes relativos à nomeação de Adidos militares estrangeiros no Brasil se elevou a 43, tendo sido feitos, ainda,

78 ofícios e notas verbais relativos à visita de navios de guerra estrangeiros a portos brasileiros.

A maior parte do expediente a cargo do setor tratou de felicitações por ocasião de posses de Chefes de Estado e de Governo, de Ministros das Relações Exteriores estrangeiros, de autoridades federais e estaduais brasileiras, bem como das datas nacionais dos países com que o Governo brasileiro mantém relações diplomáticas e das Festas de Natal e Ano Novo; de solidariedade por ocasião de calamidades públicas no exterior e de condolências por ocasião de falecimentos, em resposta a toda a correspondência enviada por ocasião da convalescença e da morte do ex-Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e em resposta às comunicações remetidas por ocasião das posses do Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici e do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson Barboza.

Contabilidade

A dotação, incluindo três suplementações de crédito, atingiu NCr$ 1.525.000,00, tendo havido um saldo de NCr$ ... 44.051,50, que foi recolhido ao Banco do Brasil. Dos empenhos extraídos, restaram saldos de fornecedores num total de NCr$ 92.316,34, classificados como Restos a Pagar de 1969.

Importação

Em 1969, foram feitos 7.596 expedientes relativos a despachos de mercadorias e malas diplomáticas destinadas às Embaixadas e Consulados estrangeiros e às Representações de Organismos Internacionais; 1279 concernentes ao despacho e embarque de bagagens de funcionários diplomáticos; 27 referentes a embarque de malas diplomáticas; 120 expedientes relativos a diversas isenções e facilidades aduaneiras e a legalização de documentos de embarque de mercadorias.

Automóveis

No decorrer de 1969, foram desembaraçados 657 veículos de propriedade das Missões diplomáticas estrangeiras, Repartições consulares de carreira estrangeiras, de Representações de Organismos Internacionais e seus respectivos funcionários, emplacados 728, 675 dos quais com chapas C.D., vendidos 499, reembarcados 99, transferidos 70 e desemplacados 507 (expedientes feitos por formulário ou telegrama).

Foram ainda expedidos 447 ofícios sobre assuntos diversos, dentre os quais: licença especial de habilitação, compra de veículo nacional com isenção do imposto sobre produtos industrializados, devolução ao Trânsito de chapas particulares caracterizadoras de veículos que passaram a ser identificados com chapas C.D., estacionamento privativo em área frontal às Missões diplomáticas estrangeiras, roubo de chapa C.D., saída temporária de veículo do país, empréstimo de chapas C.D. a pedido de órgãos da Administração.

SERVIÇO DE DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Foram cumpridas integralmente as atribuições desse Serviço no tocante aos limites do Brasil, bem como à sua demarcação. Prosseguiram as atividades de demarcação e caracterização das fronteiras, a cargo das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. No desempenho das suas atribuições, o Serviço não só superintendeu as operações de demarcação e caracterização, bem como preparou toda a documentação de orientação para que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites pudessem executar no terreno as instruções dele recebidas.

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES — 1.ª DIVISÃO

Fronteira Brasil-Venezuela

Prosseguiram os trabalhos de demarcação e caracterização da fronteira Brasil-Venezuela na zona contígua ao Pico da Neblina, realizados pela Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Venezuelana.

Em novembro de 1969, o Ministério das Relações Exteriores (Diretoria de Fronteiras) do Governo venezuelano passou

nota à Embaixada do Brasil pela qual solicitou permissão de sobrevôo e pouso para helicópteros e aviões pertencentes às Forças Aéreas Venezuelanas, a fim de atuarem nos trabalhos daquele setor da fronteira. Os helicópteros utilizariam o campo de pouso de Cucuí, onde existe um Pelotão de Fronteiras, bem como o da Missão Salesiana do Canal de Maturacá, em território brasileiro. Para dar andamento a esse pedido, vieram ao Rio de Janeiro e gestionaram ante o Serviço de Demarcação de Fronteiras, o Chefe da Diretoria de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, de Caracas, e o delegado demarcador da mesma Diretoria.

A Embaixada da Venezuela no Rio de Janeiro, por nota de 10 de novembro, reiterou o pedido de concessão de autorização de sobrevôo e pouso para aviões e helicópteros pertencentes às Forças Aéreas Venezuelanas operarem no setor do Pico da Neblina entre os pontos EE-12 e CC-3 da Cordilheira de Imeri.

Havendo as autoridades brasileiras atendido a esse pedido, um helicóptero venezuelano, marca Bell, tipo UH-1B, entrou em ação, com base em San Carlos do Rio Negro (em território da Venezuela) e utilizando-se do campo de pouso de Cucuí, em território brasileiro. Nesta última localidade ocorreu o lamentável sinistro do helicóptero, no qual perderam a vida, no cumprimento do dever, dois membros da Comissão Venezuelana Demarcadora de Limites. Os trabalhos de demarcação e caracterização prosseguiram, havendo ficada concluída a ligação do trecho de fronteira entre os marcos de designações de EE-12 e CC-3 pelas turmas de exploração e de abertura de picadas.

Em fins de dezembro, da sua base de Canoas, a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão comunicou ao Serviço de Demarcação de Fronteiras haver concluído sua campanha em 1969 e obtido os seguintes resultados práticos:

a) oitenta e quatro (84) Kms de poligonal no trecho entre os marcos CC-1 e EE-12, extremo sul da Venezuela;

b) ereção de oito (8) marcos referência CC-4 a CC-12;
c) implantação de marco especial na parte mais meridional da Venezuela;
d) dois (2) marcos de observação astronômica para determinar coordenadas geográficas de amarração de poligonais;
e) cerca de cem (100) quilômetros de levantamentos subsidiários de rios brasileiros e venezuelanos; e
f) reconhecimento aéreo procedido com helicópteros, cuja operação — denominada NEBLINA — esteve a cargo das Forças Aéreas Venezuelanas em conjunto com a Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Venezuelana.

No dia 15 de dezembro, foi descoberto o ponto culminante da Cordilheira Curupira, limítrofe entre o Brasil e a Venezuela. O pico situado em território brasileiro, entre os marcos CC-11 e CC-12, com 2.150 metros de altura, nessa cordilheira, foi batizado como «Pico Guimarães Rosa», homenagem dos demarcadores brasileiros ao antigo Chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras, determinada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES — 2.ª DIVISÃO

Em abril, o Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão, estabeleceu o programa de trabalho da mesma para o ano de 1969, devidamente aprovado pelo Serviço de Demarcação de Fronteiras.

Fronteira Brasil-Argentina

Foram procedidos os estudos relativos à retomada de serviços visando à reconstrução de marcos destruídos ou danificados nas ilhas brasileiras do rio Uruguai, desde a altura da confluência do Quaraí até a boca do Pepiri-Guaçu.

Essas ilhas são: Japeju, ilha da Cruz e ilhota, Palomas, Quadrada, Batuí Grande e Batuí Pequena, Santa Luzia inferior ou oriental, Mercedes e duas ilhotas, Ilha Pequena ou Ilha do Cordeiro com uma ilhota, Ilha das Taquaras Superior ou de Cima e ilhotas vizinhas, Ilha Paratinin ou Piratini (quatro ilhas e uma ilhota), Ilha de Santo Izidro (grupo de ilhotas, três maiores e várias outras menores), Ilha de Santa Maria (grupo de três ilhas maiores e diversas menores), Ilha Itacaruaré Grande e seu grupo, Ilha de São Xavier (três ilhotas), Ilha de Cumandaí (grupo de três ilhas e diversas ilhotas e bancos na corredeira do mesmo nome), Ilha Grande ou Comprida (chamada Larga pelos argentinos), Ilha do Roncador (arrecifes na cachoeira desse nome), Ilha do Bugre ou dos Bugres (ilha com três ilhotas), Ilha de Biguá, Ilha Jacaré, Ilha Saltinho (ilhotas e arrecifes na cachoeira desse nome).

Por ato internacional celebrado no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1910, pelo Barão do Rio-Branco com Júlio Fernández, Ministro da Argentina, intitulado «Artigos declaratórios da Demarcação de Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina», ficaram distribuídas a uma e outra soberania as ilhas e ilhotas existentes no rio Uruguai, desde a altura da confluência do Quaraí até a boca do Pepiri-Guaçu.

Em julho de 1969, o Governo brasileiro pediu ao Governo argentino a Reunião da Comissão Mista para proceder à inspeção e reconstrução dos marcos destruídos ou danificados dessas ilhas e ilhotas.

Fronteira Brasil-Paraguai

Dando cumprimento ao que ficara acordado no decurso da 26.ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, realizada em Assunção no final do ano de 1968, desenvolveram-se em 1969 as seguintes atividades relacionadas com essa fronteira:

a) Reunião Extraordinária da Comissão Mista no Rio de Janeiro (17 a 22 de janeiro de 1969), na qual se planejou a campanha de 1969 na fronteira Brasil-Paraguai, permitindo assim o retorno da Comissão Mista aos seus trabalhos de campo;

b) reunião para constituição da Comissão Mista, em Ponta Porã, no final de maio de 1969;

c) construção de vinte e cinco (25) marcos para caracterização de fronteiras, o que representa cerca de nove (9) quilômetros de extensão, e reconstrução de muitos outros, faltando ainda, aproximadamente, uns onze (11) quilômetros para completar-se a caracterização da linha que vem pelo mais alto da Serra de Maracaju até o Pilar astronômico situado em frente à 5.ª Queda;

d) abertura de picadas (diretrizes) desde o último marco construído na campanha (366/IV) até o 320/IV. Estas picadas têm largura média de 10 metros;

e) inspeção dos marcos de Setor I e do Setor II da Fronteira seca. Foram, conseqüentemente, reconstruídos os marcos 43/I, 6/II, 51/II, 87/II, 113/II e 117/II. Foi construído um muro de arrimo para o marco 5/II;

f) foram consertados e caiados todos os marcos do Setor I e os do Setor II até o Marco Grande do Rincão de Júlio, excetuando-se o marco monumental de Ponta Porã.

Fronteira Brasil-Uruguai

Embora de curta duração (cerca de 50 dias), a campanha teve resultados apreciáveis, a saber:

a) demolição total e reconstrução (após adequada terraplenagem do terreno) dos marcos XX e XXIV, si-

tuados na linha convencional entre Sant'Ana do Livramento e Rivera;

b) recuperação completa de quatro (4) marcos na linha convencional Sant'Ana do Livramento-Rivera, do marco 43-Intermédio e dos marcos intercalados de 677 a 716 (mudança de revestimento, gravação da numeração e dos nomes dos dois Países, pintura e — sempre que necessário — construção de muros de arrimo);

c) completamento, no campo, das pranchas originais da folha de fronteira número 19 (Livramento-Rivera).

Fronteira Brasil-Bolívia

Aprovada pelo Congresso Nacional, entrou em plena e definitiva validade a Nota Reversal n.º 1/CR, cujo texto define o limite a ser demarcado no trecho ainda indefinido entre Cabeceiras do Rio Verde-Quatro Irmãos.

A Expedição do Serviço de Demarcação de Fronteiras procedeu, nos meses de outubro e novembro de 1969, a um reconhecimento da região a ser demarcada. Também realizou uma vistoria do Marco do Turvo, bem como estudou a possível posição do marco a ser locado ao Norte da Lagoa Grande (ou Lagoa de Ponte Ribeiro).

Convém recordar que na Ata relativa à Reunião Extraordinária da Comissão de Limites Brasileiro-Boliviana, assinada em 17 de outubro de 1969 em Corumbá, ficou assente um «status» provisório para o campo de pouso construído pelo destacamento militar de Fortuna. Esse campo de pouso penetrou cerca de 300 metros no território boliviano.

LIMITES LATERAIS MARÍTIMOS

Em conseqüência da Declaração Conjunta sobre Limites de Jurisdições Marítimas, assinada em 10 de maio de 1969,

durante a visita do Presidente Pacheco Areco ao Brasil, as Comissões brasileira e uruguaia reuniram-se posteriormente em Montevidéu, tendo-se procedido à troca de cartas náuticas com o traçado da raia delimitadora.

Contudo, o problema técnico surgido na barra do Chuí a respeito da fixação do início da mediana, que servirá como raia delimitadora, não obstou a que nas cartas náuticas seu traçado já tenha sido esboçado. A instabilidade do curso final do Chuí deu origem a esse problema técnico.

RELAÇÕES DO SERVIÇO DE DEMARCAÇÕES DE FRONTEIRAS COM REPARTIÇÕES ESPECIALIZADAS BRASILEIRAS

Durante o ano de 1969, o Serviço de Demarcação de Fronteiras manteve assídua vinculação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, os Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica e o Instituto Brasileiro de Geografia. O Serviço estabeleceu com essas organizações especializadas intensa troca de informações de caráter técnico, geográfico e topográfico.

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

Durante o exercício de 1969, a Inspetoria-Geral de Finanças, que foi chefiada pelo Ministro Luiz Benjamin de Almeida Cunha, de 1.° de janeiro a 27 de novembro e, daquela data até 31 de dezembro, pelo Ministro Julio Agostinho de Oliveira, funcionou em caráter precário, devido, sobretudo, à falta de um Regimento que, definindo-lhe as atribuições, lhe permitisse atuar de forma eficiente, no sentido de assessorar o Ministro de Estado para efeito da supervisão Ministerial de que trata o título IV do Decreto-Lei n.° 200, de 25 de fevereiro de 1967, e cooperar com o Departamento de Administração no acompanhamento da execução do programa e do orçamento, orientando e fiscalizando o emprego dos recursos orçamentários postos à disposição do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com os dispositivos básicos daquele diploma legal e do Decreto n.° 64.135, de 25 de fevereiro de 1969, que aprovou o Regulamento das Inspetorias Gerais de Finanças.

INSTALAÇÃO DA INSPETORIA

Bases Regulamentares

Com o fim de sanar a deficiência acima mencionada, foi remetido ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o

projeto de Regimento, elaborado pela Inspetoria e aprovado pelas instâncias superiores do Itamaraty. Tal projeto foi, porém, revisto, em face da publicação, em 25 de fevereiro de 1969, do Decreto n.º 64.135, que aprovou o Regulamento das Inspetorias Gerais de Finanças, e pela publicação, a 30 de abril do mesmo ano, do Decreto n.º 64.441, que, instituindo o Sistema de Programação Financeira, transferiu às Secretarias-Gerais funções de Administração Financeira até então entregues àquelas Inspetorias.

O novo projeto foi então novamente encaminhado ao Escritório da Reforma Administrativa (ERA), do Ministério do Planejamento, que o restituiu a este Ministério em fins de dezembro último. Presentemente, acha-se o referido projeto de Regimento, que deverá ser baixado por Portaria Ministerial, em estudo na Inspetoria Geral de Finanças, para reexame e aprovação das instâncias superiores.

FUNCIONAMENTO DA INSPETORIA

Orientação

Durante o exercício de 1969, teve a Inspetoria-Geral de Finanças oportunidade de exercer uma de suas atribuições precípuas, qual seja, a de realizar estudos para a formulação de diretrizes na gestão orçamentária e orientar os setores encarregados de movimentar numerário quanto às normas a serem obedecidas.

Cooperando com as Divisões do Pessoal e do Orçamento, realizou estudos e elaborou normas sobre a preparação da tomada de contas dos ordenadores de despesas, sobre utilização de sub-repasses e sobre concessão de suprimentos de fundos, sobre o arrolamento e inventário dos bens móveis do Ministério das Relações Exteriores, sobre a forma de simplificar pagamentos de pessoal na Secretaria de Estado e no Exterior, sobre a utilização, pelas Repartições no exterior, dos juros

rendidos por recursos entregues à sua guarda e sobre distribuição de suprimentos às Repartições no exterior e a prestação de contas dos recursos assim recebidos.

Concomitantemente, teve a IGF ocasião de evitar pareceres sobre certas formas de pagamentos e concessão de gratificações no exterior, sobre a maneira de se efetuar a transferência de recursos do Ministério da Educação e Cultura para o das Relações Exteriores, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil ao programa cultural da Organização dos Estados Americanos, sobre a possibilidade de se efetuar a aquisição de bens para o Patrimônio da União através do sistema de permuta, sobre as medidas a serem adotadas para se saldar a dívida contraída com o Instituto Brasileiro do Café, referente a aquisição do Palácio Dória Pamphili, em Roma, sobre dúvidas surgidas na aplicação de recursos à conta da dotação de Serviços de Terceiros e sobre a forma de entrega de numerário às subsedes das Divisões da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Transmitiu, ainda, a Inspetoria-Geral de Finanças ao Departamento de Administração recomendação da Comissão de Coordenação das Inspetorias Gerais de Finanças, no sentido de que os ordenadores de despesas empreguem da maneira mais ritmada possível os recursos que lhes são entregues, a fim de evitar retiradas maciças de numerário do Banco do Brasil no fim do exercício financeiro.

Controle

No que diz respeito a este setor de suas atividades, cumpriu a Inspetoria-Geral de Finanças suas obrigações quanto ao registro das despesas em «Restos a Pagar» de 1968, assim como ao relacionamento e comunicação ao Ministério da Fazenda e ao Tribunal de Contas da União dos repasses efetuados, após haver recebido a comunicação de abertura dos créditos respectivos. Enviou, ainda, a Inspetoria-Geral, ao Tribunal de Contas, a relação dos responsáveis por bens e valores da União no Brasil e no exterior, comunicando-lhe,

trimestralmente, as modificações ocorridas. Ao mesmo tempo, transmitiu aos responsáveis pela guarda e aplicação desses bens e valores, os documentos de quitação fornecidos por aquele Colendo Tribunal.

No que se refere ao acompanhamento da despesa, foi este efetuado com regularidade, apesar das lacunas e atrasos que ainda persistem na sua apuração e que, espera a Inspetoria, serão sanados com a introdução de métodos mais modernos nos setores que lidam com recursos financeiros.

No que diz respeito à tomada de contas dos ordenadores da despesa em 1968, teve a Inspetoria-Geral de recorrer, por não dispor de pessoal habilitado, aos bons ofícios da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, no sentido de que fossem as mesmas certificadas por seus auditores antes do encaminhamento ao Tribunal de Contas.

Atividades Diversas

Além de suas atividades rotineiras, participou a Inspetoria-Geral de Finanças das reuniões, no Rio de Janeiro e em Brasília, da Comissão de Coordenação dos Inspetores-Gerais de Finanças (INGECOR), no decurso das quais teve o Inspetor-Geral ocasião de esclarecer seus colegas sobre as peculiaridades da organização do Ministério das Relações Exteriores, assim como de defender uma melhor retribuição para os Chefes das Divisões do Itamaraty, cujo nível foi considerado pelos membros daquela Comissão como excessivamente baixo. De 1.º a 5 de setembro, participou a Inspetoria-Geral de Finanças do Itamaraty, juntamente com o Presidente do Tribunal de Contas da União, da V Reunião da Comissão Diretora da Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), que se realizou em Viena. Durante essa Reunião, puderam os representantes do Brasil dar ciência aos demais membros daquele Conselho Diretor da nova estrutura que a Reforma Administrativa implantou no

Brasil sobre controle das finanças públicas. O temário da Reunião, do maior interesse para o processo da Reforma Administrativa por que atravessa o Brasil, dividiu-se nos quatro itens principais seguintes:

a) seleção e treinamento do pessoal encarregado do controle financeiro;

b) utilização do processamento eletrônico de dados pelas entidades do controle financeiro;

c) ampliação do âmbito da auditoria financeira, para que abranja a auditoria administrativa ou operacional;

d) grau de implementação das recomendações feitas pela entidade superior de controle financeiro.

INSTITUTO RIO-BRANCO

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O Instituto Rio-Branco manteve, em 1969, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, com 22 alunos matriculados no 1.º ano e 50 no 2.º ano.

Com o ingresso, na Carreira de Diplomata, no final do ano, dos 50 alunos do 2.º ano, elevou-se a 509 o número de diplomatas formados pelo Instituto Rio-Branco, desde 1947.

Em setembro, teve início a 1.ª fase do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, tendo sido realizadas, em 4 e 5 de dezembro, no Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, as provas de seleção prévia.

Inscreveram-se 250 candidatos, dos quais apenas 174 se apresentaram. Foram aprovados 57 candidatos, sendo 50 no Rio de Janeiro, 3 em Belo Horizonte, 2 em São Paulo, 1 em Recife e 1 em Porto Alegre.

As 2.ª e 3.ª fases tiveram prosseguimento até março de 1970, com os exames de capacidade física e psíquica e as provas finais.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATA

O Curso de Prática Diplomática e Consular, destinado a dar orientação específica aos Diplomatas da classe inicial, foi ministrado a 25 Terceiros-Secretários, com aproveitamento pleno.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NO EXTERIOR

De acordo com o programa de incentivo e apoio a estudos de aperfeiçoamento e especialização, o Instituto Rio-Branco supervisionou — sem prejuízo de suas atribuições de serviço — vários cursos realizados por diplomatas lotados no exterior. Em 1969, quinze diplomatas concluíram, prosseguiram ou iniciaram cursos de doutorado ou mestrado em Economia e Ciência Política nas Universidades de Nova York, McGill, George Washington, Massachusetts , California, Columbia, Boston, Tulane, bem como na *London School of Economics and Political Science* e no Instituto de Estudos Sociais da Haia.

CURSOS ESPECIAIS

Realizaram-se, ainda, sob os auspícios do Instituto Rio-Branco, os cursos de Análise Macroeconômica, de Análise Estatística e de Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos, tendo-se matriculado nesses Cursos treze Diplomatas lotados na Secretaria de Estado.

Destinado igualmente a Diplomatas lotados na Secretaria de Estado, realizou-se um «Ciclo de Conferências sobre Pensamento Científico Contemporâneo».